



aldeia
SELO EDITORIAL ICH/UFJF

Júlia Flecher de Andrade

RELAÇÕES
ENTRE HUMANOS E
SILVESTRES NO
CETAS JF
**PENSANDO
COM-VIVÊNCIAS**


EDITORA
U F J F



Júlia Flecher de Andrade

RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E SILVESTRES NO CETAS JF

Pensando com-vivências

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva



Diretor da Editora UFJF

Ricardo Bezerra Cavalcante

Conselho Editorial do Selo Aldeia - ICH UFJF

André Muskopf

César Agenor da Silva

Clarice Cassab

João Dulci

Lelio Moura Lourenço

Maria Leonor Botelho

Rodrigo Christofolletti

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Paolo Malorgio Studio

Andrade, Júlia Flecher de.

Relações entre humanos e silvestres no Cetas JF: pensando
com-vivências / Júlia Flecher de Andrade. – Juiz de Fora, MG:
Editora UFJF, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 1mb)

98 p.

ISBN: 978-65-89512-91-2

1. Antropologia. 2. Etnobotânica. 3. Flora. I. Título.

CDU: 572

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n -

São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900

Telefone (32) 2102-3586

editora@ufjf.br / distribuicao.editora@ufjf.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Dedico este trabalho a todos os
animais da fauna brasileira e a todos
aqueles que por eles lutam.

Agradecimentos

Meus eternos agradecimentos aos meus pais, que me geraram, criaram e apoiaram até hoje, como todo amor e carinho, muitas vezes, abrindo mão do próprio conforto para se dedicar à minha formação. Sem esse apoio, talvez, eu não tivesse a oportunidade de seguir meus desejos e sonhos, como o de ingressar numa Universidade Federal distante de casa, assim como foi importante a passagem e apoio de cada familiar, cada professor e cada amigo, ao longo destes 24 anos, que me ajudaram a ter a firmeza necessária para concluir as fases da vida, com a leveza de alguém que é amado. Em especial, agradeço uma irmã de meu pai que me ajudou financeiramente enquanto estive na graduação.

Enquanto acadêmica, agradeço imensamente a Universidade Federal de Juiz de Fora, por proporcionar aos alunos um espaço estruturado e o apoio financeiro tão sonhado para muitos discentes, que me foi de grande valor durante a graduação e mestrado para seguir com meus estudos. Além disso, agradeço à Universidade e, especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais por proporcionarem a publicação deste *Ebook* e por abrigar docentes com grande experiência e humanidade, dentre eles, quem foi minha orientadora durante a graduação e o mestrado, Elizabeth Pissolato, que tanto me inspira. Agradeço também à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu concluir o curso de mestrado e à Editora UFJF por concretizar esta publicação, fruto da minha dissertação.

Agradeço meus colegas do Projeto Primatas do Itatiaia, no qual tive minha primeira e incrível experiência de pesquisa, e o próprio Parque Nacional de Itatiaia por nos dar esta abertura, além da Sandra, que tanto me ajudou na finalização da escrita para a realização deste sonho. Agradeço, por último, mas com grande intensidade e reverência, todos os colegas do Cetas JF, por me acolherem e ensinarem tanto desde a minha graduação, com muito boa vontade, desde administradores até os profissionais que lidavam dia a dia com os animais, suas histórias e excrementos.

ASSUM PRETO

Tudo em volta é só beleza
Sol de Abril e a mata em frô
Mas Assum Preto, cego dos óio
Num vendo a luz, ai, canta de dor

Mas Assum Preto, cego dos óio
Num vendo a luz, ai, canta de dor

Tarvez por ignorança
Ou mardade das pió
Furaro os óio do Assum Preto
Pra ele assim, ai, cantá mió

Furaro os óio do Assum Preto
Pra ele assim, ai, cantá mió

Assum Preto veve sorto
Mas num pode avuá
Mil vez a sina de uma gaiola
Desde que o céu, ai, pudesse oiá

Mil vez a sina de uma gaiola
Desde que o céu, ai, pudesse oiá

Assum Preto, o meu cantar
É tão triste como o teu
Também roubaro o meu amor
Que era a luz, ai, dos óios meus
Também roubaro o meu amor
Que era a luz, ai, dos óios meus

(Luiz Gonzaga, 1950)

Sumário

Apresentação	8
Introdução	11
CAPÍTULO 1	
Regulando Animais Silvestres	20
CAPÍTULO 2	
O Cetas	27
CAPÍTULO 3	
Relações, eventos, conhecimentos: a primeira fase da pesquisa	35
CAPÍTULO 4	
Novos eventos, questões que voltam: a segunda fase da pesquisa	49
CAPÍTULO 5	
Para além dos limites do cetos	59
CAPÍTULO 6	
Silvestres: proteção, múltiplos afetos e engajamentos	83
Referências	92
Sobre a autora	98

Apresentação

Elizabeth Pissolato

O texto que segue conta histórias de fronteiras e movimento. Não só de animais que cruzam limites forjados por nossa espécie na tentativa de separar mundos – como o silvestre e o doméstico – ou de estabelecer modos distintos de se lidar com eles. Os próprios inventores destas grandes divisões não deixam de atravessar ou borrar as fronteiras em suas práticas.

Julia Flecher acompanha, no cotidiano de um centro de atenção a animais silvestres, entregues ou resgatados com intuito de uma volta a este mundo (o silvestre), práticas diversas de atenção e cuidado, modos de alimentar e tratar ferimentos, a construção de argumentos éticos e científicos, a lida com emoções expressas ou silenciadas, incluindo as suas próprias.

Não foi por acaso que Júlia chegou ao Cetas, o Centro de Triagem de Animais Silvestres em Juiz de Fora, como ela nos conta. Histórias de animais e engajamentos com eles desenharam seus próprios movimentos, desde uma pequena cidade de nome Quatis e a proximidade com primatas no Parque do Itatiaia até a cidade de Juiz de Fora (MG). Foi aqui que a autora buscou o Cetas, acompanhando suas rotinas por cerca de sete meses nos anos de 2017 e 2019, e, mais tarde, perseguiu o “causo” da onça-pintada que no outono deste último ano circulou por vinte dias entre o jardim botânico que integra a conhecida Mata do Krambeck, um “fragmento de Floresta Atlântica em regeneração em meio à área urbana” e algumas ruas em seu entorno.

A pesquisa aqui apresentada se insere em um intenso debate que a antropologia desenvolve e aprofunda nas últimas décadas, em diálogo com outras disciplinas, acerca dos mais diversos contextos que põem em relação sujeitos humanos e animais, ou animais humanos e de outras espécies. Contextos que articulam temas como: o parentesco, o trabalho, o direito, a ciência, questões ambientais e modos de conceber a vida, e que partem do reconhecimento aos animais do estatuto de sujeitos de um mundo – ou mundos diversos – que não se fazem sem eles. Relações multiespécies (HARAWAY, 2008), socialidades mais que humanas (TSING, 2013), modos de comunicação animal (BATESON, 2000, 1966) ou comunicação interespecífica (KOHN, 2013) colocam desafios teóricos e metodológicos à aproximação e compreensão destes mundos e suas relacionalidades.

A etnografia de Julia Flecher, voltada à relação com animais silvestres, nos leva ao centro de inúmeras controvérsias, desde a própria definição de silvestres e de princípios de sua proteção, ao debate acerca da domesticação de espécies

animais e à questão do direito natural (da espécie) ou do indivíduo (um animal em particular). Proteção, no contexto em estudo, remete diretamente às noções de fauna brasileira e território nacional. São as espécies nativas neste território que devem estar sob o controle e proteção do Estado, por meio de suas instituições. Proteção que não deixa de reconhecer os silvestres em “seu caráter indômito”, devendo resguardá-los, como orientam os protocolos institucionais, enquanto tal.

Os percursos dos animais no Cetas, desde sua recepção quando trazidos por policiais e bombeiros, entregues por cidadãos, achados ou resgatados de acidentes, passando pelos protocolos do acolhimento com os procedimentos médicos e de cuidado rotineiros, até a “triagem” e destinação para as “áreas de soltura” são objeto de uma descrição cuidadosa pela autora, que nos provoca com perguntas sobre formas de “amor aos animais” – existiriam “dois tipos diferentes de amor?”, sobre as subjetividades – humanas e animais – implicadas nas interações cotidianas, sobre os agenciamentos humanos articulando saberes e sentimentos.

“Com-viver” no Cetas, conforme lemos no título deste livro, é um exercício diário que envolve escolhas e estilos pessoais, a noção de pessoa devendo aqui ser estendida além do humano. O percurso de um sujeito animal no Cetas é sempre um percurso de “com-vivência”, em que faz diferença se uma tartaruga insiste em ir atrás de quem vem “tratá-la” ou se uma “falha genética” individual pode comprometer de forma importante o futuro de uma espécie de gavião. O tempo é também compositor deste “viver com”. Indivíduos que se demoram ou que viverão toda a sua vida futura no Cetas podem vir a ganhar nomes, a estabelecer relação forte com quem lhe dá de comer, podem fazer voltar visitantes ou ex-funcionários. Afeições particulares podem se constituir na formação profissional, em eventos aleatórios ou situações dramáticas de superação de problemas.

A alimentação ganha um lugar especial na descrição da autora. Nos mostra que dar de comer não pode se definir simplesmente nos termos dos protocolos de cuidado. Lugar privilegiado da construção de vínculos afetivos, seja na produção de parentesco humano, seja nas interações entre espécies, alimentar tensiona os polos do conhecimento e do sentimento, do protocolo e do afeto.

A figura da “doação”, que permeia vários relatos acerca do “trabalhar com animais”, permite o aprofundamento de sentidos do “trabalho”, bem como do “amor aos animais”, além de se conectar com o aspecto marcante da carência de recursos financeiros e outras dificuldades experimentadas pelos 23 Cetas presentes no Brasil.

Seguir os silvestres permite que Flecher aprofunde as controvérsias no cotidiano de uma instituição desafiada entre a proteção e o cuidado, mas também que reconheça facetas das interações de cidadãos com espécies ou propriamente com um certo espécime silvestre. O jovem adulto da espécie *Panthera onca* que andou pelas ruas de Juiz de Fora não deixou de suscitar uma série de questões

a partir de suas andanças. Sua presença complexificaria o aspecto da “proteção” e multiplicaria olhares cidadãos, argumentos científicos, perspectivas ecológicas, curiosidades e afetos, produzindo ainda certo deslocamento da própria presença do Cetac em Juiz de Fora, cujo trabalho ganha visibilidade na cidade e região desde então.

O estudo de Julia Flecher não pretende, afinal, respostas conclusivas sobre as questões complexas em que nos faz mergulhar. Tecendo de uma a outra as histórias compartilhadas no Cetac ou seguidas nos rastros da onça e dos humanos envolvidos em sua captura e soltura, seu texto, mais que tudo, nos põe a pensar. E não é isto que fazem sempre as boas histórias?

REFERÊNCIAS

BATESON, Gregory. Problems in cetacean and other mammalian communication. In: *Steps to an ecology mind*. Chicago: University of Chicago, [1966], 2000.

HARAWAY, Donna. *When species meet*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2008.

KOHN, Eduardo. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. California: University of California Press, 2013.

TSING, Anna. “More-than-Human Sociality: a call for critical description”. In: Kirston Harstrup. *Anthropology and Nature*. Londres: Routledge, 2013.

Introdução

Este é um estudo sobre relações entre humanos e animais silvestres. Pensando na minha infância, certamente o tema desta pesquisa seria algo pelo qual eu teria me interessado ainda pequena. Vivendo no interior do Rio de Janeiro e considerando meu cão Beethoven como meu melhor amigo, para quem eu confiava minhas angústias, quase todas as tardes, minha vontade era ser médica veterinária quando crescesse, até perceber que eu não tinha nenhuma vocação para lidar com tecidos, fluidos, órgãos, excrementos ou qualquer outra coisa que pudesse ter aparência, cheiro ou textura estranhas, além de ter grande dificuldade para lidar com o sofrimento de animais que necessitam de cuidados.

Anos depois, soube, por meio de uns primos um pouco mais velhos, que existia a “Biologia”, e me interessou muito, já naquela época, a ideia de ser uma cientista e lidar com animais “selvagens”. Àquela época um livro sobre *Animais Incríveis*, que eu ainda possuo, e documentários sobre cães e gatos eram algumas das coisas mais interessantes que eu conhecia. Chegando ao final do Ensino Fundamental II, com a introdução de cálculos mais complexos, comecei a perceber que o que eu entendia por “ciências” passaria dali em diante a trabalhar com uma linguagem muito diferente daquela que meu cérebro se sentia mais à vontade para trabalhar.

Assumi, então, que seria melhor seguir com meus interesses nas ciências humanas e flertei com a Geografia, Psicologia, História e Jornalismo, sem saber ao certo aonde chegaria, mas nunca deixei meu interesse pelo “mundo natural” de lado. Pensei então que seria interessante estudar a relação dos homens com as plantas, já que na chácara onde eu vivia e, ainda hoje vivo, meu pai cultivava plantas para comercializar. No Ensino Médio, também comecei a me interessar por plantas que contêm substâncias psicoativas. Numa pesquisa pela internet descobri que já havia uma área que estudava relações entre humanos e plantas, chamada Etnobotânica, um caminho que eu podia seguir em uma disciplina conhecida como Antropologia.

Aquilo havia sido uma descoberta e tanto e, terminado o terceiro ano, seguindo meu desejo de ser uma cientista, ingressei no curso Interdisciplinar de Ciências Humanas na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, no qual havia, além de uma introdução às Ciências Sociais, uma introdução à Ciência da Religião, Filosofia, Ciência Política e Turismo. Esta teria sido uma boa escolha e neste caminho me perdi e me encontrei no meio de tantos temas que me interessavam, dentre eles as experiências de encontro com o divino por meio da natureza. Porém, enquanto pensava em seguir este interesse, caí quase que “de paraquedas” num projeto que envolvia primatas humanos e não humanos no Parque Nacional de Itatiaia, local

próximo à minha cidade de origem e onde havia alguns conflitos entre moradores, turistas, funcionários e macacos-prego (*Sapajus*).

De repente, por intermédio do pai de uma amiga, estava eu, que cursava Ciências Humanas, no meio de estudantes de Biologia, biólogos e pessoas que com-viviam cotidianamente com a mata e animais silvestres. Ali, muitos dos meus interesses se encontraram em uma das experiências mais incríveis que vivi. Tudo aquilo reacendeu fortemente meu interesse pelo mundo animal e suas relações com os humanos, especialmente por aquelas relações que ultrapassavam o dito normal.

Segui dividindo minhas atividades entre o curso e o projeto, além de acompanhar outros eventos de meu interesse na Universidade e pela nova cidade. Em 2017, ao acompanhar a Semana do Meio Ambiente, organizada pelo curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade, participei de uma palestra com uma bióloga do Instituto Estadual de Floresta, que relatava acerca do trabalho feito no Centro de Triagem de Animais Silvestres de Juiz de Fora (Cetas JF). Com o fim dos encontros no Parque em prol do projeto Primatas do Itatiaia que participava, eu, que já tinha feito alguns trabalhos voluntários com humanos na cidade, pensei que poderia dispor de um pouco do meu tempo para conhecer e colaborar com aquele trabalho feito em prol de animais silvestres, algo que me interessava e me intrigava. O que resultou no meu contato com a bióloga logo após a palestra.

Mas o que seriam animais silvestres? O que seriam animais selvagens? E domésticos? Esta é uma longa discussão. Segundo a legislação brasileira, animais silvestres são todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham a sua vida ou parte dela ocorrendo naturalmente dentro dos limites do território brasileiros e suas águas jurisdicionais.¹ Esta definição também se refere

àqueles que não sofreram processo de domesticação e mesmo em cativeiro retém ainda mesmo que em potencial seu instinto indômito. Animal selvagem seria aquele que tem vida livre sem sofrer a influência do homem e está incondicionado ao mesmo ou aos seus sistemas quer sejam produtivos ou aspectos antropomórficos. [...] Animais exóticos são aqueles cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro. As espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas, em estado selvagem, também são consideradas exóticas. Outras espécies consideradas exóticas são aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado espontaneamente

1 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 01 jun. 2021.

em Território Brasileiro. Em outras palavras seria aquele que não ocorre no território nacional em nenhuma ocasião. [...] Animais domésticos são aqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e melhoramento zootécnico tornaram-se domésticas, possuindo características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo inclusive apresentar aparência diferente da espécie silvestre que os originou (FREITAS, 2011, p. 4).

Porém, estas classificações zoológicas clássicas são questionadas quando nos deparamos com casos de espécies tidas como domésticas em certas localidades e que podem se tornar selvagens em outras ou espécies tidas como selvagens em certas localidades e que sofrem ações humanas domesticadoras em outras, não sendo a domesticação limitada “à vintena de espécies que são reconhecidas como domésticas pelos zoólogos e zootécnicos”, como afirma Jean Pierre Digard (2012, p. 208).

Na concepção zoológica clássica, a domesticação teria sido atingida quando animais de uma espécie “originária” deram à luz, após um longo período de reprodução controlada pelo homem, a uma nova espécie, dita doméstica. O que Digard (2012, p. 208) traz é um número de quase 200 espécies, “da ostra ao elefante, passando pelo bicho-da-seda”, sobre as quais populações humanas exercem alguma ação de domesticação, de variadas formas e por diversas razões, produzindo modificações mais ou menos profundas.

Partindo desta perspectiva, Digard entende a domesticação como criação, o que requer uma ação contínua, diária, de ações domesticadoras, que não se limitam às primeiras domesticações. Assim, tanto animais tidos como selvagens podem ser domesticados, como os animais domésticos podem se desdomesticar, asselvajar e retornar à vida selvagem, o que Digard chama de *marronagem* ou *feralização*, tornando as noções de selvagem e doméstico, muitas vezes, insuficiente.

[...] certas espécies às vezes apresentam sujeitos selvagens e sujeitos domésticos. Tal é o caso da rena (*Rangifer tarandus*), domesticada na Eurásia, mas não na América (onde é conhecida pelo nome comum de “caribou”); do camelo bactriano (*Camelus bactrianus*); do elefante da Ásia (*Elephas maximus*); do coelho (*Oryctolagus cuniculus*), incluindo tanto as numerosas raças de coelho de criação como o coelho do campo; do avestruz (*Struthio camelus*); do peru (*Meleagris gallopavo*); da galinha-d’angola (*Numida meleagris*); do galo (*Gallus gallus*); do pombo bravo cinzento (*Columa livia*) etc. – todas as espécies que podem apresentar fenótipos por vezes bastante diferentes, mas genótipos idênticos ou muito próximos, possibilitando a interfecundidade perfeita. Por consequência, contrariamente ao que afirma o direito francês e o direito internacional (cf.

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e de Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção, assinado em Washington em 3 de março de 1973, chamada “Convenção de Washington”), a fronteira entre o selvagem e o doméstico nem sempre se passa entre as espécies, mas também no interior das espécies ou, ao menos, de uma centena dentre elas”. (DIGARD apud Digard, 212, p. 212).

Neste sentido, como coloca Digard, a domesticação é mesmo um fenômeno instável e multidimensional, sendo as modificações produzidas não definitivas e estando a fronteira entre selvagem e o doméstico nem sempre entre as espécies, mas também no interior delas. Como afirma Sordi (2015, p. 71), “um animal morfológicamente domesticado pode ser etologicamente feral, assim como um animal morfológicamente selvagem pode ser domado e figurar socialmente como posse de uma pessoa ou uma instituição.”.

Oriol Beltran e Ismael Vaccaro, em *Animais selvagens convertidos em sujeitos políticos: a gestão pública da fauna nos Pirineus* (2015), trazem como populações humanas, na prática, atribuem valores distintos a cada uma das espécies, que variam de acordo com aspectos culturais, emocionais, ecológicos etc., apesar de, na teoria, a ciência moderna ter desmistificado e despersonalizado os animais dentro de uma concepção de diversidade biológica. Para os autores, esta variedade de valores humanos atribuídos aos animais reflete nas suas relações com eles. Nesse sentido afirmam que:

As comunidades humanas convertem culturalmente as espécies animais em conceitos. O status dos animais varia de acordo com as necessidades de cada sociedade e depende das posições dos atores implicados. Para alguns, os predadores se transformam, conceitualmente, de parasitas em ícones nacionais ou em elos da cadeia trófica. Para outros, o gado deixa de ser um meio de vida e reemerge como um risco e um problema sanitário. Animais aos quais são atribuídas tarefas produtivas específicas se convertem em animais domésticos. Deste modo, as espécies zoológicas, seus usos e sua percepção, se encontram em uma interação constante e uma redefinição permanente (Haraway, 2008; BELTRAN & VACCARO, 2015, p. 40).

Diante da variedade de possibilidades de relações entre humanos e animais e não desconsiderando o fato de que muitos humanos prendem, torturam e matam animais por todo o mundo, interessa aqui, especialmente, as relações entre humanos e animais silvestres e o fato de os afetos e sentimentos por animais silvestres/selvagens serem alguns dos grandes motivadores envolvidos nas relações entre

estes, o que movimenta o terceiro maior comércio ilegal do mundo: o tráfico de animais silvestres. Esse dado revela uma proximidade entre humanos e silvestres muitas vezes ocultada, como traz Vander Velden (2018) em seu estudo sobre o tráfico de animais silvestres no Brasil, mais, especificamente, em Rondônia, e que coloca em questão estas grandes divisões trazidas pela zoologia que reforçariam a separação entre natureza e cultura.

O que Felipe Vander Velden observou, foi uma forte atração por animais silvestres, que leva pessoas a manterem, só no país, cerca de 60 milhões destes animais em cativeiro. A pesquisa de campo feita por ele, com agentes envolvidos no tráfico de animais silvestres em Rondônia, revela que motivações traduzidas “através da linguagem dos afetos ou sentimentos, especialmente como paixões, gostos, *hobbies*, ou como boas ações direcionadas a animais que estão melhores nos quintais do que na floresta” (VELDEN, 2018, p. 109) estão muito mais presentes na percepção de seus interlocutores acerca de suas próprias motivações para estas relações do que razões culturais etc. Neste sentido, motivações afetivas aparecem como grandes movimentadoras deste imenso comércio de animais silvestres em seu contexto de pesquisa.

Em outro trecho desse mesmo trabalho, o autor demonstrou que não só os entrevistados que mantinham animais silvestres em casa manifestaram amor e afeto por eles, como também os profissionais de um Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas). Vander Velden cita, a esse respeito, o caso de profissionais do Cetas que receberam uma onça para reabilitação e que, protocolarmente, deveriam manter o mínimo de interação possível com os animais silvestres. Conforme o autor, no entanto,

Vários entrevistados manifestam, para com os animais de origem silvestre que mantêm em casa, amor e afeto, traduzidos na linguagem da familiarização e da infantilização, com a conseqüente preocupação trazida por estas relações. Nisto, estas pessoas em nada diferem daqueles indivíduos que tem em casa espécies mais convencionais – cães e gatos –, o que sugere que a incorporação familiar dos animais de estimação não é um fenômeno apenas urbano, conforme apontado por boa parte da literatura sobre o chamado mundo pet contemporâneo. Um dos casos encontrados por esta pesquisa foi de uma onça-pintada que, ainda filhote, era criada como um gatinho em uma casa na periferia de Porto Velho; ela foi apreendida e trazida para o CETAS local, onde, de acordo com um funcionário, virou o xodó do Cetas, tendo recebido até um nome; de fato, e tendo em vista que os animais abrigados no Cetas usualmente não recebem nomes (talvez por estarem ali, idealmente, só de passagem), ser esta onça – o maior e mais temido felino das Américas – tratada como um “xodó” é seguir dando-lhe o tratamento de um

“gatinho”, que é, com frequência, um membro da família (agora, da “família adotiva” do Cetas) (Ibidem, 2018, p. 110).

Esta passagem revela mais complexidades envoltas nas relações entre humanos e animais silvestres no Brasil, relações estas que se configuram de formas tão variadas, criativas e imprevisíveis há milênios, não sendo possível determiná-las, enquadrá-las ou classificá-las de forma definitiva, partindo do princípio de que são relações estabelecidas entre sujeitos com suas próprias subjetividades. Em busca de me aproximar mais do universo destas relações e de poder colaborar, de alguma forma, na compreensão sobre tais, foi que entrei em contato com a bióloga do Cetas JF que apresentou a palestra na Universidade, naquela semana do Meio Ambiente aqui já citada.

A bióloga me informou, contudo, que não trabalhavam com serviço voluntário neste Cetas, mas disse que uma forma possível de colaborar e estar mais perto do trabalho feito no Centro era elaborar um projeto de pesquisa a ser realizado lá dentro. Fui, então, convidada para conhecer o espaço. A essa altura, eu já fazia parte do grupo de pesquisa *Antropologia além do humano*, coordenado pela Professora Elizabeth Pissolato, que havia me encantado desde a primeira aula de *Antropologias Contemporâneas*, disciplina na qual conheci teorias contemporâneas acerca das relações “sociedade” e “natureza”, que davam destaque à não separação entre elas, que me interessaram muito.

Ela, que já sabia dos meus interesses nas relações entre humanos e animais e da minha experiência com o Projeto Primatas do Itatiaia, me ajudou a pensar um projeto de pesquisa que tinha como motivação investigar como se desenrolavam as relações entre humanos que trabalhavam no Cetas JF e os animais silvestres recebidos. O projeto se desdobraria, por fim, no meu Trabalho de Conclusão de Curso da graduação. Foi dessa forma que comecei a estabelecer minha relação com o contexto do Cetas JF, que mantive ao longo do mestrado. Mais uma vez, me vi caminhando, quase que por um acaso, por onde meu coração vibrava, sem saber muito bem como as coisas tinham acontecido.

Em busca de compreender como se desenrolavam as relações entre humanos que trabalhavam no Cetas JF e animais silvestres – provindos de apreensões de tráfico e de posse ilegal, entregas voluntárias e resgates –, passei a frequentar semanalmente o Centro e observar, a partir de uma perspectiva etnográfica, o que acontecia ali. A partir dessa abordagem, também me interessava investigar as sensibilidades e percepções envoltas nessas relações dentro de um Centro de Triagem de Animais Silvestres.

As primeiras investigações nesse sentido, realizadas ao longo da graduação, se deram entre o período de julho a outubro de 2017. Em 2019 ingressei no mestrado em Ciências Sociais, com o intuito de dar continuidade à pesquisa etnográfica

acerca das relações entre humanos e animais silvestres no Cetas JF. Tomando como base debates contemporâneos da Antropologia, retornei ao trabalho de campo no período de abril a junho de 2019, quando me descobri grávida e insegura para seguir pesquisando naquele ambiente que poderia ser nocivo à nossa saúde.

Durante a pesquisa, entre abril e junho, acompanhei as rotinas de práticas de atenção aos silvestres, tendo passado por situações semelhantes às que eu já havia vivido ali anteriormente, apesar de que todos os dias ocorrer algo de diferente, ao lidar com sujeitos animais diferentes. Porém, em meio a estas rotinas, aconteceram alguns eventos extraordinários ao longo desse novo período de pesquisa, como o quase fechamento do Cetas de Juiz de Fora, as andanças de uma onça-pintada em uma área urbana da cidade e suas repercussões e a minha gestação inesperada.

Tanto o quase fechamento do Cetas JF quanto as aparições da onça pela cidade acabaram aproximando o universo da fauna e o Cetas de pessoas de fora desse universo, que passaram a conhecer melhor o trabalho feito pelos profissionais que trabalham com fauna, inclusive, aquele que era feito pelos funcionários do Cetas JF. Com o avanço da gestação, me afastei do trabalho de campo mais cedo do que havia previsto e passei a acompanhar as repercussões destes dois eventos nas redes sociais e portais oficiais, além de manter contato com o veterinário e biólogos pelo WhatsApp.

De início, algumas questões me chamavam atenção para o retorno ao campo enquanto mestranda, como, por exemplo, aquelas relativas às emoções, sentimentos e afetos envolvidos nestas relações entre humanos e animais silvestres no Cetas JF. O que estes “afetos” estariam dizendo sobre a separação entre animais silvestres e domésticos, refletindo em “dois tipos diferentes de amor”? Como estes interlocutores equilibravam emoções e afetos com os protocolos da Medicina Veterinária e das Ciências Biológicas? Como interesses e percursos pessoais de funcionários do CETAS refletiam nas trajetórias dos animais e vice-versa? Estas e outras questões me movimentaram, inicialmente, neste retorno, as quais, ao longo da segunda fase da pesquisa foram tomando outras formas e desdobramentos.

O objetivo neste *Ebook* não é, contudo, o de responder todas as questões iniciais, aderir ou propor teorias sobre as relações entre humanos e animais, mas o de descrever aquilo que encontrei no Cetas JF de forma a dar espaço tanto ao protagonismo dos cuidadores dos silvestres quanto ao dos próprios silvestres enquanto atores no Cetas JF. Nesse sentido, foi realizado um trajeto histórico no primeiro capítulo do presente *Ebook*, intitulado *Regulando animais silvestres*, em busca de identificar importantes demarcações legais a nível nacional e internacional em torno de animais silvestres, além de localizar algumas perspectivas dominantes acerca das relações entre humanos e animais. Outro ponto importante abordado nesse momento diz respeito às formas pelas quais se desenvolveu uma legislação brasileira direcionada à fauna silvestre, e que resultou em diversas medidas

práticas de proteção e de combate às ilegalidades nas relações entre humanos e animais silvestres, dentre elas a criação de um centro para recebimento de animais apreendidos, resgatados ou provindos de entregas voluntárias denominado de Centro de Triagem de Animais Silvestres.

No capítulo seguinte, *O Cetas*, é feita uma descrição sobre qual o trabalho a ser realizado nos Cetas brasileiros, de um modo geral, e como ele ocorre mais especificamente no Cetas de Juiz de Fora (JF). Vale dizer que, especialmente no Cetas JF, o trabalho que acontece é realizado de forma compartilhada entre Instituto Estadual de Florestas e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Cetas/IEF/Ibama JF). Trago ainda, nesse momento, uma descrição sobre a estrutura e espaço do Cetas JF, além de informações sobre os profissionais da equipe local.

No terceiro capítulo, intitulado *Relações, eventos, conhecimentos: a primeira fase da pesquisa*, fiz um relato da primeira fase da observação etnográfica, realizada ainda durante a graduação. Neste primeiro momento observei a rotina de recebimento e tratamento dos animais que lá chegavam, assim como a falta de estrutura, funcionários e materiais em algumas situações para a realização do trabalho com fauna. Algumas questões chamaram atenção neste período: as concepções acerca do amor aos animais silvestres presentes entre os funcionários; a presença da *pena* e *compaixão*, muito evidentes em situações de saúde mais críticas dos animais; a presença das noções de *proteção* e *compromisso* em relação a eles; noções de *indivíduo* e *espécie*, que operavam juntas ou não a depender do contexto; conceitos como o de *humanização e enriquecimento ambiental* como fatores que orientam condutas humanas dentro do Cetas. Além destas questões, que dizem respeito mais especificamente às noções que orientam estas condutas humanas, também chamou atenção como os animais tinham lugar de sujeito no contexto do Cetas JF, movimentando toda a dinâmica do Centro.

Em *Novos eventos, questões que voltam: segunda fase da pesquisa*, relato o contato que tive com o Cetas JF enquanto estive com a pesquisa de campo pausada e como foi o retorno ao Centro, já no mestrado. No decorrer da segunda fase da pesquisa, algumas questões reapareceram logo: a dedicação dos profissionais do Cetas JF aos animais que lá estavam; o que refletia em diversas ações em prol do bem-estar deles, como as práticas de *enriquecimento ambiental*; a questão da *humanização* dos animais silvestres; além dos casos de *humanização* dos animais que ali estavam ou já estiveram. Além disso, descrevo algumas impressões e antagonismos de funcionários do Cetas acerca da questão da *humanização* e

em torno de passarinheiros² e tutores³ de animais silvestres, que observei neste segundo momento da pesquisa de campo.

No quinto capítulo, *Para além dos limites do Cetas*, relato dois eventos extraordinários que aconteceram durante a segunda fase da pesquisa no Cetas JF: o quase fechamento deste e de outro Cetas de Minas Gerais e as andanças de uma onça-pintada (*Pantera onca*) na cidade. Os dois episódios relatados levaram o trabalho do Cetas JF para além dos limites físicos deste Centro, gerando mais visibilidade ao trabalho dos profissionais de fauna lá realizado. Destaco, ainda, como os episódios também foram marcantes para a minha pesquisa, pois evidenciaram como os profissionais do Cetas JF estariam movidos por outras motivações, além da questão profissional.

De caráter conclusivo, o sexto capítulo, intitulado *Silvestres: proteção, múltiplos afetos e engajamentos*, tem a intenção de mostrar a complexidade do contexto do Cetas JF, destacando a dimensão prática das relações construídas no contexto do Cetas JF. Aqui, a palavra *cuidado* aparece como centralizadora das práticas existentes no Centro, como as questões em torno da alimentação e da comunicação. Chamo atenção, também, neste capítulo, para as ambiguidades do cotidiano do Cetas, como as que aparecem em meio à ética profissional de quem trabalha com fauna e as relações práticas com os animais; às definições de animal silvestre e selvagem versus animal doméstico; e às noções de *indivíduo* e *espécie*.

2 Caçador, criador ou comerciante de pássaros.

3 Neste caso, refiro-me a quem tem a tutela legal sob o animal silvestre.

1 Regulando Animais Silvestres

O Brasil é um dos países mais megabiodiversos do mundo, o que quer dizer que abriga grande parte das espécies vegetais e animais do planeta Terra. No *Livro Vermelho de Espécies Ameaçadas* (ICMBIO, 2018, p. 43), constam no Brasil 117.096 espécies de animais, podendo ultrapassar 137.000. Seriam quase 9000 espécies de vertebrados já descritas, sendo cerca de 4.545 espécies de peixes, 1080 anfíbios, 773 répteis, 1919 aves e 701 mamíferos, números que vem crescendo por novas descobertas.

Estes dados demonstram ser o Brasil o país com maior número de espécies conhecidas de anfíbios e primatas em todo o mundo, o segundo em espécies de mamíferos e o terceiro em espécies de aves e répteis, além de ser o sexto país em endemismos⁴ de vertebrados (ICMBIO, 2018, p. 43). Mas, apesar de toda a exuberância, pesquisas feitas por órgãos dos mais variados vêm apontando, cada vez mais, ameaças às espécies nativas, que levaram, inclusive, ao desaparecimento ou quase desaparecimento de algumas delas.

Além da variedade imensa de espécies de animais nativos, o país também é um dos mais populosos, o que quer dizer que é um dos países com maior população humana, com a estimativa de 211.755.692 pessoas em 2020 (IBGE, 2017)⁵ e, dentre as principais ameaças às espécies animais nativas, a espécie humana é, consensualmente, reconhecida como a maior delas. A destruição do habitat destas espécies animais, a caça para subsistência e comércio são as principais atividades humanas que as afetam (RENCTAS, 2001 apud REDFORD, 1992 & ROCHA, 1995, p. 6), sendo o comércio ilegal de animais silvestres a terceira maior atividade ilícita do mundo (RENCTAS, 2001, p. 6).

Além destas ameaças, há ainda conflitos e acidentes causados pela proximidade entre animais silvestres e áreas habitadas por humanos, a criação em cativeiro, dentre outros fatores. No entanto, cabe lembrar que relações entre humanos e outros animais e a circulação destes com ou através de humanos acontece, potencialmente, por todo o mundo e há milênios, como no caso da associação humana com cachorros (estimada de cerca 50 mil anos), que levou o animal a colonizar a Austrália e depois as Américas (VANDER VELDEN, 2018,

4 Endemismo é quando determinada espécie é originária e só ocorre em determinada área geográfica, sendo endêmica daquele local.

5 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 29 mai. 2021.

p. 40). Na Amazônia brasileira também é muito antiga a presença de animais silvestres familiarizados ou amansados entre populações nativas.

No Brasil, em 1921 foi criado um Serviço Florestal,⁶ que tinha como finalidade proteger as florestas e outros “recursos” (BRASIL, 1921) e, em 1934, foi criado o primeiro Código Florestal.⁷ Em 1943 veio o Decreto-Lei nº 5.894,⁸ que trouxe regulamentações mais específicas em relação aos animais, proibindo a caça de espécies raras, de pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte e de animais de criação, além da comercialização de alguns animais, porém, deixando livre a caça de animais considerados nocivos (especialmente à agricultura). Já em 1954, a Portaria nº 64, foi um documento mais completo e atento às especificidades regionais relacionadas à caça, mas que manteve o abate de espécies “nocivas”, como os carnívoros, que podiam ser caçados por todo o Brasil (VANDER VELDEN, 2017, p. 66).

Na década de 1960 começaram a surgir discussões internacionais mais organizadas acerca do comércio da fauna e flora silvestres e dos riscos que o negócio representava para a biodiversidade global (VANDER VELDEN, 2017, p. 47). Em *Jóias da Floresta* (2017, p. 43), Vander Velden traz que nos finais do século XIX e início do século XX, emergia uma nova consciência no mundo euro-americano acerca das relações entre seres humanos e a natureza; movimento que almejava a proteção da “natureza” e que resultaria na criminalização de diversas atitudes humanas relacionadas aos animais silvestres neste contexto, como a livre movimentação humana com/destes animais. Esta nova consciência já viria sendo construída, no mínimo, desde o século XVIII na Europa e teria repercutido no mundo euro-americano (THOMAS, 2010, p. 19; VANDER VELDEN, 2018, p. 43).

O interesse pelo mundo natural e as preocupações acerca das relações entre os humanos e outras espécies teriam crescido na Europa Ocidental no início do período moderno, quando começaram a ocorrer diversas transformações em torno de como eram percebidos e classificados estes outros seres (THOMAS, 2010, p. 19). Segundo Keith Thomas (2010), não havia uma sensibilidade pró-animal anterior ao período moderno na Europa Ocidental. Ele destaca que, naquele tempo e espaço, a ideia dominante era de que civilização era sinônimo de dominação da natureza, a qual era legitimada por crenças teológicas cristãs da época, para as quais havia uma diferença fundamental entre seres humanos e outros animais, e segundo a

6 Criado pelo Decreto nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912publicacaooriginal-91264-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.

7 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

8 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del5894.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

qual os últimos estariam prontos para servi-los. Com uma sólida linha divisória estabelecida entre o humano e os outros animais nesta cosmologia, não havia impedimentos para a caça, domesticação, alimentação, vivissecção e extermínio de outros animais (THOMAS, 2010, p. 55).

Entre 1500 e 1800, no entanto, alguns dogmas acerca do homem na natureza estabelecidos na Europa Ocidental foram descartados, como o da superioridade humana em relação aos outros animais, dando lugar a novas sensibilidades e novas formas de se relacionar com outras espécies, o que botou em cheque o direito dos humanos de explorar ilimitadamente outras espécies em benefício próprio (THOMAS, 2010, p. 19).

Para Thomas, a experiência concreta de humanos com outros animais na Europa Ocidental foi muito importante para a emergência desta nova consciência europeia nos fins do século XIX e início do século XX. Ele cita que, em torno de 1700, já havia uma intensa popularização dos animais de estimação na Inglaterra, tanto os domésticos quanto os “selvagens” e que a lei nacional foi se modificando para abranger estes novos “objetos” de propriedade. Thomas (2010) afirma que a difusão destes animais entre as “classes médias urbanas” no início do período moderno inglês foi um processo de grande envergadura social, psicológica e, inclusive, comercial. Além disso, esse processo também teria tido implicações intelectuais, levando pensadores a fazerem diversas especulações acerca da inteligência animal.

Com o aumento da proximidade entre estes animais e populações urbanas europeias ocidentais, a ideia de que os animais não podiam ser mortos pelo simples prazer de matar tomou força. No final do século XVII, os adversários dos maus tratos aos animais da região condenavam a caça à lebre, a vivissecção, a prisão de aves silvestres em gaiolas, métodos brutais de abate, e as crueldades envolvidas nos refinamentos gastronômicos (THOMAS, 2010, p. 217). A nova abordagem, totalmente leiga, dizia que mais importante do que especular se os outros animais eram capazes de falar ou racionar, era se eram capazes de sofrer e de sentir dor. Esta nova consciência teria culminado, então, na necessidade crescente de legislar-se, em níveis nacionais e internacionais, a favor da natureza.

Voltando ao contexto nacional, em 1967 foi promulgada uma lei brasileira específica de Proteção à Fauna, que trouxe uma definição de fauna e colocou os animais silvestres como propriedade do Estado, estando sob sua tutela e responsabilidade:

LEI Nº 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967: ⁹

Artigo 1º - Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do

9 BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, Capítulo VI: Do Meio Ambiente (art. 225). Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp. Acesso em: 29 mai. 2021.

cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibido a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

A lei caracterizou como fauna silvestre os animais que habitam naturalmente o território brasileiro em algum momento de sua vida, no sentido de não provirem de cativeiros. Qualquer das atividades nela citadas contra a fauna passou a ser contravenção penal e a caça profissional e comercialização dos animais e suas partes passaram a ser proibidas. “A partir daí, se iniciou no Brasil a atenção dada aos riscos associados à extinção de umas espécies, como a perda de funções ecológicas e do equilíbrio de ecossistemas” (ICMBIO, 2018, p. 43). Em 1967 também foi criado, no âmbito do Ministério da Agricultura, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que veio a ser substituído posteriormente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Vander Velden relata, baseado no *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico da Fauna Silvestre*, a impressão de como o cenário brasileiro anterior a 1967 era de uma “imensa e generalizada circulação de espécies da fauna nativa” (VANDER VELDEN, 2018, p. 67) por todo o Brasil, chamando a atenção para a habitual presença de feiras e lojas que realizavam o comércio de animais silvestres, especialmente de aves, no país. Ao mesmo tempo, relata que a partir dos anos 1960, começa a se consolidar – com a cristalização da oposição entre animais *domésticos* e *domesticados* e animais *selvagens* ou *silvestres* (ou da fauna) - a figura do *tráfico de animais silvestres* como um mecanismo conceitual (e depois jurídico) que busca caracterizar uma série de condutas relativas à movimentação exploratória de certas espécies de animais. (VANDER VELDEN, 2018, p. 44).

Em 1971, no Brasil, encerrou-se o prazo definitivo para comercialização de produtos da fauna que ainda estavam estocados e, em níveis internacionais, fica juridicamente reconhecida a ilegalidade e criminalização de uma série de “práticas – algumas muito antigas – de movimentação de seres vivos e suas partes, produtos ou substâncias de seus corpos” (VANDER VELDEN, 2018, p. 44). A partir de então, no Brasil, relações e atividades com animais silvestres, antes tidas como habituais e costumeiras, passaram a ser criminalizadas, como, por exemplo, manter em casa aves silvestres como animais de companhia sem a autorização do Estado.

Em 1972, foi realizada a Primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na qual foi proclamada a responsabilidade especial dos humanos de “preservar e administrar judiciosamente o

patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo devido a uma combinação de fatores adversos”.¹⁰

Em 1973, os participantes da recomendação de Estocolmo elaboraram um mecanismo internacional de controle do comércio de espécies da fauna, a *Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção*, conhecida como CITES, a fim de “regular de forma eficaz o comércio de espécies da fauna e flora, prevenindo-as do perigo de extinção, quando a ameaça for o comércio internacional”.¹¹ O Brasil se integrou ao CITES em 1975 e o Ibama incorporou em seus procedimentos os princípios propostos pela Convenção para a emissão de Licenças de exportação/importação.¹²

Mas foi apenas em 1981 que o Brasil instituiu uma Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938,¹³ com medidas mais firmes em relação à fauna pautada nos princípios da Convenção. No início de 1988 foi criada a Lei nº 7.653, conhecida como *Lei Fragelli*,¹⁴ que regulou de forma mais cuidadosa atos contra a fauna em específico e tornou os que eram considerados contravenção penal como crimes inafiançáveis.

A Constituição Brasileira, já no fim de 1988, trouxe mais definições em relação à fauna e chamou atenção para o dever do Poder Público e da coletividade de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. De acordo com o texto da Constituição:

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1988:¹⁵

Artigo nº. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

-
- 10 Este encontro é um marco histórico, pois teve como desdobramentos a elaboração da Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html> . Acesso em: 17 jan 2021.
 - 11 Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-externo/cites>. Acesso em: 17 jan. 2021.
 - 12 Ibidem.
 - 13 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 01 jun. 2021.
 - 14 Disponível em: BRASIL. 1998. *Lei nº 9.605*, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.
 - 15 BRASIL. Lei n. 5.197, de 03 de Janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Distrito Federal, jan. de 1967. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Leis/Lei_5197_3dejan1967.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Em fevereiro de 1989 foi promulgada, por sua vez, a Lei nº 7.735,¹⁶ que criou o *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* (Ibama), formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Superintendência da Borracha – SUDHEVEA, Superintendência da Pesca – SUDEPE e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (RENCTAS, 2001, p. 7).

O Ibama tem a missão de “proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar sustentabilidade no uso dos recursos naturais, executando ações de competência federal”¹⁷. Ficou, então, sob responsabilidade do Ibama exercer o “gerenciamento, controle, proteção e preservação das espécies silvestres brasileiras da fauna e da flora” (RENCTAS, 2001 apud Aveline e Costa, 1993)

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, evento internacional em torno das questões ambientais, conhecida como ECO92. A partir de 1994, o Brasil desenvolveu duas Estratégias e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANBs) definindo diversas ações em prol da biodiversidade brasileira que vieram sendo desenvolvidas e implementadas até os últimos anos (ICMBIO, 2018, p. 22).

Já em 12 de fevereiro de 1998 foi proclamada a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605), que voltou atrás na decisão de tornar os atos cometidos contra fauna crimes inafiançáveis e os tornou passíveis de multa:

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§1º incorre nas mesmas penas:

(...)

III -quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente (BRASIL, 1998).¹⁸

16 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm. Acesso em: 01 jun. 2021.

17 Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

18 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

Vale dizer que esta Lei, assim como a de nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967, segue em vigência no Brasil, orientando diversas práticas, especialmente as fiscalizatórias, ligadas ao manejo de animais silvestres. Com o desenvolvimento e implementação destas leis e medidas ligadas à proteção da fauna, tornou-se necessária a criação de locais para receber os animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues ao Ibama.

Para isto, foram regulamentados, através da Instrução Normativa Ibama nº 179, de 25 de junho de 2008, os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), que configuram um empreendimento autorizado pelo Ibama com a finalidade de “receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares; e que poderá realizar e subsidiar pesquisas científicas, ensino e extensão”.¹⁹

No Brasil, em 2018, havia 45 Cetas funcionando no Brasil, sendo 23 administrados pelo Ibama e estando a maioria localizada Sudeste e, em seguida, no Nordeste (SANTOS & SILVA et al., 2018, p. 4). Nestes, é necessária a presença de, no mínimo, um biólogo, um médico veterinário e um tratador para receberem os animais silvestres. Além disso, os Cetas podem contar com a presença de estagiários e voluntários tanto de Biologia quanto de Medicina Veterinária.

No Sudeste, o estado de São Paulo abriga 16 Centros, Minas Gerais 3 e os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo 1 cada (SANTOS & SILVA et al., 2018, p. 4). No estado de Minas Gerais, havia o Cetas de Belo Horizonte, Montes Claros e Juiz de Fora, dentre os quais foi escolhido o Cetas/IEF/Ibama de Juiz de Fora, para a realização da presente pesquisa de mestrado, que além de estar localizado na mesma cidade em que eu cursava o mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal, se mostrou espaço interessante para a observação de como se desenrolam as relações entre humanos e animais silvestres dentro deste contexto específico. Diante disto, o seguinte capítulo traz mais sobre a função do trabalho realizado nos Cetas e como ele acontece, mais especificamente, no Cetas JF.

19 Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=77522>. Acesso em: 01 jun. 2021.

2 O Cetas

Com o estabelecimento de uma legislação que coloca diversas relações entre humanos e animais silvestres como ilegais no Brasil, e o aumento de uma preocupação com as causas ambientais, tanto por parte do Estado quanto por parte da população, se tornou cada vez mais necessário um espaço adequado para receber os milhares de silvestres provindos das fiscalizações, de entregas voluntárias de animais em situações ilegais e de resgates. Estes animais são encontrados muitas vezes com problemas de saúde, necessitando de cuidados especiais antes de serem *devolvidos à natureza*.

Como citado no capítulo anterior, os *Centros de Triagem de Animais Silvestres* (Cetas) foram criados, então, para receber provisoriamente animais silvestres provindos de ações fiscalizatórias contra o tráfico, posse e caça ilegal destes, de resgates e de entregas voluntárias de civis (estas últimas em menor quantidade). No recebimento do animal é feito um registro e, então, é realizada uma avaliação de seu estado para, assim, se iniciar um tratamento adequado quando necessário, tal como uma reabilitação, e a definição da próxima destinação do animal.

O objetivo principal do trabalho feito nos Cetas é que estes animais possam voltar à natureza, por meio da *soltura*, mas vale dizer que em alguns casos isso não é possível devido às condições do animal e, nestes casos, ele é enviado para algum local habilitado para recebê-lo, tais como instalações de criadores legalizados, zoológicos, centros de pesquisa, entre outros. Apesar disso, de acordo com dados recentes, “Nos últimos dez anos, os Cetas do Ibama devolveram para a natureza mais de 200.000 animais apreendidos, resgatados e entregues espontaneamente”.²⁰

Uma das ideias que orienta a prática do Cetas é a de que o lugar destes animais é na natureza, distante do contato com humanos ou com a sociedade. Mesmo que estes animais tenham nascido e crescido dentro de cativeiro e em contato com humanos, se considera que portariam um *DNA (silvestre)* que os diferenciaria dos animais domésticos, e estes últimos seriam aqueles que estariam adaptados ao convívio humano.

Muitos dos animais que passam pelo Cetas, de fato, se reabilitam para voltar à *vida livre*, mas, em alguns casos, este retorno à *vida livre* é julgado como impossível, em decorrência das más condições físicas ou comportamentais do animal, na maioria das vezes causadas pelo contato com humanos, o que os impediria de levarem uma “vida selvagem”.

20 Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna-silvestre/cetas/o-que-sao-os-cetas>. Acesso em: 29 mai. 2021.

As alterações comportamentais devido ao contato com humanos são muito comuns em psitacídeos e mamíferos e são chamadas pelos profissionais da área de *humanização* ou *amansamento*, já que o termo *domesticação* é usado para se referir a um processo milenar de alteração e seleção de DNA. Quando a humanização é julgada irreversível, estes animais devem tomar outro destino habilitado para recebê-los, tais como criadores autorizados, zoológicos, centros de pesquisa, santuários, dentre outros. Contudo, muitos aguardam nos Cetas vários anos por este destino adequado, seja por excesso de animais nos locais apropriados para recebê-los, seja pela escassez destes.

Os Cetas também podem realizar e subsidiar pesquisas científicas, ensino e extensão. Dos Cetas espalhados pelo Brasil, a unidade que me recebeu se encontra na Zona da Mata Mineira, entre os grandes centros do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, na cidade de Juiz de Fora (JF), onde passam importantes rodovias, como a BR-040, que conectam a estes grandes centros e a regiões interioranas onde há muitos animais silvestres. É um dos três Centros do grande estado de Minas Gerais, sendo muito pouco para a demanda de serviço que os Cetas oferecem, tendo este que atender cidades de uma grande região. Esta unidade funciona através de um trabalho de cooperação entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Cetas/IEF/Ibama JF, através do *Plano de Trabalho entre IEF e Ibama Para Compartilhamento do CETAS Juiz de Fora*, de 2013,²¹ mas que estava vencido desde 2015.

Em Juiz de Fora, os órgãos contavam com três servidores do IEF trabalhando diretamente para o funcionamento do Cetas, sendo um veterinário e dois biólogos, além de estagiários e tratador, sendo este último de responsabilidade do Ibama. Estes não serão chamados aqui por seus nomes reais nem fictícios, por opção minha, já que alguns preferiram não se identificar no início da pesquisa e pelo fato de que, pessoalmente, não simpatizo com nomes fictícios. No início da minha pesquisa havia somente um tratador que ficava, muitas vezes, sobrecarregado, mas quando retornei ao campo, no segundo momento da pesquisa, havia dois tratadores contratados e aquele antigo tratador havia trocado de função.

O cotidiano do Cetas/IEF/Ibama JF ofereceu-me um rico campo de pesquisa para observar as relações diárias e diretas entre estes humanos e animais silvestres. As investigações etnográficas que serão aqui relatadas foram realizadas nos períodos entre julho e outubro de 2017 e entre abril e junho de 2019, por meio da observação participante e da realização de entrevistas livres. O acompanhamento das atividades e entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com os silvestres recebidos foram feitos, semanalmente, nestes períodos. Lá fui recebida com muita atenção

21 BRASIL. Plano de Trabalho Entre IEF e IBAMA Para Compartilhamento do CETAS Juiz de Fora. Juiz de Fora, Nov. de 2013.

e paciência, num ambiente repleto de verde, o que tornou o contexto da pesquisa muito agradável. A pesquisa feita em 2017 gerou o material para o meu Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e, em 2019, retomei as atividades de pesquisa para o desenvolvimento da minha Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, que veio a se tornar este *Ebook*.

ESPAÇO E PROCEDIMENTOS

No Cetas de Juiz de Fora há a sede (Figura 4), em que se desenvolvem as atividades burocráticas dos órgãos parceiros (IBAMA E IEF), e uma casinha (Figura 5) na qual funciona mais especificamente o Centro de Triagem e em que há a sala de procedimentos (Figura 6), local onde acontece a avaliação, tratamento dos animais e procedimentos de enfermagem. É neste local que também ficam abrigados ou em observação os animais considerados inaptos para a *soltura* ou mesmo para descerem para os viveiros. Há também as instalações que abrigam esses viveiros, onde ficam os animais que estarão, em breve, aptos para a *soltura*. Nesta área dos viveiros há, ainda, espaços separados para tucanos, para papagaios, maritacas e passeriformes; além de viveiros na área externa para os rapinantes, como falcões, gaviões e corujas (Figuras 7 e 8).

O Cetas JF também abriga um serpentário, em que acolhe serpentes que, normalmente, são enviadas para o Instituto Butantan,²² e um local para répteis como tartarugas e jabutis, além de dois pequenos açudes. Os mamíferos, por sua vez, podem ser colocados nos viveiros externos ou em gaiolas adequadas ao seu tamanho. O lugar ainda é envolto por um fragmento de mata, que alcança o Parque Natural Municipal da Lajinha, o que torna frequente a presença de animais em liberdade, como lagartos, aves e micos. Além dos animais em liberdade, que habitam a mata vizinha ao Cetas, há animais que foram tratados no Cetas e soltos por ali mesmo e que continuaram a frequentar o espaço, como um jacu que estava sempre perto dos viveiros ou maritacas, comumente soltas por ali também.

No Cetas JF, a maioria dos animais recebidos é de aves, o que reflete o cenário nacional do tráfico de animais silvestres, no qual 82% dos animais apreendidos corresponde a estes animais (RENCTAS, 2001). O grupo é composto principalmente por passeriformes (ou passarinhos) canoros e psitacídeos (família das maritacas, papagaios e araras, que têm a habilidade de reproduzir alguns sons e possuem belas cores). Considerando este dado, os problemas mais frequentes nos animais dos Cetas JF eram: sarna, desnutrição por alimentação pobre em nutrientes (geralmente restrita a algumas sementes), asas cortadas, stress, ferimentos, entre outros.

22 Disponível em: <https://butantan.gov.br/>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

Os animais chegam ao Cetas geralmente trazidos por fiscais do meio ambiente (sejam do Ibama ou do Estado), policiais do meio ambiente, além de por guardas municipais ou mesmo por civis. Provindos de fiscalizações, denúncias, entregas e resgates, os animais recebem um registro ainda na sede, chamado *Termo Cetas*, sendo atribuído, a cada um, um número específico relacionado ao *Boletim de Ocorrência* da apreensão. No termo, consta a lista dos animais recebidos identificados por seu nome científico, nome popular, número de exemplares, nome do responsável pela entrega e do órgão responsável pelo recebimento, além do número do *Boletim de Ocorrência*, data, cidade de onde vieram e o número da nova anilha a ser colocada pelo órgão pelo qual chegou (Ibama ou IEF).

Após a identificação, o animal é encaminhado para a sala de procedimentos do Cetas JF, em que é feita uma avaliação do seu estado, que geralmente é realizada pelo veterinário, que é acompanhado por estagiários (de Veterinária ou Biologia; em sua maioria, mulheres). No momento dessa avaliação são procurados possíveis problemas, como doenças ou lesões, que geram informações para preencher a ficha do animal, na qual consta o número de marcação da nova anilha, número do *Termo Cetas*, data, espécie, se há dimorfismo sexual (diferença entre os sexos) e as informações sobre o quadro físico e clínico do animal. O animal é então vermifugado e recebe a nova anilha para identificá-lo.

Após esse procedimento, é enfim definido o destino provisório do animal, decidindo-se se ele será liberado para os viveiros ou se ficará em observação na enfermagem, para ser cuidado com mais cautela. No caso dos animais em observação, atenta-se à alimentação, aos excrementos e ao comportamento, de modo geral. Cabe lembrar que a enfermagem conta com boxes individuais para estes casos.

Quando apto, o animal vai para a área dos viveiros, o que é importante não somente para sua recuperação física, mas também para uma reabilitação social, na qual a convivência com os outros incentiva o comportamento social e até a alimentação, já que ao ver os outros animais se alimentando, estariam relembrando uma *sabedoria* existente em seu DNA. Um exemplo dado pela bióloga do Cetas, nesse sentido, foi a de aves recém-chegadas, acostumadas por seus antigos tutores somente com ração, que aprendem a se alimentar de frutas com os animais mais antigos no Cetas JF. Assim, a vivência nos viveiros seria essencial para os animais serem levados à *soltura*. Estes animais são soltos em Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS), que são, normalmente, propriedades rurais cadastradas pelo Ibama, de acordo com o interesse do proprietário, para receberem os animais silvestres aptos para a *soltura* reabilitados nos Cetas. Este cadastro é feito de

forma gratuita, sendo necessário preencher uma *Carta de Intenção* e apresentar a documentação necessária.²³

O procedimento diário no Cetas JF se iniciava com a limpeza das gaiolas e viveiros e a alimentação dos animais, começando pelas maritacas, que ficam “gritando” até que sejam alimentadas e, por último, são alimentados os passarinhos de gaiola que comem menos e dão mais trabalho na limpeza de seus espaços. Os animais são alimentados pelo tratador e pelas estagiárias duas vezes ao dia, de manhã (com ração) e após o almoço (com frutas e sementes). Os animais da enfermaria, por sua vez, são alimentados de acordo com a necessidade específica de cada indivíduo (como a necessidade de suplementação com vitaminas ou cálcio), que é muitas vezes indicada num mural.

O tratador em exercício no primeiro período do trabalho de campo, a quem vou me referir a partir daqui como “antigo tratador”, à época contando 16 anos de trabalho no Cetas, mencionou que sua rotina era tratar os *bichos* de segunda a sábado, sendo o veterinário responsável por alimentá-los aos domingos, e completou: “tem que gostar dos animais, né”.

Diversas vezes, ao longo do campo, reapareceria esta afirmação de que para trabalhar com animais silvestres “tem que gostar”. Isso foi afirmado pelo tratador, estagiários, biólogos, veterinário e até mesmo apareceu nas falas dos policiais que ficavam com os animais no pelotão até encaminharem para o Cetas JF. Esta afirmação, de que “tem que gostar” dos animais, seria justificada por eles pelo fato de que há muito trabalho a se fazer, muitas vezes com pouca estrutura e material disponíveis, o que fazia com que os profissionais envolvidos tirassem do próprio bolso algum dinheiro para manter certos animais por não aguentarem vê-los sofrer. Além dessa doação de dinheiro, se observou, ainda, a doação de materiais e recursos, além do próprio tempo. Cada profissional envolvido oferecendo o que podia e tinha para disponibilizar, movido por sentimentos de pena e compaixão para com os animais.

Para alimentar animais carnívoros em recuperação, como os rapinantes ou mesmo as serpentes, são utilizados camundongos brancos, aqueles “de laboratório”, doados pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Estes são mantidos em boxes forrados com serragem e alimentados com ração e água. O tratador é quem fica encarregado da função de tratá-los e de sacrificá-los. O antigo tratador contou que toda vez que ia trocar a água e ração dos camundongos, eles fugiam para o lado oposto, me explicando que teriam medo da luva branca, pois “sabiam” que era ele, com sua luva, quem os matava. Se o camundongo não morresse, o animal que se alimentaria dele morreria, justificou ele. Neste contexto, matar o roedor se

23 Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/centros-de-triagem-de-animais-silvestres-cetas#asas>. Acesso em: 29 mai. 2021.

encontra no rol das práticas de cuidado para com os animais silvestres instalados no Cetas JF, prática esta que poderia salvar a vida deles. Aqui se trata de um dos casos em que ficou firmada a noção de que a causa do Cetas JF é trabalhar em prol de animais silvestres, mesmo que isto signifique usar ou sacrificar outros animais.

Mesmo encarada como necessária para salvar animais silvestres carnívoros, como os rapinantes, a eutanásia de roedores não era realizada por muitos dos estagiários do Cetas JF, alguns dos quais me contaram não ter uma coragem maior do que a pena pelos roedores para realizá-la. Apesar dos objetos das práticas de cuidado serem os animais silvestres, outros animais, como os domésticos que por ali circulavam, também despertavam sentimentos nestes humanos, sejam os roedores ou ainda outros animais que por ali passavam espontaneamente.

Desde a minha primeira ida ao Cetas JF, ainda para conversar sobre a pesquisa, havia notado a presença de animais em liberdade ao redor das instalações, tais como teiús (*Tupinambis merianae*), um tipo de lagarto, além de aves e micos, e fiquei me perguntando o que os atraía até lá. Logo descobriria que o antigo tratador, além de alimentar os que estavam instalados ali no Cetas, também alimentava alguns animais em liberdade. Os teiús, sempre por perto e bem graúdos, eram alimentados por ele com ovos que sobravam e, quando não recebiam alimento, ficavam atrás dele pela manhã. “É só alimentar que tá feito!”, conforme me explicou. Diversas vezes, ao longo da minha estadia por lá, ouviria dele esta frase, dizendo que bastava alimentá-los para ganhar sua confiança, numa referência aos animais de modo geral.

No contexto do Cetas JF, a comida se mostrou um meio essencial através do qual as relações entre humanos e animais iam se firmando e aprofundando. De um lado, comida e água são meios essenciais para se viver, de outro, o trabalho destes humanos é majoritariamente oferecer alimento, além de abrigo e cuidados de saúde. Aqui ela é ponto fundamental onde os afetos entre estes humanos e estes animais se tecem.

Posteriormente, o tratador, até aqui citado diversas vezes, seria transferido para outra função, sendo contratados dois novos tratadores. Mas, o antigo tratador continuaria ajudando nos serviços do Cetas, alegando que não podia “abandonar os animais”. Apesar de ter sido deslocado para uma função na área da limpeza e de ter recebido um pedido para que ajudasse os novos tratadores, quando possível, por conta de sua experiência, muitas vezes observei que a presença do antigo tratador no Cetas, especialmente na lida com os silvestres após essa troca de função, era uma questão de escolha. De modo semelhante, pude observar escolhas de vida de outros humanos ali presentes, como o veterinário (caso que relatarei a seguir).

QUESTÕES DE ESCOLHA E PROFISSÃO

O veterinário do Cetas JF foi uma figura central em minha pesquisa de campo, por estar mais presente fisicamente no Cetas e orientar as práticas de cuidados com os animais, além de possuir grande experiência com animais silvestres. Ele contou que desde criança se interessava por tudo que envolvesse animais selvagens e optou, na sua graduação por se aprofundar em silvestres. Desde essa época era conhecido como o “louco dos silvestres”, pois era um período em que esta era uma área ainda menos comum que hoje, mal havendo livros disponíveis para estudo.

Naquele tempo, ele havia feito um estágio no Cetas/Ibama em Belo Horizonte e também em um zoológico e numa clínica. Após se formar, ele fizera um curto trabalho com silvestres, mas relatou que foi ganhar experiência de trabalho, de fato, como autônomo, em 2005, quando trabalhou em um criatório de avestruzes, área na qual se manteve por cinco anos. Nos dois anos seguintes, trabalhou num Cetas de condicionamento provisório da Vale do Rio Doce e mais um ano com gado, quando passou, então, no concurso do Instituto Estadual de Florestas (IEF), chegando então ao Cetas/IEF/Ibama JF, onde esteve de 2014 até 2019, momento em que pediria transferência para outra unidade, o que se concretizou pouco depois do fim da minha pesquisa de campo.

Apesar do veterinário estar mais presente, fisicamente, dentro do Cetas, há também o trabalho essencial dos biólogos, como já foi dito, que cuidam da documentação dos animais, do ambiente e bem-estar de um modo geral. Dentre os estagiários, há tanto estudantes de Veterinária quanto de Biologia e apareceram algumas vezes brincadeiras em torno dessas duas áreas profissionais.

Uma delas ocorreu enquanto eram feitos trabalhos na área dos viveiros, quando uma estagiária da Biologia perguntou ao veterinário, em tom de brincadeira, porque ele tinha uma implicância com biólogos. Ele respondeu brincando, mas emendou contando que discussões sobre o que é trabalho de veterinário e o que é trabalho de biólogo são antigas, mas que naquele momento as áreas estariam mais definidas e os trabalhos de cada um entendidos como complementares. Segundo ele, já teriam acontecido muitos conflitos, como nas décadas de 1970 e 1980, quando veterinários teriam sido retirados de alguns zoológicos com o argumento de que eram desnecessários, até que os biólogos destes zoológicos perceberem que não podiam trabalhar sozinhos. Ele contou que, até terem admitido isto, houve diversas falhas de nutrição e em tratamentos de animais, que levaram à má nutrição, além de casos de anestésias maldadas, operações malfeitas etc. O veterinário contou, ainda, que ele mesmo teria sofrido perseguição e ameaças de perder o emprego por conta de uma bióloga, mas que lá no Cetas convivia bem com seus colegas biólogos, não passando de brincadeira qualquer mal-estar entre as profissões.

Esta estudante de Biologia era conhecida entre os colegas do Cetas por se empenhar em fazer práticas de *enriquecimento ambiental* no espaço, área em que teria investido de forma mais interessada após fazer um estágio no qual tinha que criar práticas de enriquecimento ambiental para beneficiar os animais. A partir de então, seguiu pesquisando e praticando este tema. Investia seu tempo e dinheiro em busca de práticas de bem-estar animal, sempre trazendo o que aprendia para a realidade do Cetas JF, o que veremos mais à frente.

O exemplo do médico veterinário e desta estagiária de Biologia mostraram-me como estar no Cetas JF estava para além de uma mera obrigação profissional, e, muitas vezes, se via ligado a uma escolha de vida e de dedicação, o que eu presenciaria também em outras situações e que levantou questões que trarei mais adiante. Tendo trazido informações sobre as principais funções do trabalho realizado nos Cetas, explicitando como elas acontecem no Cetas JF e a partir de que estrutura e equipe o trabalho é realizado, trago a seguir os principais momentos do primeiro período da pesquisa de campo realizada no Cetas JF em 2017.

3 Relações, eventos, conhecimentos: a primeira fase da pesquisa

Numa tarde de inverno, em 2017, iniciei meu trabalho de campo. Assim que cheguei e comecei a fazer anotações sobre o espaço, também chegou uma viatura da polícia ambiental com uma pequena cobrinha exótica²⁴, famosa por ser criada como *pet*,²⁵ chamada *corn snake*. Esta espécie é conhecida entre criadores de animais exóticos, havendo grupos e fóruns na internet para compra, venda e troca de informações sobre elas.

O animal filhote apareceu na cozinha da casa de uma pessoa que, ao chegar de viagem, encontrou-o lá e ligou para a polícia buscá-lo. Como não se tratava de uma espécie silvestre nativa, o destino do animal não seria a soltura, mas provavelmente algum zoológico. Ao ser tirado da caixa estava nervoso e dando bote, mas, assim que o veterinário o pegou, ele se mostrou muito tranquilizado, possivelmente por estar acostumado ao contato humano. Com o animal lá, ficaram pensando como o alimentariam, já que serpentes maiores eram alimentadas com camundongos.

Enquanto o veterinário o manipulava, tivemos uma primeira conversa e ele logo disse para mim, ainda sem saber exatamente o que eu, das ciências humanas, buscava ali: “não é porque os humanos sempre domesticaram os animais que isto deve acontecer. Os homens submetiam as mulheres, mas não quer dizer que isso era o certo.”. Pareceu que a observação foi a fim de quebrar qualquer possível posição a favor dos humanos que criam em cativeiro animais silvestres. Ouvi outras vezes de profissionais do Cetas que os animais domésticos já serviam para serem companheiros dos humanos, mas que os animais silvestres deveriam estar na natureza.

AMOR SILVESTRE

Ouvi também ao longo do campo, desde o primeiro dia, queixas acerca das condições de trabalho dos funcionários de meio ambiente, de modo geral, e dos que *trabalham com fauna* mais diretamente. Foram citadas, por exemplo, a quantidade insuficiente de funcionários em todos os setores; condições precárias

24 Estrangeira.

25 Animal de estimação.

de estrutura e de iluminação; falta de equipamentos; atraso nos salários (na época esta era uma falta com os funcionários do estado). No caso do recolhimento de animais silvestres feito pela polícia, muitas vezes, o civil que pedira o recolhimento ligava novamente dizendo que o animal havia morrido ou que fora embora devido à demora, o que ocorria seja por conta da grande demanda, seja pelos poucos profissionais existentes.

Em relação aos policiais, na região de Juiz de Fora, àquela época, eram somente 12 funcionários da polícia do meio ambiente para atender toda a região, incluindo cidades vizinhas, sendo as demandas relacionadas à fauna somente uma das atribuições desta polícia. Seria de responsabilidade da polícia do meio ambiente a fiscalização de explorações florestais; do transporte de produtos e subprodutos florestais; do transporte e comércio de pescados; de plantas vivas, procedentes de florestas; dos desmatamentos e queimadas; dos criadouros de animais silvestres; das atividades de pisciculturas; coibir atividades poluidoras do meio ambiente; implementar campanhas educativas na área ambiental e cooperar com as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, fornecendo relatórios e laudos necessários para dar início à ação penal e civil de reparação de danos ao meio ambiente.²⁶

Ouviria várias vezes, mais tarde, de funcionários contratados e concursados, mas também de estagiários e daqueles envolvidos indiretamente, como fiscais, policiais, etc., que é preciso muito amor para *trabalhar com fauna*, pois no serviço público desta área faltam materiais, funcionários e estrutura, tendo os profissionais envolvidos que dar um jeito para não deixar o animal “na mão”, como disse um policial certa vez. “Quem trabalha com fauna no Brasil tem que ter amor pelo que está fazendo porque os recursos são baixos e acaba gastando do próprio bolso ou tempo, pois falta, não tem recurso... Se não tiver amor pela fauna você não consegue, acaba saindo, pois há sempre doação de tempo, dinheiro, do que você tiver, senão tiver amor, vai sair”, declarou o biólogo do Cetas JF em outra ocasião. Segundo ele, neste trabalho há uma grande carga emocional envolvida, pois se está lidando com vida o tempo todo e é difícil ver um animal e não suprir o que está faltando para ele, deixando-o com fome, frio, dor ou morrendo.

A bióloga, a primeira com quem entrei em contato quando surgiu o interesse no trabalho feito no Cetas JF, ainda no primeiro dia, me convidou para ir à enfermaria ver os animais que estavam em quarentena, em especial uma coruja jacurutu, ordem (*Strigiformes*) pela qual ela tinha um carinho especial. Os papagaios e maritacas que ali estavam faziam o maior berreiro. A coruja ficou muito assustada quando a bióloga abriu o *box* e a sua beleza era, de fato, muito impressionante. Notamos que em frente havia outra coruja, que a bióloga não sabia que estava ali, conhecida

26 Disponível em: <http://www.pmambientalbrasil.org.br/quem-somos>. Acesso em: 21 jan. 2021.

como orelhuda. Esta ficou muito ressabiada com a nossa presença enquanto se alimentava de um camundongo branco, comumente dado como alimento para estes animais carnívoros ali.

Havia num viveiro que estava do lado de fora, próximo à sala de triagem, um sauá (*Callicebus personatus*) com uma atadura em uma das pernas. Este animal havia sido entregue por um civil que o encontrara após cair de um poste e quase ter sido atacado por seu cão. O animal chegou com a perna fraturada e, apesar de já estar recebendo tratamento há algum tempo, inclusive com suplementação de cálcio, seu osso não estava calcificando. Este animal seria enviado para o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, pois, provavelmente, não poderia retornar à *vida livre*.

Por sorte, ainda no meu primeiro dia, O Cetas recebeu animais provindos de fiscalizações da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, tornando o dia mais movimentado com a chegada de vários pássaros de pequeno porte. No recebimento, estavam envolvidos o veterinário e a bióloga, que me acolheram com muita atenção. Acompanhei a avaliação do estado dos animais e anilhamento de todos e, na sequência, o preenchimento do *Termo Cetas* e da ficha dos animais. O trinca-ferro (*Saltator similis*) era o passeriforme mais presente, uma as espécies mais prezadas pelos passarinhos,²⁷ segundo o veterinário, que logo me disse que era a espécie mais recorrente no Cetas JF, por ainda ser encontrado facilmente na região, diferentemente de outras espécies canoras antes encontradas, como o bicudo (*Oryzoborus maximiliani*), o curió (*Oryzoborus angolensis*) e o pintassilgo (*Spinus magellanicus*).

Ao acompanhar as atividades na sala de procedimentos, vi que não era necessário manter silêncio ou mesmo usar um tom de voz mais baixo para lidar com os animais. O veterinário cobriu a superfície da bancada com um papel e, ao tirar os animais da gaiola, olhava as anilhas com as quais haviam chegado, que eram, muitas vezes, originalmente pertencentes a outro animal (legalizado) ou inteiramente falsificadas, o que demonstrava a complexidade do tráfico no Brasil. Apesar destes passeriformes terem vindo todos de cativeiro, se mostravam muito ariscos ao contato humano, fugindo dentro da gaiola para não serem pegos, situação que eu veria em praticamente todas as outras chegadas de passeriformes que presenciei.

Após avaliar os passarinhos, colocar a nova anilha com a ajuda de um alicate, vermifugar e preencher a ficha, o veterinário colocava o animal novamente na gaiola na qual havia chegado, até que todos tivessem passado pelo procedimento e pudessem ser levados aos viveiros. Neste dia, todos puderam ser mandados direto para lá, onde teriam espaço suficiente para fortalecerem os músculos e

27 Aquele que caça, cria ou comercializa pássaros.

se prepararem para a soltura em alguma Área de Soltura de Animais Silvestres (ASAS), com sua nova anilha (inclusive os que teriam nascido já em cativeiro, por se tratar de uma espécie com *DNA silvestre*, como dito anteriormente).

Naquele dia também notei que a movimentação de civis no local era grande. A todo momento havia gente entrando e saindo para solicitar serviços oferecidos pelos órgãos. Durante a triagem dos animais recebidos, apareceu um homem procurando por doação de sementes e os funcionários o direcionaram para outro local para encontrá-las. Antes de partir, o mesmo perguntou se poderia trazer o filho para ver os jabutis, cena que eu presenciaria diversas vezes durante o campo: pessoas a fim de ver e visitar os animais ali mantidos, como eu mesma gostaria, se não tivesse tido este acesso durante a pesquisa.

Acompanhei, ainda naquele dia, as estagiárias no preparo das frutas para os animais dos viveiros. Ao longo da pesquisa, notei, diversas vezes, o cuidado com que os estagiários de um modo geral selecionavam e cortavam as frutas, que são, em sua maioria, doadas por um grupo de distribuição de hortifruti dos mercados da região. Quando recebidas do grupo de distribuição são separadas as boas das apodrecidas e estas últimas são dadas aos jabutis que, enquanto baixos e terrestres, teriam o organismo adaptado para digerir alimentos mais maduros.

Muitas vezes, o antigo tratador era quem buscava as frutas doadas (mesmo depois de deixar o cargo de tratador, enquanto exercia outra função), e era valorizado pelos colegas do Cetas JF por conseguir boas doações, devido ao seu “conhecimento” do pessoal do grupo de distribuição de hortifruti. Ele também conseguia outras doações, como de serragem, e, certa vez, gabou-se de ter conseguido até melancia para os animais. A comida tinha um papel essencial na estadia e recuperação destes animais no Cetas, sendo, então, importantíssima a aquisição de doações para além dos alimentos concedidos pelos órgãos públicos.

A estagiária mais antiga, que acompanhei durante o primeiro período de campo, utilizava pinhas para colocar as frutas das aves, criando certo desafio que contribuiria para a reabilitação dos animais. Ao longo da minha estadia notei como ela incentivava a introdução de galhos, bambus, espigas de milho e outros “brinquedos” para enriquecer o ambiente dos animais, tornando-o mais agradável e divertido, além de desafiador. Dessa forma, estimulava a recuperação ou o desenvolvimento de habilidades físicas e motoras, por meio da prática chamada de *enriquecimento ambiental*.

Enquanto os alimentava, ela se atentou para a vocalização diferente de um dos papagaios dos viveiros naquele dia, passando a observá-lo com mais cuidado. Durante a minha estadia, esta estagiária se mostrou especialmente interessada pelos psitacídeos. Ela fez questão de me apresentar um *louro* que vocalizava no ritmo de uma canção de natal conhecida no Brasil e de relatar sobre um papagaio que estava isolado de outros por ter atacado pela segunda vez um deles, após ter ficado

seis meses em isolamento pelo mesmo motivo. Ela ainda se mostrou cuidadosa, principalmente com os da enfermaria, alguns destes sem pé ou penas, ou com deficiência nutricional. A falta de penas pode se dar por terem sido cortadas por humanos ou arrancadas pelos próprios animais, como manifestação de stress, o que seria “consequência da vida em cativeiro”, disse a estagiária. Em suas gaiolas, estes animais são tirados e colocados na enfermaria do Cetas todos os dias, para tomar sol e respirar um “ar fresco”.

Ao acompanhá-la, noutro dia, notei que carregava uma garrafinha com uma vitamina de frutas, ovo e leite em pó feita por ela, e que havia sido preparada para os seis filhotes de gambá (*Didelphis*) que abrigava em casa. Como tinha sobrado, ela daria para algum outro animal no Cetas. Vale ressaltar que a prática de levar filhotes órfãos para casa era comum, já que o Cetas/IEF/Ibama JF não conta com funcionários após o horário comercial e estes animais necessitam de alimentação e aquecimento constantes para sobreviver. Nestes casos, os funcionários sempre recebiam orientações sobre o cuidado de não *humanizá-los*, o que poderia dificultar ou mesmo incapacitar a soltura do animal na natureza. Sabendo disto, a prática, que não era uma obrigação institucional dos funcionários, tornava-se quase que uma obrigação moral, atribuída geralmente aos estagiários, que ficavam responsáveis por alimentá-los de poucas em poucas horas e mantê-los aquecidos, na tentativa de “salvá-los”. Tentativa, pois muitas das vezes os filhotes não sobreviviam, algo que me relataram profissionais do Cetas e que eu mesma presenciei. Como me disse o biólogo uma vez, cada um doa o que pode no contexto do Cetas/IEF/Ibama JF. No caso dos estagiários, estariam sempre doando seu tempo para ajudar aos animais.

Aquele que ficava responsável por levar para casa esses animais, carregava consigo uma autorização formal do órgão que os registrou (Ibama ou IEF), para o caso de passar por uma eventual fiscalização. Com seis filhotes de gambá em casa há quase três semanas, a estagiária lembrou como seus pais, de início, foram resistentes à presença dos bichinhos com aparência de “rato” na casa. Mas que, em menos de três semanas, os pais estariam envolvidos com as práticas de cuidado direcionadas a eles, dizendo ser impossível não serem afetados pelos bichinhos. Contudo, ela enfatizou que a demonstração deste afeto deveria ter um limite, já que se tratava de silvestres e não de domésticos – era preciso colocar uma linha entre eles.

Com um professor, ela teria aprendido a respeitá-los sendo livres, animais diferentes dos domésticos, o que configurava para ela duas formas diferentes de amor. No caso dos silvestres, sua demonstração de amor seria cuidar deles para que voltassem logo à liberdade; no caso dos domésticos, seria querer tê-los por perto e poder abraçá-los. Completou dizendo que demonstrar amor aos silvestres com contato humano é terrível, pois, assim, eles perdem o medo de humanos

e nem todos os humanos vão tratá-los bem. Além disso, “a *vida na natureza* é disputada”, o que justificava seu interesse em colocar desafios de enriquecimento ambiental para os animais.

Em outro momento, o biólogo também falaria dessa relação controversa com os animais silvestres, na qual seria necessário, por um lado, muito amor para seguir exercendo este trabalho, mas, por outro, não poderia ter apego a eles e querer tê-los sempre por perto. Aqui o amor ao animal silvestre se traduzia a limitar os próprios impulsos de expressar carinho ou de querer tê-los por perto, em prol de vê-los livres. Ultrapassar os limites desta relação, tornando-os *humanizados*, poderia fadar o animal ao cativeiro ou mesmo levá-lo à morte, pois ao perder o medo de humanos este poderia se aproximar demais de pessoas que não teriam a intenção de cuidá-lo.

SUJEITO SILVESTRE

Para pensar como os animais do Cetas/IEF/Ibama JF assumem lugar de sujeito em suas relações com os humanos com quem interagem, mobilizando uma série de práticas, materiais, ligações afetivas e emoções, contarei o caso de um ouriço-cacheiro (*Sphigurus villosus*), recebido no Centro como um caso grave.

Para mim, a história começou com a chegada de uma preguiça (*Folivora*), resgatada pelos policiais militares enquanto tentava atravessar uma rua movimentada. Ela se agarrou às ferragens da caçamba da viatura e ninguém conseguia tirá-la, dando trabalho aos funcionários. Após várias tentativas contra a força de suas garras, foi necessário injetar um calmante nela, para que pudesse ser retirada de lá, e logo que ficou amolecida, foi possível levá-la para a sala de procedimentos.

Lá ela foi avaliada, vermifugada e recebeu um chip de identificação para quando fosse solta novamente. A preguiça, ainda sob os efeitos do calmante, foi colocada num dos boxes da enfermagem, próximo a um ouriço-cacheiro que estava em recuperação. Após algum tempo, fui conferir se os efeitos do calmante já estavam passando, quando notei o ouriço tomando água e comentei com o veterinário, que logo se mostrou muito entusiasmado e foi conferir. O ouriço tinha chegado ao Cetas JF muito ferido e, há quase uma semana, estava sem se alimentar.

O animal havia, aparentemente, levado uma facada, e mais tarde eu ouviria dos funcionários que é frequente a chegada de ouriços e gambás que foram atacados por humanos. Os ouriços por conta dos espinhos e, os gambás, “pelo mito do mau cheiro”, diria o biólogo. O ouriço em questão, que chegou muito machucado, causou grande comoção nos cuidadores do Cetas, que torciam por sua recuperação. Ao conversar sobre o caso, a estagiária que dissera existirem dois tipos diferentes de amor (para com os animais silvestres e domésticos), comentou que, geralmente, os animais que chegavam mais debilitados e ficavam mais tempo

em tratamento eram os que mobilizavam mais ligações afetivas entre os cuidadores, sendo esta movida, muitas vezes, por sentimentos de pena e compaixão, como foi no caso do ouriço.

Com um machucado na cauda e meio cego, o ouriço foi o animal que naquele período mais teria despertado emoções nas estagiárias com quem conversei. Não só nestas, mas no próprio veterinário, que muitas vezes se mostrava mais pragmático no trato com os animais. O veterinário confessaria, mais tarde, que uma das espécies que mais lhe interessava era a do ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), por ser um animal “espinhudo” e “excluído”, remetendo à hostilidade das pessoas com relação a este animal.

Após o dia da chegada da preguiça, o ouriço começou a se alimentar naturalmente, gerando expectativa de melhora nos cuidadores. Na semana seguinte, ao acompanhar a limpeza da ferida, com gazes e produtos para limpeza e cicatrização, ouvi das estagiárias que se tratava de um ouriço fêmea e que estava tendo melhoras, apesar de o ferimento ainda estar “feio”. A fêmea, há três semanas no Cetas JF, já estava mais *mansa* e tranquila com os procedimentos.

A estagiária, já formada em Biologia e cursando Medicina Veterinária àquela época, era quem coordenava os curativos do ouriço. Ao limpar o ferimento, conversava com o animal tentando acalmá-lo, por se tratar de um procedimento dolorido. Contudo, relatou a mim que não tinha pena de esfregar para limpar, já que sabia que isto o faria melhorar e enfatizou a intenção de vê-lo *voltando à natureza*. Em casos como este, deve-se suspender o sentimento de pena para poder realizar os procedimentos necessários a fim de atingir a finalidade: a *vida livre*. Depois da limpeza realizada foi aplicada uma injeção de antibiótico e anti-inflamatório no animal, para prevenir inflamações e infecções.

Porém, na semana seguinte, ao receber a limpeza dos ferimentos, o ouriço perdeu a pele de sua cabeça quase que inteira, indicando que os pontos não tinham sido bem absorvidos pelo organismo do animal, causando necrose na pele. Neste caso, o animal não interagiu bem com as práticas de cuidado, não restando outra opção senão a de eutanasiá-lo, procedimento utilizado na Medicina Veterinária e que é utilizado pelos veterinários do Cetas JF com o intuito de eliminar o sofrimento do indivíduo silvestre.

A eutanásia é feita quando não há possibilidade de recuperação do animal, havendo prognóstico de morte certa; quando sua recuperação não permite que tenha *qualidade de vida* ou quando os gastos e métodos necessários para mantê-lo e recuperá-lo estão além das possibilidades do Cetas JF, fica a critério do veterinário a decisão de fazer ou não a eutanásia, ou morte humanitária do animal, feita com a injeção de medicamentos que levam à inconsciência e à parada cardíaca.

Não presenciei a eutanásia do ouriço, mas ouvi do veterinário que, assim, ele pararia de sofrer. Neste contexto, a eutanásia é mais uma forma de cuidado e

compromisso com a proteção dos animais (não só dos animais silvestres) em que o ser humano deve ser responsável por cessar o sofrimento animal. Mais uma vez é necessária a submissão da pena para a realização dos procedimentos necessários.

INDIVÍDUO E ESPÉCIE

A eutanásia também pode ser feita no contexto do Cetas JF como uma prática em prol da conservação de uma espécie, como no caso de um carcará que chegou por meio da polícia ambiental. Esta foi a primeira eutanásia que eu presenciei. Ele chegou junto com maritacas, trinca-ferro (*Saltator similis*) e cobras. Enquanto o veterinário descarregava as gaiolas da viatura, eu conversava com um dos policiais responsáveis pelas entregas a respeito da história de uma jaguatirica entregue por um fazendeiro no pelotão que trabalhavam. O animal havia aparecido na fazenda bem pequeno, um “neném”. O fazendeiro ainda aguardou dois dias antes de contatar a polícia para ver se a mãe voltava pelo filhote, mas o policial logo disse que depois que o filhote “pega cheiro gente”, a mãe não volta mais.

Enquanto isso, eles iam conferindo e descarregando as gaiolas da viatura. Dando continuidade ao assunto, o policial contou que a jaguatirica estava sob os cuidados de uma veterinária da cidade que se voluntariou e que, no momento, estava alimentando o filhote de três em três horas com um caro leite em pó para felinos, que ela comprara com o próprio dinheiro. Num vídeo apareceu um filhote bem pequeno e o veterinário questionou porque esses animais quase não eram enviados para o Cetas JF, já que o serviço tem estrutura o suficiente para receber felinos de até médio porte. Demonstrava, ao mesmo tempo, muito interesse pelo felino e certo cansaço de lidar somente com aves, interesse este que se manifestaria em outros episódios.

O carcará que chegou com eles havia sido encontrado pelos bombeiros no chão, com uma asa machucada. O animal logo me chamou atenção, pois antes da pesquisa de campo eu já me encantava por grandes gaviões, mas nunca tinha chegado tão perto de um. Esta seria a primeira grande ave que eu presenciaria ali no Cetas. O veterinário observou que ele tinha o “bico cruzado”, a parte de cima apontava para um lado e a de baixo apontava para o outro. Ele disse que parecia ser uma característica de nascença, até porque, segundo a veterinária que estava cuidando dele, ele se alimentava perfeitamente.

Antes de partir, um dos policiais levou as serpentes ao serpentário e fez questão de esperar pelos ganchos para poder colocá-las com cuidado no chão, dizendo já haviam passado por “estresse demais”, demonstrando assim compaixão e preocupação com o bem-estar delas. Tendo partido, começaram então os trabalhos de anilhamento, feitos pelo veterinário e pela estagiária, e, enquanto isso, eu ia ajudando a tirar as gaiolas vazias e a entregar as que ainda não haviam

sido mexidas. Mas, de repente, o veterinário precisou atender a uma urgência e ficamos eu e a estagiária na sala de procedimentos e ainda tinha bastante serviço com a chegada de outra viatura. Fiquei no preenchimento da ficha, enquanto ela manipulava os animais, até que chegou a vez de uma maritaca que deu muito trabalho no anilhamento. O animal não parava de se mexer, a estagiária não tinha tanta experiência, eu não tinha nenhuma e a anilha estava muito dura para ser fechada com o alicate, até que o biólogo apareceu para ajudar.

O veterinário retornou e transferiu o belo carcará da caixa entregue pelos policiais militares para o box da enfermaria, local em que ele ficaria em observação. O veterinário pegou o animal pelas patas, e a estagiária me explicou que os animais devem ser surpreendidos onde tem mais força, por onde te atacariam, neste caso, pelas garras. O carcará precisou de curativo na asa por vários dias para tratar o ferimento, que parecia, para o veterinário, ter sido feito por linha de pipa.

Num dos dias que acompanhei a troca do curativo, ele estava muito arisco e vocalizava bastante durante o procedimento, sendo necessário cobrir sua cabeça com um pano para acalmá-lo. Neste dia eu senti bastante incômodo ao ver o animal se debatendo durante o procedimento, pois me parecia estar sentindo muita dor. Duas semanas após sua chegada ali, o veterinário optou por eutanasiá-lo, justamente no meu dia de pesquisa de campo. Num primeiro momento, o fato de eutanasiá-lo não me impressionou, mas durante o procedimento, e lembrando do episódio, percebi que fiquei bastante impressionada e me compadecei do sofrimento do animal e das suas vocalizações que mais me pareciam um “pedido de vida”.

O veterinário justificou a decisão por conta da má recuperação da asa do animal, pelo bico cruzado e pela falta de recursos para manter um animal estritamente carnívoro ali, já que não poderia retornar à *vida livre*. Segundo ele, sua asa não estava se recuperando adequadamente e colocar um animal com defeito genético para se reproduzir, neste caso o bico cruzado, era ir contra a conservação da espécie. Aqui o animal apareceu tanto como indivíduo que deveria ser eutanasiado quanto como exemplar da espécie, que não deveria se reproduzir. A decisão causou em mim e nas estagiárias certa resistência, mas o veterinário que detinha o conhecimento e experiência necessários para a tomada de decisão e era muito respeitado por todas.

Ele cuidou dos procedimentos naturalmente, mas para mim, como já dito, e uma das estagiárias, seria a primeira eutanásia presenciada. Enquanto o veterinário aplicava os medicamentos, o carcará gritava desesperadamente, o que foi interpretado por mim como um pedido de vida, até que seu coração parou. Todos os óbitos são registrados no *Livro de óbitos*, com a data, nome científico, nome popular, número da anilha e recinto no qual o animal estava. Quando o óbito ocorre sem a indução pode ser realizada a necropsia, e, depois, vão todos para um *freezer*, onde ficam até a destinação final. Algumas vezes, professores

e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora ou alguma instituição particular buscavam lá as carcaças a fim de utilizá-las para estudo.

UM SUJEITO HUMANIZADO

Algumas semanas depois da chegada do carcará, chego ao Cetas e percebo um movimento estranho nos viveiros. Era a “jaguaririca” sobre a qual se falara na chegada do carcará e que, na verdade, era um gato-do-mato. Todos ficaram alvoroçados e já tinha uma estagiária disposta a cuidar do filhote pelo tempo necessário. O filhote tinha sido colocado num dos viveiros e era incrível vê-lo explorando o espaço, tentando escalar a grade e subindo nos bambus colocados lá para ele. Mas este já apresentava um comportamento diferente ao se encontrar com humanos: ao invés de se recolher, ele ia em direção à grade e ficava fazendo movimentos circulares, mostrando interesse na presença humana, possivelmente por conta do tempo que passou sob os cuidados da veterinária voluntária na outra cidade.

A estagiária escolhida para cuidar dele era uma das mais antigas e que tinha um interesse especial por felinos, ficando a cargo dela alimentá-lo, mantê-lo aquecido, entre outras funções. Na sala de procedimentos do Cetas, o veterinário começou a passar as orientações para a estagiária, sobre como deveria ser a alimentação e suplementação de acordo com o peso do animal, que deveria ser pesado frequentemente; o cuidado para não deixar o gato *humanizado* e a não exposição de fotos do animal na internet. Após estas e mais algumas recomendações, ela e o gato seguiram para casa.

Quando retornei ao campo enquanto mestranda no ano seguinte (2019), fiquei sabendo que o gato-do-mato voltou algum tempo depois para o Cetas/IEF/Ibama JF avaliado como *humanizado* após a convivência com a estagiária, que o tratava como um “gatinho doméstico”. Assim avaliado, ele teve que ficar mais de um ano num criador particular habilitado pelo Ibama, sendo treinado mais sistematicamente para poder voltar à *vida livre*.

O conceito de *humanização* é entendido por estes profissionais como o amansamento de um indivíduo de espécie silvestre, que, adaptado ao convívio humano tem seu *comportamento natural* alterado e perde habilidades necessárias para a *vida livre*. Já o conceito de *domesticação* para os profissionais da área é entendido como um processo lento e gradual de seleção e modificação de DNA de uma espécie. Neste caso, a estagiária não manteve os limites tidos como necessários entre os profissionais da área para esta relação, tratando-o como um gato doméstico, expressando, inclusive, carinho de forma física, o que resultou na *humanização* daquele indivíduo gato-do-mato. Aqui seria um caso em que o

“amor” pelo animal silvestre teria ultrapassado o limite aceito no meio, tornando-se algo prejudicial ao animal, como me relataram dentro do Cetas JF.

AMOR ALÉM DO CETAS

Além da mobilização de práticas de cuidado para com os animais e do despertar de ligações afetivas entre estes e os humanos ultrapassarem os limites da unidade do Cetas/IEF/Ibama JF para as casas dos envolvidos, as práticas de cuidado começam antes mesmo da entrega do animal, como acontece com muitos dos policiais militares do meio ambiente que os recebem, recolhem, resgatam ou apreendem. Estes, especialmente os de batalhões de outras cidades, geralmente esperam a reunião de uma quantidade mínima de animais para levarem para algum Cetas que atenda sua região.

Enquanto aguardam uma quantidade que viabilize a viagem ao Cetas JF, os policiais acabam tendo que cuidar dos animais, alimentando-os com seus próprios recursos, com “pena de deixar os animais com fome”. Evitam, também, serem responsáveis pela morte deles em seu local de trabalho, como me declararam alguns policiais com quem conversei ao longo do campo, os quais revelaram que as noções de *proteção e compromisso* para com os animais orientavam seus atos nestas situações. Este ato de compromisso também é feito por funcionários do Cetas JF quando na falta de doações de alimento e de verba para comprá-los.

“É necessário muita dedicação, amor, compaixão nesses trabalhos”, diria um dos policiais, já que muitas vezes se recebia pouco ou nada para cuidar dos animais. Outro policial diria, também, palavras como: “vida, carinho, respeito e proteção à natureza”, ao se referir à importância de seu trabalho, revelando novamente as noções de *proteção e compromisso* com os cuidados aos animais.

Durante o campo, presenciei e ouvi acerca de variados engajamentos dos policiais do meio ambiente com os animais. Por exemplo, o caso de dois policiais que me relataram, ao trazer aves de Barbacena, como cuidavam dos animais no pelotão enquanto a transferência não acontecia. Nesses casos, contavam com a ajuda da comunidade: uma senhora costumava fornecer a ração voluntariamente, mas havia morrido, e então outro senhor passou a comprar e doar; já as frutas, os próprios policiais conseguiam doações de um hortifruti da região, já que “não dá para deixar eles na gaiola com fome né”, como diria um deles. Quanto aos cuidados médicos, recebiam ainda ajuda de uma veterinária voluntária, que, segundo eles, não recebia nada por isto, mesmo tendo feito um curso, gastando conhecimento e materiais para auxiliar os animais. Disse um deles: “ela é uma mãe para nós!” e que tentavam não levar qualquer caso para ela para não sobrecarregá-la, levando somente em casos de necessidade. Um dos policiais falou ainda sobre a necessidade

do órgão da polícia do meio ambiente ter seus próprios veterinários, já que uma de suas funções é *trabalhar com fauna*.

Certa vez, no segundo período do trabalho de campo, ficamos eu, os estagiários e os policiais engajados em identificar uma das aves que trouxeram e que estava a ponto de morrer. Os estagiários buscavam nos livros e eu e os policiais na *internet*, até que os estagiários encontraram a espécie num dos livros. Os policiais disseram que, normalmente, no pelotão, os mais antigos identificavam os animais, ou mesmo a veterinária, além deles próprios conhecerem algumas espécies pelo nome popular devido ao antigo costume de caçar passarinhos na sua região na época da juventude. Após conferir os animais e suas espécies, os estagiários passaram a anilhar os animais recebidos, conversando com eles no intuito de acalmá-los ou consolá-los.

Numa outra ocasião, também no segundo período do campo, chegaram duas maritacas e um tucano (*Ramphastos toco*), trazidos pelos policiais de Juiz de Fora, que já havia trazido uma coruja-preta (*Ciccaba huhula*) pouco tempo antes. Um deles contou que havia cortado peito de frango para ela, que não quis. O veterinário perguntou de onde ela e o tucano teriam vindo, dado que saber o histórico do animal ajudaria muito no diagnóstico e tratamento.

Enquanto eram feitos os procedimentos de recebimento do tucano e das maritacas, aquele policial observou que havia um trinca-ferro (*Saltator similis*) cego na enfermaria e perguntou se os olhos dele tinham sido furados de maldade, “para fazer o bicho cantar”. O veterinário disse que sim, que essa era uma prática comum entre os passarinhos e cantou a música do *Assum preto* do Luiz Gonzaga:²⁸

Tudo em volta é só beleza
Sol de Abril e a mata em frô
Mas Assum Preto, cego dos óio
Num vendo a luz, ai, canta de dor
Tarvez por ignorança
Ou mardade das pió
Furaro os óio do Assum Preto
Pra ele assim, ai, cantá mió
Assum Preto veve solto
Mas num pode avuá
Mil vez a sina de uma gaiola
Desde que o céu, ai, pudesse oiá
Assum Preto, o meu cantar
É tão triste como o teu
Também roubaro o meu amor
Que era a luz, ai, dos óios meus.
(GONZAGA, 1950).

28 Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/47082/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

O policial ficou horrorizado com “a capacidade da maldade humana” e disse que, num caso como esses, o melhor seria sacrificar o animal, que além de preso estava cego. Esta é uma questão que apareceria diversas vezes ao longo da minha pesquisa, especialmente entre os estagiários: se os animais que já foram *humanizados* de forma irreversível deveriam ou não sair das mãos de seus antigos tutores, para ficarem fadados a cativeiros, ou ainda se deveriam ser sacrificados.

Durante a triagem notou-se que o tucano estava mal, apresentando diarreia, forçando defecação e fechando os olhos. O mesmo policial contou então que o chamado para socorrer o animal havia sido feito fazia dois dias, mas que não havia como buscá-lo. Enquanto isso, ele ficara sendo cuidado pela mulher que o encontrou e que ligou para o resgate. Então, enquanto fazia esse relato, o veterinário aplicou soro e glicose no animal.

O policial seguia interessado no contexto do Cetas, perguntando se o medicamento era aplicado no músculo e o veterinário explicou a ele que era subcutâneo. O veterinário, desde que cheguei ali, sempre se mostrou muito disposto a explicar e esclarecer dúvidas acerca dos procedimentos, sempre sendo atencioso com os estagiários e comigo mesma. Então, ele aproveitou para verificar os conhecimentos da estagiária acerca dos atendimentos, perguntando, por exemplo, qual caso deveria ser atendido primeiro; o que é urgência e emergência; sobre o atendimento de filhotes, de infecciosos e não infecciosos. Ele explicou, então, que a emergência deveria ser a primeira, seguida da urgência, depois os saudáveis e, por último, seriam atendidos os infecciosos, para não causar contaminação.

Como o policial era de Juiz de Fora perguntei se também cuidavam dos animais no pelotão e ele disse que sim, especialmente nos finais de semana, já que o Cetas JF fecha para recebimento nestes dias. Ele contou, no entanto, que lá não tinham muita estrutura, apenas a “boa vontade” dos funcionários e o básico, como algum alimento, caixas de transporte e pequenos viveiros. Contou ainda que, quando havia necessidade, levavam a um veterinário particular que fazia esse trabalho de receber os animais voluntariamente (inclusive recebendo animais enviados pelo Cetas JF), sendo conhecido no meio por cuidar voluntariamente de casos mais graves que necessitavam de maior estrutura e equipamentos. Perguntei também ao policial qual atividade do seu trabalho ele gostava mais, já que a polícia ambiental abrange diferentes contextos e questões ambientais. Ele me respondeu que se interessava justamente por *trabalhar com fauna*, por poder “ajudar os animais e salvá-los de mãos humanas que os prejudicam”.

Assim como chegavam no Cetas JF policiais bastante engajados em seus *trabalhos com fauna*, havia policiais que aparentavam não se interessar tanto, como um que chegou trazendo um único trinca-ferro (*Saltator similis*) de uma cidade distante e que, pela ótica do veterinário, não estava comprometido com a causa. Ele logo dissera que não tinha trazido documentos do animal nem boletim de

ocorrência, mas que tinha saído de sua cidade somente para levar o passarinho. O veterinário disse, então, que não podia receber o animal sem os documentos e o policial respondeu, em tom de deboche, que então ia soltá-lo em qualquer lugar, já que não ia voltar ali somente para entregar os documentos do passarinho, que por sinal já estava há longos meses sendo cuidado por um criador local. Ficou um certo “clima” desagradável e o policial partiu com o animal. O veterinário comentou que eu devia relatar o acontecido, para mostrar que assim como havia policiais muito dedicados ao *trabalho com fauna* que chegam ao Cetas JF levando animais, sob sua ótica havia também alguns totalmente desinteressados e sem compromisso.

Neste capítulo, trouxe alguns dos momentos mais relevantes da primeira fase da minha pesquisa de campo, os quais me ofereceram material para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Ciências Humanas. No próximo capítulo trarei os principais momentos da segunda fase dessa pesquisa, já enquanto mestranda em Ciências Sociais, após ter passado um ano e seis meses “longe” do Cetas.

4 Novos eventos, questões que voltam: a segunda fase da pesquisa

PRÁTICA, APRENDIZADO E PESQUISA

Entre outubro de 2017 e abril de 2019 voltei ao Cetas/IEF/Ibama JF poucas vezes, normalmente, para entregar ou pedir algum documento ou material acerca da minha pesquisa de campo, mas uma delas foi para visitar e foi muito especial. Neste período soube da presença de diversos animais que me despertavam curiosidade no Cetas, como um filhote de lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o retorno do um gato-do-mato citado anteriormente e um filhote de onça-parda (*Puma concolor*). Felizmente fiz bons amigos no campo, e, no dia do meu aniversário, em setembro de 2018, quis encontrá-los e conhecer também o tal filhote de onça, já que os felinos sempre me encantaram de uma forma especial. Duas amigas que conheci durante a pesquisa enquanto faziam estágio no Cetas estavam lá e entramos na área dos viveiros para ver o animal. Eu me agachei próximo à grade e o animal, que estava reservado, até chegarmos, se aproximou de mim e ficou olhando por alguns minutos. Todos ficamos encantados e tivemos a oportunidade de vê-lo bem de perto. Mais tarde ocorreria mais uma história com felino durante a pesquisa, animal que muito me encanta e que, pelo jeito, desperta interesse em muitos.

Retornei ao Cetas para a pesquisa durante o período do mestrado em abril de 2019, já grávida, porém sem saber. Quando cheguei, havia duas estagiárias na sala de triagem que eu ainda não conhecia. Tendo o aval do veterinário, cheguei me apresentando como uma pesquisadora das Ciências Sociais interessada nas relações entre humanos e animais silvestres, mais especificamente, entre eles do Cetas JF e os animais recebidos e cuidados ali.

As estagiárias estavam tratando maritacas com um problema chamado *splayed legs*, no qual a ave nasce e cresce numa superfície lisa ou por problemas genéticos e fica com as “perninhas” abertas, impedindo-lhe de ficar em pé ou pousar em galhos ou poleiros. Tendo adquirido este problema, continuam “presas” à superfície lisa, o que pode causar ferimentos nas pernas. As estagiárias estavam empenhadas em fazer curativos nas machucadas e em colocar uma fita aproximando as duas patinhas. Os curativos, além disso, estavam sendo feitos para ensinar o procedimento para uma das estagiárias.

Neste mesmo dia, a bióloga do Cetas JF, que é funcionária do IEF, me chamou para conversarmos a respeito de alguns esclarecimentos acerca de como

funcionam as coisas no Cetas JF por conta do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), esclarecimentos estes a serem feitos na dissertação, a pedido do pessoal do IEF Belo Horizonte. O pedido estava sendo feito no sentido de esclarecer alguns pontos que pudessem prejudicar a imagem da Instituição.

Um dos esclarecimentos foi em relação ao porquê e como são dados os camundongos de laboratório como alimento aos animais carnívoros. Isto já era claro para mim, mas é um tema que pode causar certo incômodo e talvez não tivesse ficado bem explicado no TCC. Outro esclarecimento foi em relação à importância de se transferir os animais da enfermaria para os viveiros, que não está só na recuperação física do animal, mas também numa reabilitação social, já que a convivência com outros animais da mesma espécie ou espécie afim, ajuda na aquisição do comportamento social, além de auxiliar, por exemplo, em outros comportamentos, como os alimentares. Como já apresentado anteriormente neste *Ebook*, ao ver os outros animais, o animal em recuperação estaria aprendendo a se comportar e também relembrando uma *sabedoria* existente em seu DNA, segundo a bióloga. Um exemplo dado por ela foi de aves recém-chegadas que aprendem a se alimentar de frutas com os animais mais antigos, já que, na maioria das vezes, eram tratados somente com sementes ou ração pelos passarinhos.

Ela entrou também na questão do cuidado, dizendo que eu deveria explicar mais claramente a necessidade e importância de se levar os filhotes órfãos para casa, a fim de facilitar e proporcionar a recuperação do animal, já que não há plantonistas no Cetas JF, mas que é sempre mantida a preocupação de não humanizá-los. Este é outro tema que poderia causar algum incômodo, pelo fato destes jovens estarem levando os animais para casa, mas neste contexto tratava-se de uma questão de vida ou morte, já que os filhotes precisam de cuidados especiais e não há funcionários de plantão. Aqui a *humanização* do animal é um risco a se correr em prol da sobrevivência dele, já que o risco seria considerado melhor que a morte do animal.

Neste dia chegava um jacu, vindo de Matias Barbosa que parecia estar doente. O veterinário foi examiná-lo e pediu ajuda a um dos novos tratadores para segurá-lo. Na avaliação ele viu que faltavam algumas penas e o tratador relatou ter notado que o animal estava com diarreia. O veterinário decidiu aplicar, então, um antibiótico para infecção.

O veterinário lamentou que a maioria dos animais chegava sem nenhum histórico, então, tentava descobrir o que cada um tinha. Disse ainda que o ideal seria saber o que houvera com o jacu, há quanto tempo estava apresentando sintomas e quais eram eles. Enquanto tratava do jacu, ele me explicava que o prognóstico do estado dos animais é dividido em favorável, reservado e desfavorável, e que o estado do jacu era de reservado a desfavorável, já que não se sabia o histórico do animal, “restando somente rezar” por uma melhora. O jacu estava quieto e havia

necessidade de monitoramento, já que no caso de infecção ele deveria apresentar alguma melhora por conta do antibiótico dado. Ele também recebeu glicose e soro.

O veterinário comparou o caso do jacu, sem indícios claros do que o animal tinha, com o caso de um tucano (*Ramphastos toco*) que estava na enfermaria, sobre o qual se sabia o que havia acontecido: rompimento de saco aéreo. O animal estava ativo e o veterinário pegou um livro para me mostrar o que era um saco aéreo e me explicar como ele funciona. Descobri ser um aparato necessário para as aves voarem e que quando há um rompimento o saco pode cicatrizar sozinho, sendo necessário apenas repouso.

Mais tarde, naquele mesmo dia, voltei a visitar o jacu na companhia do biólogo do Cetas, uma companheira sua de doutorado e uma estagiária, para tirar amostras de sangue e analisar a presença de malária aviária no animal. Malária aviária era o tema de pesquisa do biólogo e de sua colega, sendo que, nesta, ele buscava a doença em aves de rapina e sua colega em jacus (*Penelope*) e em chocas-da-mata (*Thamnophilus caerulescens*). Vale lembrar que subsidiar pesquisas científicas também é um dos objetivos dos Cetas.

Enquanto o sangue era tirado, o jacu ficou quietinho e, assim, pequenas amostras eram aplicadas em lâminas. Após a coleta, fizeram uma segunda dosagem de antibiótico e anti-inflamatório no jacu, que também foi alimentado com papinha através de uma sonda. Enquanto fazia os procedimentos, a estagiária se comunicava com ele, na tentativa de acalmá-lo, dizendo que ia dar tudo certo, hábito já considerado como *humanização* do animal, mas que era praticado por alguns profissionais e estagiários.

Neste contexto, apesar destes procedimentos parecerem desnecessários para o indivíduo que já está “sofrendo”, são entendidos como importantes em termos de espécie, já que descobrindo mais sobre uma doença que a atinge, é possível fazer algo em prol dela. Essa dualidade indivíduo e espécie apareceria algumas vezes ao longo do campo, como no caso já citado do gavião do bico cruzado e da presença da onça-pintada (*Panthera onca*) na cidade que será descrito mais adiante.

MAIS EMOÇÕES, CUIDADO E DEDICAÇÃO

Certo dia, conheci um estagiário do curso de Biologia (e que posteriormente foi cursar também Medicina Veterinária), que estava no Cetas JF há cerca de nove meses. Ele foi uma figura muito interessante neste segundo período do campo, por estar muito presente e ativo nos dias em que eu estive fazendo pesquisa. Quando cheguei, ele estava checando o estado de um gambá que havia sido atacado por um cachorro e depois foi tratar de um filhote de maritaca que estava desnutrido e desidratado. Enquanto o alimentava, era muito comunicativo com a maritaca,

chamando-a, inclusive, de filha. Ele confessou que costumava batizar os animais com quem lidava diariamente, algo que ele mesmo disse não ser muito adequado entre biólogos e veterinários já que, ao batizá-los, estaria se aproximando de uma *humanização* destes animais.

Logo depois, foi preparar uma “rede” ou “cama” para um mico que estava sozinho no viveiro. Com a ajuda do antigo tratador, que agora era responsável pela limpeza, mas não abandonava os animais, como diria repetidas vezes. Eles amarraram cada ponta de um pano nas grades dos viveiros, deixando uma folga para o meio ficar pendurado, servindo mesmo como uma rede.

Enquanto a preparavam, fomos papeando e perguntei ao tratador como ele arrumava tempo para ajudar no Cetas. Ele disse que chegava praticamente uma hora antes do início oficial do expediente para poder agilizar os serviços da nova ocupação e depois poder ajudar com os animais, já que havia sempre muito trabalho a se fazer e, com a sua longa experiência lá, o “chefe” teria pedido para ele auxiliar os novos funcionários e os estagiários, além dele mesmo não conseguir abandonar os animais, como me declararia.

Dando continuidade ao assunto, o estagiário disse que também fazia de tudo um pouco dentro do Cetas, desde os cuidados com os animais, limpeza, corte de lenha etc., estando ali para dar o seu melhor. Durante o campo, o vi, diversas vezes, se dedicando a cuidados muito sutis com os animais e o ambiente, assim como muitos dos outros humanos ali presentes.

Outro dia, ao chegar, o mesmo estagiário e o antigo tratador estavam separando as frutas boas da estragadas, doadas pelo hortifruti. Os melões estavam praticamente todos estragados, mas aproveitaram muitos mamões e pimentões. O antigo tratador disse que os passarinhos amavam pimentão, jiló e pepino; já os psitacídeos a melancia, mamão, laranja, milho e coco. O estagiário disse, ainda, que na semana anterior havia pendurado cocos em barbantes para os psitacídeos brincarem.

Neste dia, o estagiário estava com o dedo machucado e dolorido e perguntei o que havia acontecido. Ele contou que estava bravo com o amigo tratador que teria “soltado” o gavião com quem estavam lidando e que este cortara seu dedo com a garra afiada. Ele contou o episódio rindo e debochando com o amigo tratador, dizendo que se segurou para não o xingar por conta da dor que sentiu e, com o dedo cortado, ele seguia com os afazeres ali.

Dando prosseguimento à pesquisa, acompanhei noutro dia uma estagiária que eu já conhecia do Cetas mesmo e com a qual havia saído uma vez, por conta das outras amigas que eu fizera ali. Quando eu cheguei, ela estava alimentando um sagui que teria chegado há dois dias e seria castrado. Havia um tempo que não nos encontrávamos e ela se mostrou muito interessada em saber da minha pesquisa e muito disposta a ajudar. Ela foi uma das únicas a perguntar qual tinha

sido o resultado do primeiro período de pesquisa de campo, que resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso. Então, contei a ela o que havia encontrado e o que estava fazendo desta vez.

Ela achou muito interessante e começou a contar, empolgada, sobre o Congresso da Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil a que tinha ido pouco tempo antes com o pessoal do Cetas de Belo Horizonte (BH), momento em que teria conhecido também o Cetas de lá. Ela foi utilizando do próprio dinheiro para conhecer mais sobre este universo que ela vinha escolhendo para seguir dentro da Biologia. Contou ter sentido muitas emoções ao conhecer o Cetas BH, especialmente pelo grande número de animais recebidos, muito além da capacidade de abrigá-los. A estagiária contou ter sentido um aperto no peito ao ver essa situação, além de não haver uma área verde como no Cetas JF. Mas, apesar destas dificuldades estruturais, ficou muito impressionada com a dedicação dos funcionários na tentativa de melhorar as condições dos animais por lá. Ela ficou admirada com a organização do trabalho, que contava com um rodízio entre os estagiários, além de impressionada com a garra de todos em relação aos cuidados dos animais.

Ela contou um pouco do Congresso e falou que, muitas vezes, as pessoas têm péssimas impressões sobre zoológicos, mas que, se um dia serviram para entreter humanos exibindo os animais, hoje eles estão muito preocupados com o bem-estar destes e sua preservação. Muitas vezes, animais que não estão aptos para voltarem à natureza vão para estes espaços e lá podem viver, já que os Cetas não têm essa função nem capacidade. Mas ainda assim, quando é difícil encaminhar o animal para algum local como um zoológico preparado, ele é mantido no Cetas por muito tempo, sobrecarregando o espaço e o trabalho dos funcionários.

Ela seguiu contando coisas interessantes que ouviu e viu por lá, muito empolgada para compartilhar e aplicar algumas delas no Cetas JF. Um exemplo foi em relação à alimentação dos animais, que muitas vezes recebem frutas não nativas e possivelmente cheias de agrotóxicos, as quais não serão encontradas na natureza quando forem soltos, como o caso da maçã. Neste sentido, sugeriram durante o Congresso que se oferecessem frutas nativas a estes animais, o que no caso do Cetas JF seria viável, já que o espaço tem uma grande área verde, que se liga a uma mata. Ela lembrou de uma vez que colheram pinhão ali mesmo e ofereceram aos papagaios e que este tipo de atitude realmente fazia muito sentido.

Ainda sobre a alimentação ela contou o caso de um policial que foi entregar um papagaio ali no Cetas JF e disse que o mesmo só comia angu e não gostava de ração e perguntou se ela poderia preparar angu para oferecer a ele. Ela me disse que além de ser inviável preparar o angu, não era um alimento nada nutritivo para o papagaio, sendo melhor reeducá-lo com outro tipo de alimentação.

Continuando a contar da experiência no Congresso, ela disse que o zoológico de BH era muito interessante em termos de enriquecimento ambiental, por colocarem, em alguns ambientes, diferentes espécies juntas, do modo como conviveriam se estivessem livres. Ela também contou que teria trazido um livrinho sobre enriquecimento ambiental no manejo de animais silvestres para mostrar aos colegas do Cetas JF e implantarem algumas ideias ali. Outro estagiário já teria me contado que esta era muito dedicada a fazer o enriquecimento ambiental ali.

Eu comentei que já tinham me falado sobre esse seu interesse em enriquecimento ambiental e perguntei de onde havia surgido. Ela me contou que teria feito um estágio com uma colega que estudava comportamento animal e era muito focada nesta questão, tendo ela mesma que criar algumas práticas de enriquecimento ambiental durante o estágio, práticas que ela teria levado também para o Cetas JF.

Enquanto conversávamos, ela ia trabalhando. Alimentou uma coruja preta (*Ciccaba huhula*) que não comia há um tempo com um camundongo sacrificado e picado pelo tratador, a quem ela agradeceu. Ainda sobre *enriquecimento ambiental*, naquele mesmo dia estava acontecendo a instalação de um chafariz doado por uma antiga estagiária num dos viveiros de passarinhos. O intuito era que se banhassem na “bacia” do chafariz.

Enquanto o tratador colocava o chafariz íamos conversando sobre como os alimentos ali também eram espalhados para incentivar os pássaros a buscarem pelo alimento, mas, ainda assim, um pouco era colocado mais no meio para os menos ágeis não terem estresse. Após a instalação, todos ficamos observando, inclusive a estagiária que havia doado a peça e que posteriormente se tornaria a veterinária do Cetas, com a saída do veterinário em atividade durante a minha pesquisa.

Nos viveiros também são utilizados canos de PVC abertos ao meio para servir de comedouro. A estagiária que eu acompanhava, empolgada com o assunto do *enriquecimento ambiental*, aproveitou para instalar novos poleiros nos viveiros. Pediu corda e madeira e foi para o viveiro do tucano, que naquele momento estava sozinho no espaço. Com a ajuda do antigo tratador, ela colocou três poleiros em sequência, que serviriam para incentivar o voo do tucano de um poleiro para o outro. Ela também colocou neste viveiro um pedaço de bambu que estava no viveiro vazio ao lado, para ele buscar a comida com seu bico longo. Enquanto fazia isto, me explicava que o enriquecimento ambiental pode ser social (entre espécies iguais ou diferentes), alimentar, físico e sensitivo.

Outra história de dedicação e interesse por estes animais é a de uma estagiária que acompanhei nesta fase da pesquisa de campo. Um dos episódios de grande dedicação sua foi quando ficou cuidando de um beija-flor do Cetas JF em sua casa. Quando conversamos, o beija-flor estava com ela há duas semanas e vinha apresentando melhora em seu quadro geral, mas havia quatro dias que estava

amuado e não queria comer, tendo ela mesma que forçar a introdução da papinha. Ela estava muito preocupada e chateada e no dia seguinte teria que passar o dia todo fora, sem ninguém para poder cuidar dele no lugar dela. Na semana anterior sua mãe tinha passado alguns dias na cidade e ajudou-a com os cuidados do beija-flor, enquanto ela seguia com seus compromissos. Mas, sozinha novamente, comprou um bebedouro de beija-flor com o próprio dinheiro para ver se ele se alimentava sozinho enquanto ela estava ocupada.

Mesmo com o bebedouro disponível ele seguiu não se alimentando, tendo ela que pagar um carro particular (*uber*) para voltar para casa entre os compromissos para alimentá-lo, até que conseguiu a ajuda de uma colega para cuidar dele. Ainda assim, estes esforços não estavam sendo suficientes, e, como ela me relatou, até a quilha estava aparecendo, o que seria um sinal de magreza extrema. Este episódio teria sido muito marcante para ela, tendo-o descrito como horrível, pois, no fim das contas, o beija-flor não resistiu; foi definhando, ficando cada vez mais magro e fraco, até morrer, notícia que ela me contou com muito pesar. O uso e doação de recursos próprios pelos funcionários, em prol dos animais, apareceu diversas vezes ao longo do campo.

A mesma estagiária já teria cuidado também de seis ou sete gambazinhos, que sobreviveram, mas que teriam dado muito trabalho, pois chegaram ao Cetas JF muito pequenos, tendo que ser alimentados a cada duas horas. Ela ficou com eles cerca de uma semana e depois passou-os para outros estagiários com quem fez um rodízio para assumir essa responsabilidade, o que durou até os gambazinhos conseguirem se alimentar sozinhos para voltarem ao Cetas.

Ela contou que, quando estava com eles, tinha que carregá-los para vários lugares (o que não seria o ideal em termos de cuidado), mas que de outra forma morreriam de fome. Porém, com o passar do tempo, estava bem incomodada com o cheiro deles. Esta estagiária também se mostrou muito interessada na minha pesquisa, tendo colaborado para além das expectativas, me contando de animais ditos humanizados e enviando imagens e arquivos.

HUMANIZAÇÃO OU AFETAÇÃO

Um dia, acompanhando a mesma estagiária na troca de frutas dos viveiros, ela se lembrou de me mostrar um pássaro preto que cantava e pedia carinho, tendo encantado várias pessoas do Cetas JF, inclusive ela mesma, que se referia a ele com pena, já que, em sua percepção, ali ele estaria sentindo falta do carinho e afeto humano a que devia estar acostumado antes de ser apreendido. Os casos de animais mantidos anos e anos em cativeiro e que quando capturados são levados para lugares onde a premissa deve ser evitar ao máximo o afeto humano levantam discussões no contexto do Cetas JF, como mencionei anteriormente.

Enquanto íamos ao encontro deste pássaro preto, que ficava ainda isolado nos viveiros, ela me contou de uma colega estagiária que tinha se encantado tanto por ele que aguardava ansiosa a *lista pet* (que liberaria a tutela de algumas espécies de animais silvestres), para, quem sabe, ter um exemplar da espécie, que se mostrava a ela muito carinhosa.

Aproveitando para alimentar os passarinhos isolados daquele recinto, ela pegou o viveiro dele e me mostrou seu comportamento: ele chamava atenção e colocava a cabeça para fora como um pedido de carinho, repetindo o movimento diversas vezes a fim de consegui-lo. Este pássaro é muito cultivado pelo Brasil por seu belo canto, sendo tema da música anteriormente citada pelo veterinário (p. 50), na qual furaram os olhos do *assum preto*, para ver se assim ele cantava melhor.

A estagiária também lembrou de me contar de um jabuti dali, que era quase um cachorro, e aproveitou para me mostrar o animal enquanto alimentava os répteis. O “jabuti-cachorro” apresentava um comportamento totalmente diferente do dos outros, seguindo quem entrasse no recinto. Ela me contou que ele sempre apresentava este comportamento ali e outro estagiário já havia comentado que ele corria atrás das pessoas pedindo carinho, como um cachorro. Era um jabuti especialmente grande e, enquanto ela segurava os alimentos, ele tentava se aproximar de qualquer jeito, tendo ela, com medo, que impedi-lo. Eu tive a chance de ver e fotografar este comportamento curioso.

Conversando sobre esses dois casos entramos, então, mais fundo na questão polêmica de apreender esses animais muito humanizados, que vivem em relação com suas companhias humanas, muitas vezes por toda a vida. Estando muito humanizados, normalmente não podem retornar à natureza, podendo ficar por anos nos Cetás até se conseguir um novo destino para o animal, onde ficaria sem o contato e afeto humano ao qual estaria acostumado, o que poderia causar sofrimento e também comportamentos atípicos e sinais de estresse. Ela comentou, então, que em alguns casos até se consegue a guarda do animal novamente, como no caso de uma arara que ficou no Cetás um tempo enquanto sua antiga tutora lutava na justiça para tê-la de volta. A mesma teria conseguido tomar a guarda de volta, episódio que também ouvi por alto do biólogo. A estagiária não estava no dia que a tutora foi buscá-la, mas contaram para ela que assim que a arara a viu reconheceu-a, obedecendo a seus comandos.

Fomos, então, alimentar os papagaios nos viveiros externos, quando chegou o veterinário que foi muito afetuoso com os *louros* e conferia se estavam todos bem; esta teria sido uma das poucas vezes em que o vi sendo mais brincalhão com os animais. A estagiária, sabendo que eu estava fazendo os últimos registros, já que terminaria meu campo neste encontro por conta da gravidez, se ofereceu para me enviar mais fotos dos trabalhos realizados ali no Cetás, pois havia muitas

fotos boas tiradas por seus companheiros e que eram colocadas no grupo de *WhatsApp* do pessoal do Cetas JF.

Durante a pesquisa, houve diversos outros casos de *humanização* dos animais silvestres, alguns que aconteceram ali dentro mesmo, com animais vindos diretamente da natureza que, por serem muito pequenos, tinham que ficar sob a vigília dos funcionários e estagiários para sobreviver. Estes e, especialmente os mamíferos, rapidamente se acostumavam ao contato humano, sendo afetados por esse humano, de modo a causar certa dependência, como no caso do gato-domato que teria chegado ali e ficado sob os cuidados de uma estagiária.

O antigo tratador teria contado, nesse sentido, do afeto especial que teve por uma fêmea de macaco-prego (*Sapajus*) que chegou de um cativeiro e ficou sob seus cuidados ali no Cetas JF. Ele contou que quando chegava para alimentá-la ela começava a “escorrer lágrimas e coriza”, ou “chorar”, e só parava quando ele a abraçava, até que, certo dia, ele chegou no Cetas e ela não estava. Ao ser avisado que ela havia sido levada para outro lugar, ficara totalmente arrasado.

Já o biólogo teria contado do afeto que criou por uma loba-guará (*Chrysocyon brachyurus*) que teria chegado bem filhotinha no Cetas JF, tendo ficado como um cachorro doméstico ali, bem *mansinha*. Segundo ele, todos se apegaram a ela, mesmo os que não costumavam se afetar, como ele. A loba foi enviada para um zoológico. Mais tarde eu mesma a veria “fazendo manha” em um vídeo no celular da bióloga, parecendo mesmo um cachorrinho doméstico.

IMPRESSÕES SOBRE PASSARINHEIROS E TUTORES

Se, por um lado, alguns humanos ali presentes questionavam a retirada destes animais de seus tutores em casos de humanização considerados irreversíveis, por outro lado, há muitas más impressões e antagonismos a respeito destes tutores entre profissionais do Cetas JF. Certo dia, enquanto uma estagiária e um dos novos tratadores selecionavam gaiolas aproveitáveis para alguma situação, em termos de qualidade, que eram provindas das apreensões, enquanto descartavam as ruins, o antigo tratador, com sua longa experiência sobre o universo dos pássaros, contava a eles que os passarinhos separam o curió (*Oryzoborus angolensis*) fêmea do curió macho quando a fêmea estava chocando ovo, para o macho não “encher o saco” e que, por isso, havia gaiolas com umas partições especiais.

Os comentários sobre os passarinhos continuaram caindo na questão de como estes devem ficar bravos quando investem no passarinho e na gaiola e estes são apreendidos pela fiscalização, sendo o aborrecimento não pelo afeto pelo animal, mas devido ao dinheiro investido neles para a comercialização. Um dos indicativos para estes de que a questão não era o gosto pelos animais, mas o possível lucro, era o estado em que chegavam as gaiolas no Cetas JF: em péssimas condições para os passarinhos, já que muito sujas de excrementos das aves e de comida.

Numa outra ocasião revelaram-se mais impressões. Chegou um carro do qual desceu um civil com uma arara solta em seu ombro, para solicitar uma autorização de transporte do animal para o Paraná. A bióloga me contou que não é nada adequado transitar com um animal silvestre assim, sendo, na verdade, um absurdo, e pediu que ele a segurasse para não correr o risco dela voar e transmitir alguma doença aos silvestres ali do Cetas. Ela disse que, mesmo no caso de animais legalizados, não se pode andar com o animal solto em espaço público – deve-se usar caixa de transporte. E contou que na região havia dois criadores autorizados, um seria na cidade de Mar de Espanha.

A arara estaria com o tutor há um ano. Enquanto os documentos eram analisados para se preparar a autorização de transporte, o antigo tratador buscou na arara a presença do *microchip* que é introduzido no animal pelo Ibama para identificar o indivíduo, assim como sua anilha numerada e seus documentos. O *microchip* é procurado por um detector, que o lê. Enquanto o tratador tentava encontrá-lo, pedia ao animal calma, chamando-a de filha e fazendo carinho.

Já em outra situação, chegou uma maritaca com os guardas da cidade, que foi anilhada e enviada direto para o *corredor de vôo*, já que estava em boas condições. Os guardas contaram, desconfiados, que a pessoa que ligou pedindo que a buscasse disse tê-la encontrado no ponto de ônibus. O pessoal do Cetas também desconfiou da mulher, contando que, muitas vezes, o animal é da mesma pessoa que liga e que esta, por medo de punições, acaba não assumindo. Explicaram, ainda, que, quando há entrega voluntária, os antigos tutores não são punidos de fato.

Nestas e em outras passagens do campo, apareceu como esses dois lados, dos profissionais que *trabalham com fauna* e dos tutores de animais silvestres, apesar de poderem se aproximar, no sentido de terem um gosto ou se sentirem afetados por animais silvestres, são vistos como totalmente antagônicos. De um lado, estariam os profissionais da *fauna*, prontos para cuidar dos animais, e, de outro lado, humanos que mantêm estes animais em cativeiro, seja legal ou ilegalmente. Claro que as más impressões variam em grau entre aqueles que seriam julgados enquanto comerciantes, que agem puramente pelo dinheiro, deixando os animais em péssimas condições de vida/quase morte, e aqueles que os mantêm em condições consideradas minimamente aceitáveis, mas há sempre a má impressão ligada ao sentimento de que estes animais nasceram para estarem livres na *natureza* e não na companhia humana.

Este antagonismo foi uma das questões marcantes que apareceu durante a segunda fase da minha pesquisa de campo, assim como outros eventos e questões que apareceram e reapareceram neste capítulo. No próximo capítulo trago mais dois eventos, excepcionais ao cotidiano do Cetas, mas que tiveram grandes implicações na rotina interna do Cetas JF e na imagem externa do trabalho feito por lá. O primeiro foi mais uma ameaça de fechamento do Cetas JF e o segundo foi o aparecimento de uma onça-pinta (*Panthera onca*) na cidade.

5 Para além dos limites do cetaz

Neste capítulo, tomei como principal referência publicações postadas em portais *online* e algumas poucas declarações de funcionários acerca dos dois episódios retratados a seguir: o quase fechamento do Cetaz JF e o aparecimento de uma onça na cidade. Na época, com a grande movimentação dentro do Cetaz JF junto aos animais e a necessidade de sigilo em um dos casos, acabei não focando tanto no registro desses episódios, que, posteriormente, mostraram-se tão importantes, valendo a pena voltar a eles e retomar os detalhes dos acontecimentos.

Como já dito, um deles foi uma nova ameaça de fechamento do Cetaz JF, desta vez muito próximo de acontecer, devido a um corte de verba do governo federal, e o outro foi a presença de uma onça-pintada (*Panthera onca*) perambulando pela Zona Norte da cidade, próximo ao Jardim Botânico da Universidade, tendo sido necessária a captura e transferência do animal para outra localidade, o que envolveu diversos profissionais, inclusive do Cetaz JF. Ambos os episódios marcaram o trabalho do Cetaz, especialmente pela visibilidade que geraram durante e após os acontecimentos: no caso do fechamento foram feitas diversas publicações em redes sociais acerca do trabalho no Cetaz, além de reportagens e declarações, inclusive de políticos. Já o caso da onça gerou, como disse o biólogo, um *marketing positivo* para o Cetaz, que resultou em convites aos profissionais para oferecerem palestras e falas sobre fauna e educação ambiental em escolas e eventos locais. Os episódios marcaram, também, a minha pesquisa, por estamparem uma questão que já vinha se mostrando relevante ao longo da minha experiência etnográfica: a de que os profissionais que trabalham com fauna no Cetaz JF também estariam movidos, para além das obrigações profissionais, por outras motivações, o que tratarei com mais detalhes no capítulo seguinte.

FECHAMENTO DO CETAZ

Assim que retornei ao trabalho de campo, em 2019, escutei o pessoal conversando sobre um suposto fechamento do Cetaz JF. Essa ameaça teria ocorrido outras vezes, inclusive em minha primeira fase de pesquisa, por conta da falta de verba para ração. Porém, desta vez a coisa parecia mais séria. Os animais teriam que arrumar um destino; os contratados, como os tratadores, ficariam sem emprego; os funcionários públicos seriam realocados; os estagiários se veriam sem estágio e eu ficaria sem campo. Tudo isso por conta de uma série de cortes que o Governo de Jair Bolsonaro vinha fazendo. Os cortes estavam gerando diversas manifestações

Brasil afora, especialmente em prol da educação, mas também no setor do “meio ambiente”, principais alvos dos cortes governamentais.

O anúncio do corte de 25% das verbas dos contratos de tratadores dos Cetas do estado de Minas Gerais chegou aos Cetas JF no dia 22 de abril, através de um ofício. O corte foi de cerca de 11.000 reais por mês, o que levaria à necessidade de fechamento do Cetas Juiz de Fora e Montes Claros, já que, sem tratadores, os Cetas não poderiam continuar funcionando, pois estes profissionais faziam um trabalho essencial nestes Centros. De acordo com o Ibama, em entrevista para o jornal *Estado de Minas*, os Cetas já funcionavam com número reduzido de tratadores, sendo somente 6 no Estado, tornando impossível reduzir ainda mais esse número.²⁹ Em Minas Gerais havia três Cetas para recebimento dos animais: em Juiz de Fora, Montes Claros e Belo Horizonte, além do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres em Nova Lima. Com os cortes anunciados, apenas o de BH e Nova Lima poderiam continuar em funcionamento.

Imediatamente, surgiram diversas manifestações de funcionários e ambientalistas das duas localidades contra o corte, que repercutiriam em publicações em redes sociais e na criação de um abaixo-assinado virtual. Na matéria do jornal “*O eco*”, do dia 15 de maio, foi publicada a seguinte declaração da superintendente substituta do Ibama em MG, Polyana Faria Pereira, em um ofício

Sabemos do enorme impacto negativo que tal decisão gera, não só para a fauna silvestre do estado, como para toda a biodiversidade brasileira. Entendemos que as perdas são imensuráveis, já que, sem local para destinação, os animais mantidos irregularmente não serão mais apreendidos pelos entes fiscalizadores, o que acaba por incentivar o crime contra a fauna a longo prazo. No entanto, não podemos assumir uma responsabilidade com a vida de animais silvestres sabendo que não podemos dar-lhes os cuidados mínimos para garantir sua sobrevivência digna.³⁰

Eduardo Gomes, fundador do Instituto Grande Sertão também faz uma declaração ao jornal “*O eco*”, do dia 16 de maio:

[...] é inconcebível uma decisão dessa sem discussão, sem buscar alternativas de solução, sem buscar parcerias”. Ele lembra que as unidades não têm somente função de cuidar, mas de salvar

29 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/16/interna_gerais,1054176/fechamento-de-centros-de-triagem-animais-em-mg-preocupa-especialistas.shtml. Acesso em: 01 abr. 2021.

30 Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/minas-fecha-centro-de-triagem-de-animais-apos-corte-no-orcamento/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

vidas. Muitos animais chegam aos centros de triagem e mesmo passando por um processo de recuperação não têm onde ficar. Por isso, precisam de mais atenção (...).³¹

Ele lembrou que no caso de Montes Claros havia um agravante, considerando que o zoológico da cidade havia sido fechado há mais de seis meses e estava sendo discutido um acordo para que o espaço viesse a sediar o Cetas, numa parceria público-privada, usando recursos de compensação ambiental de uma empresa da região. Lamentou, neste sentido, que com a decisão do Ibama de suspender as atividades do Cetas de Montes Claros, a negociação para implantação do centro de triagem no antigo zoológico ficaria prejudicada.³²

Voltando para o Cetas JF, já que com o fim do contrato dos tratadores e a falta de ração, o trabalho não teria como continuar, tendo o Ibama que ordenar pelo fechamento desta unidade. O IEF ficaria sem nenhuma escolha, pois, apesar de ter o veterinário e os biólogos necessários para o funcionamento, arrumar a verba para manter os tratadores e a ração seria muito difícil.

O desespero foi geral, afetando todos que ali trabalhavam. Os tratadores chegaram a receber aviso prévio e o prazo era de 20 dias para que os serviços fossem finalizados e os animais destinados para outros Cetas, o que teria causado muito sofrimento nos tratadores, que ficariam sem emprego. O fechamento prejudicaria não só a eles, mas também a quem seria realocado e, principalmente, aos próprios animais, que ficariam sem atendimento, desencadeando, ainda, diversos atrasos no combate ao tráfico. Neste período foram feitas campanhas nos Instagram pessoais dos funcionários e no Instagram *CETAS MG*. O Instagram *CETAS MG* foi criado em 2016 e é administrado por diversos funcionários dos Centros de Minas Gerais. No Instagram pessoal da bióloga do Cetas JF foi publicado, no dia 15 de maio, um texto de um terceiro que dizia

É com grande tristeza que anunciamos que a partir de hoje (13/05/19) estão fechados os CETAS de Montes Claros e Juiz de Fora devido à contenção de gastos do Governo Federal. Nos foi imposto um corte de 30% no contrato de tratadores, cerca de R\$130.000,00 ao ano, menos de R\$11.000 por mês. Não é muito, mas é um valor imprescindível para viabilizar a recuperação, reabilitação e destinação de 5000 animais silvestres nestas duas unidades. Nossos CETAS sempre trabalharam no limite

31 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/16/interna_gerais,1054176/fechamento-de-centros-de-triagem-animais-em-mg-preocupa-especialistas.shtml. Acesso em: 01 abr. 2021.

32 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/16/interna_gerais,1054176/fechamento-de-centros-de-triagem-animais-em-mg-preocupa-especialistas.shtml. Acesso em: 01 abr. 2021.

orçamentário e de pessoal, mas sempre tivemos o compromisso de desempenhar essa atividade da melhor forma possível! Continuamos fieis a esse propósito e, se não podemos garantir integridade física e bem-estar a animais que passam anos sem poder usufruir de um direito tão básico quanto a liberdade, não podemos recebê-los...Cenas como esse trinca-ferro ganhando os céus depois de anos preso em gaiolas não serão mais vistas nos céus do Norte e da Zona da Mata de Minas Gerais.³³

O texto foi publicado junto a fotos de animais recebidos e recuperados no Cetas JF com a legenda: **NÃO! A GENTE NÃO VAI PARAR!** O biólogo do Cetas JF e alguns estagiários, também chegaram a compartilhar publicações em prol do não fechamento do Cetas e de sua importância.

Poucos dias depois, chego ao Cetas e vejo que os estagiários estavam trocando as frutas das maritacas e um dos novos tratadores limpava a enfermaria. O antigo tratador chegou falando da alegria em receber a notícia de que o Cetas JF não fecharia e que assim os tratadores não ficariam sem emprego. Ele disse que, segundo a notícia, o Cetas seguiria funcionando por pelo menos seis meses. Para o alívio de todos, o problema estaria temporariamente resolvido.

A bióloga do Cetas teria publicado em seu *Instagram* pessoal, no dia 16/05, a notícia de que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o Deputado Federal Eudlydes Pettersen teriam garantido ao Deputado Estadual Noraldino Junior, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia e “defensor dos animais”, que os Cetas JF e Montes Claros não seriam fechados. A notícia foi descrita na publicação como uma vitória, acompanhada de um texto publicado anteriormente pelo Deputado Estadual Noraldino Junior:

Não podemos permitir que este importante trabalho seja interrompido. Os Cetas são imprescindíveis para garantir a devolução de animais ao seu habitat e, conseqüentemente, sua liberdade. Por isso, quero informar que estou tomando as providências para reverter essa triste notícia e conseguir retomar os trabalhos das unidades.³⁴

No texto ele pedia também para que quem não concordasse com o fechamento das unidades Cetas compartilhasse a publicação. A notícia também teria sido publicada no Instagram do Deputado Estadual Noraldino Junior com a foto

33 Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bxf6VEdBj4IpYJoFB68g2XQ93xUJjwTM7WDIvo0/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 29 de mai. 2021.

34 Disponível em: https://www.instagram.com/p/BxfiO_wDhcx/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 30 mai. 2021.

de uma preguiça e um papagaio em comemoração à vitória, com o nome do Deputado no canto direito.

Vitória para os animais! Os CETAS do Ibama não vão mais fechar! Ontem, após saber que duas unidades dos centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do Ibama em Minas Gerais, unidades de Juiz de Fora e Montes Claros, deixariam de exercer suas atividades após cortes no repasse de verba do Governo Federal, comecei a tomar as providências com o objetivo de reverter essa situação, tendo em vista que os centros são importantíssimos para a recuperação e devolução de animais silvestres à natureza. Logo que tive a notícia, entrei em contato c/ o Ibama p/ ter mais informações e comecei a tentar uma agenda com o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Também entrei em contato com o Senador Anastasia, pedi uma intervenção dele na situação, e ele logo enviou um documento ao Min. Do Meio Ambiente. Liguei para o Deputado Federal do nosso partido, Euclides Pettersen, expliquei minha preocupação com o fechamento dos centros e o prejuízo que isso traria p/ os animais silvestres do nosso estado, e pedi ajuda dele também. Tanto o Senador Anastasia quanto o Deputado Euclides se disponibilizaram a indicar emendas parlamentares p/ a manutenção dos trabalhos dos CETAS em MG. Entrei em contato também com o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Germano Vieira, relatando a situação, e ele ligou diretamente para o Ministro Ricardo Salles. O Ministro verificou a situação e viu que se tratava de uma decisão administrativa. À noite, o Euclides conseguiu se reunir com o Ministro e, em uma ligação que conseguimos transmitir ao vivo na página, Ricardo Salles disse que ficou sabendo do fechamento dos CETAS através da nossa intervenção, após a ligação do Germano, e garantiu que os centros continuarão funcionando! Estou muito feliz por poder dar essa notícia a vocês! Para vocês terem uma idéia, nos últimos 10 anos, os CETAS devolveram p/ a natureza mais de 200.000 animais! Obrigado a todos os envolvidos p/ que essa ação tivesse esse desfecho positivo! #euprotejoosanimais.³⁵

O texto do Deputado foi repostado, também no dia 16, no *Instagram CETAS MG* com a mesma foto. No jornal *O eco*, do dia 15 de maio, também foram colocados aspectos dos cortes no cenário nacional

Impacto nacional

O anúncio de mais um corte em um orçamento já insuficiente fez com que a busca das superintendências do Ibama em todo

35 Disponível em: https://www.instagram.com/p/BxhxPKdDAdD/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 29 mai. 2021.

país por acordos de cooperações técnicas com os governos estaduais se tornasse ainda mais urgente e necessária. Este é o caso do Piauí, onde o número de tratadores é tão pequeno que não é possível nem aplicar a determinação do governo federal. “Nós não temos essa margem, já estamos no limite. Temos só três tratadores, se formos cortar apenas um deles já dá 33%³⁶.

Segundo Adel Monteiro, superintendente substituto do Ibama-PI, a superintendência do órgão federal no estado estudava, desde 2017, a fusão dos Cetas federal e estadual, mas essa fusão ainda não havia sido concretizada. “No momento estamos trabalhando na elaboração do plano de trabalho”,³⁷ disse. De acordo com Cynira Alves de França, responsável pelo Centro de Triagem do Estado,

[...] em Alagoas, que possui um dos Cetas com maior demanda no país – cerca de 8.000 animais/ano – a tentativa é de remanejar o corte orçamentário para serviços menos prioritários. Precisamos muito de uma reforma, mas enviamos ofício a Brasília pedindo que o corte de 25% seja remanejado [para o orçamento que seria usado em melhorias na unidade], para não comprometer a manutenção dos serviços.³⁸

Segundo ela, a superintendência do Ibama em Alagoas também estava em tratativa com o governo do estado para estabelecer acordos de cooperação técnica, a fim de evitar interrupções nos serviços prestados. Sua avaliação era de que “Esse é mais um corte em uma situação que já estava precária. Não tem como fechar. Temos macacos-prego que não podemos soltar na natureza porque já estão há 30 anos em cativeiro”.³⁹

Apesar das diversas possibilidades de fechamento que o Cetas JF já teria vivenciado, desta vez, ficou muito próximo de acontecer, gerando, inclusive, aviso prévio aos tratadores, abalando a segurança financeira destes, além da possibilidade de mudança de cidade de outros e a falta iminente de destino de milhares de animais. Com mais uma ameaça de corte para o meio ambiente, surgiram declarações destes e de outros Cetas que já enfrentam situações precárias antes mesmo de cortes, e que denunciavam ser inviável trabalhar com mais redução de verba.

Todas essas inseguranças geradas pela ameaça de fechamento dos Cetas de Minas Gerais, incluindo o Cetas JF, repercutiram em uma intensa movimentação

36 Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/minas-fecha-centro-de-triagem-de-animais-apos-corte-no-orcamento/>. Acesso em 01 abr. 2021

37 Ibidem.

38 Ibidem.

39 Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/minas-fecha-centro-de-triagem-de-animais-apos-corte-no-orcamento/>. Acesso em: 01 abr. 2021

entre funcionários junto a jornais; redes sociais; políticos; atuantes de ONGs e ambientalistas, alguns dos quais intensificaram publicações em suas redes sociais pessoais e no *CETAS MG* acerca dos trabalhos que estes fazem nos Cetas e de sua importância, o que repercutiu na vitória temporária contra o corte de verbas para estes Cetas de MG e em uma maior visibilidade deste trabalho para além do universo da fauna, assim como no caso que trago a seguir.

O CAUSO DA ONÇA-PINTADA NA CIDADE

Junto com o episódio da ameaça de fechamento do Cetas JF, houve outro caso na cidade que envolveu tanto o pessoal do Cetas (IEF e Ibama) quanto da Universidade a que sou vinculada, e que também repercutiu em mais visibilidade ao trabalho feito pelo Cetas JF: as aparições de uma onça-pintada (*Panthera onca*) no Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e arredores.

A aparição foi fora do comum, pois onças-pintadas não eram vistas na região há mais de 80 anos, sendo considerada esta, que surgira, como um animal raríssimo. O Instagram do Jardim botânico a caracterizou como um animal magnífico, lembrando que restavam somente cerca de 280 espécimes na Mata Atlântica. A onça ocupou, por madrugadas e finais de semana afora, diversos profissionais, todos disponíveis para exaustivas reuniões, monitoramento de espaços físicos e de câmeras instaladas (inclusive de casa, monitorando as câmeras através de seus telefones pessoais), armação de armadilhas, além ficarem de prontidão para agirem quando ela fosse capturada. O processo, que durou quase 20 dias, exigiu dedicação de todos os envolvidos até a captura da onça-pintada.

Segundo o biólogo do Cetas, o caso, além de ser único para a cidade, também o foi de um modo geral, por se tratar da aparição de uma onça-pintada num centro urbano de Mata Atlântica. Também único para os profissionais que trabalham com fauna na região, pois raramente tinham a oportunidade de lidar com animais de grande porte.

O Jardim Botânico, onde ela foi vista pela primeira vez, foi aberto ao público pela Universidade no dia 12 de abril e, em menos de duas semanas, teve que fechar os portões por conta da aparição da onça-pintada, que foi avistada por um dos vigilantes do Jardim nos arredores do centro de visitantes. O Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) integra um dos maiores remanescentes de Floresta Atlântica em área urbana do Brasil, a Mata do Krambeck, com 374 hectares e mais de 500 espécies vegetais, entre plantas nativas, ornamentais, populações raras ou em extinção. Desde então, foram registradas diversas aparições até a captura e translocação para um local considerado adequado. O vigilante ficou “famoso” e conhecido como “Wavá da onça”. Ele contou à Universidade como foi o encontro com ela e da sensação boa que sentiu. Segundo ele, ela quase não o

notou dentro do Centro de Visitantes do Jardim, mas ele pode acompanhar seus passos da janela e filmá-la.

O Jardim Botânico da UFJF se encontra num dos poucos remanescentes de Mata Atlântica, na área urbana de uma cidade com mais de 500.000 habitantes. A área já tinha corrido o risco de se tornar um condomínio, mas passou a proporcionar ensino, pesquisa e extensão para estudantes, pesquisadores e toda a comunidade civil, em prol da preservação da biodiversidade. Além disso, o espaço é um local para passeio e relaxamento em meio ao verde da mata.⁴⁰

O aparecimento da onça casou um grande rebuliço na cidade, gerando diversas especulações e boatos, além de manifestações de curiosidade, encantamento, medo, alarme etc. Na época surgiram muitas *fake news* em relação à presença da onça, gerando muita desconfiança entre a população. Não se sabia o que era verdade, não se sabia a origem da onça, nem o que fazer ou não. Os profissionais responsáveis pelo Jardim e de outros órgãos públicos ambientais, por sua vez, ficaram muito alertas com a aparição do animal numa área urbana, o que poderia oferecer risco tanto para a população dos arredores da mata quanto para a própria onça, que poderia ser alvo de caça, atropelamento, ataques etc.

A notícia também saiu em diversos noticiários, além das postagens em redes sociais e do boca-a-boca. Neste capítulo, o portal da UFJF foi a minha maior fonte, já que até a divulgação pública das informações, as conversas e estratégias da equipe deveriam ser mantidas em sigilo e, por isso, pouco foi falado no Cetas e o que foi falado eu não pude ou achei melhor não registrar naquele momento. Posteriormente, o site do Jardim Botânico, que é atrelado ao da Universidade, criou uma aba especial com o título *Onça-pintada*,⁴¹ na qual é possível conferir todas as matérias realizadas acerca desta aparição. Durante a escrita, também me reuni com o biólogo do Cetas para retomar o episódio. No dia 26 de abril, a reportagem a seguir foi a matéria oficial publicada no portal *online* da Universidade, após a primeira aparição do animal, junto ao vídeo gravado pelo vigilante que a avistou. A matéria oficial foi trazida na íntegra para melhor entendimento do contexto e complexidade deste momento único:

Onça é avistada no Jardim Botânico, e UFJF fecha área temporariamente
26 DE ABRIL DE 2019
CAMPUS E COMUNIDADE
Desde a manhã desta sexta-feira, 26, o Jardim Botânico da UFJF está temporariamente fechado. Foi registrada a presença de uma onça-pintada em área aberta à visitação. Por precaução

40 Saiba mais sobre o Jardim Botânico em: <https://www.ufjf.br/jardimbotanico/visitacao/informacoes-gerais/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

41 Disponível em: <https://www.ufjf.br/jardimbotanico/onca-pintada/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

e segurança dos visitantes, do próprio animal e da população do entorno, a Administração Superior da UFJF, com a Direção do Jardim, optou pela interdição temporária do local e acionou órgãos ambientais e a Prefeitura de Juiz de Fora.

Ainda na noite desta sexta, um profissional do **Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap/ICMBio)** chegará à cidade e irá ao Jardim para traçar, com a equipe local, um diagnóstico da situação e estratégias de ação. A partir disso, será estabelecido o manejo mais adequado do caso, conforme o **“Plano de Ação para a Conservação da Onça-Pintada”**, do Ministério do Meio Ambiente.

Um dos símbolos da fauna brasileira, a onça-pintada (*Panthera onca*) é o maior felino das Américas. Pelo menos há 80 anos não há registro do animal na Zona da Mata Mineira, conforme estimativa inicial do professor do Departamento de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFJF, Artur Andriolo.

O animal, raro e ameaçado de extinção, foi avistado por vigilante do Jardim, na noite da última quinta-feira, 25, em torno das 22h. No vídeo, a onça caminha ao redor da sede Administrativa, localizada a cerca de 300 metros da entrada de visitantes.

A suspensão do funcionamento foi anunciada, na tarde desta sexta, pelo reitor Marcus Vinícius David em entrevista à imprensa. “A presença de um animal como este, nesta região, é um registro histórico. Precisamos lidar com isso da forma mais bem indicada dos pontos de vista ambiental, científico, técnico e de preservação da espécie. Não precisamos criar comoção e pavor na população. Mas, por outro lado, precisamos ser responsáveis, zelosos, com esta situação”, explicou o reitor. “Não era esperado encontrar uma onça-pintada no Jardim, considerada a raridade da espécie”, completou David, acompanhado da vice-reitora Girlene Alves da Silva.

O **professor Artur Andriolo** estima que o animal seja um jovem adulto, robusto. O sexo ainda não foi identificado. Em geral, conforme o Cenap, a espécie pode chegar a 15 anos, pesar de 35 quilos a 158 quilos e alcançar 2,70 metros de comprimento. Por serem animais solitários, estima-se a presença de apenas um exemplar na área.

De hábito predominantemente crepuscular e noturno, esses felinos vagam solitariamente por territórios de 50 km² a 100km², em busca de alimentação e reprodução, a qual ocorre uma vez ao ano, no período de primavera. O professor acredita que este exemplar tenha se dispersado de sua área natal, como é comum no comportamento da espécie, em sinal de entrada na fase de amadurecimento.

Proteção

“Sabemos que o Jardim é um espaço da universidade, circundado por um bairro. É responsabilidade de vários sujeitos institucionais

da cidade cuidar deste assunto. Por este motivo, hoje, desde o primeiro momento, pela manhã, entramos em contato com todos os órgãos ambientais que têm ligação com a área, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Ibama, a Prefeitura e a Polícia Ambiental”, listou a pró-reitora de Extensão, Ana Lúcia Coimbra, também presente na entrevista. Na manhã deste sábado, uma reunião será realizada com representantes do setor. Ao mesmo tempo que a instituição percebe a existência de risco para visitantes e moradores, a presença do animal é um forte indicativo de qualidade ambiental, reforçando a importância da área para o ecossistema regional. O Jardim integra a Mata do Krambeck, um raro fragmento de Floresta Atlântica em regeneração, em meio à área urbana. Antes de ser comprada pela UFJF, parte da área do Jardim corria o risco de se tornar condomínio de alto padrão, entre 2003 e 2009, sob um dos argumentos de não ser caracterizada como Mata Atlântica.

Conforme Artur Andriolo, que estuda comportamento animal, nos últimos 20 anos foram registrados dois ou três ataques a humanos por onça-pintada no Brasil. O índice é baixo até mesmo pela raridade da espécie. Além da segurança da população, a localização e a proteção do animal são importantes ainda para a sobrevivência da espécie, pois pode haver o risco de caça ilegal. Na entrevista, o diretor do Jardim, Gustavo Soldati, acrescentou que a cautela tomada pela equipe, ao abrir o Jardim, tinha embasamento. O Jardim publicou e divulgou orientações e normas de conduta, alertando para os riscos inerentes à visita em um fragmento florestal.

A presença do animal pode ser ainda, conforme o diretor, uma oportunidade de trabalhar conteúdos de educação ambiental, principalmente, por meio de mídias sociais. O Jardim Botânico possui perfil no Instagram e página no Facebook, além de site próprio.

Onça-pintada

Também conhecida como onça-preta, jaguetê e canguçu, a onça-pintada é um animal carnívoro, que teve seu território reduzido sensivelmente, conforme o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). É oficialmente extinta nos EUA e considerada muito rara no México. No Brasil, o animal praticamente desapareceu da maior parte das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. No Pantanal e na Amazônia, esses animais são encontrados em maior número.

Conforme o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap/ICMBio), a onça-pintada pode habitar diferentes tipos de ambientes, de florestas tropicais a regiões semi-desérticas. “A espécie parece evitar áreas com elevada altitude, apesar de haver registros de ocorrência de onça-pintada em áreas com 3.800 metros. Além disso, a espécie

evita áreas com atividade humana. Em áreas rurais, próximas a ambientes naturais da espécie, elas podem atacar rebanhos domésticos, ocasionando conflitos com proprietários rurais. Não há indícios de que onças-pintadas possam se adaptar a ambientes alterados pela ação humana, porém alguns animais foram fotografados, por meio de armadilha fotográfica, em reflorestamento de eucalipto.”

Entre as causas da diminuição do número de exemplares da espécie estão a caça ilegal e a perda e a fragmentação de habitat, associadas “principalmente à expansão agropecuária, mineração, implantação de hidrelétricas e ampliação da malha viária”, ainda segundo o Cenap.

É classificada pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2014, como espécie vulnerável. O “Plano de Ação para a Conservação da Onça-Pintada” prioriza, entre outros pontos, estratégias de mitigação de conflitos e redução do impacto da ocupação humana dentro de áreas prioritárias para a conservação da espécie.

Ocupante do topo da cadeia alimentar, a onça-pintada tem importante peso na conservação ambiental. Suas presas incluem pequenos mamíferos, répteis, aves e até grandes animais, como antas, queixadas, veados, jacarés e sucuris.

Segundo o Cenap, sua pelagem varia do amarelo-claro ao castanho-ocreáceo e é caracterizada por manchas pretas em forma de rosetas de diferentes tamanhos. “Estas rosetas são como a ‘impressão digital’ do animal e servem para diferenciá-lo, pois cada indivíduo possui um padrão único de pelagem. Existe também a variação melânica da espécie, que são onças com uma coloração de fundo preto, mas que também possuem as rosetas.” Fontes: Cenap/ICMBio e WWF

O Jardim

Inaugurado no último dia 12 de abril, o Jardim Botânico da UFJF integra um dos maiores remanescentes de Floresta Atlântica em área urbana do Brasil, a Mata do Krambeck. Mais de 500 espécies vegetais já foram identificadas na área do Jardim, entre plantas nativas, ornamentais, populações raras ou em extinção, como pau-brasil e ipê roxo. Este fragmento florestal secundário, fruto de regeneração, é ainda um importante abrigo para a fauna local, possui nascentes e contribui para a regulação de diversos serviços ambientais, como o microclima da região.

São 82,74 hectares de mata preservada, equivalentes a 116 campos de futebol, abrangendo toda a área antes denominada Sítio Malícia. Parte de sua extensão foi usada para fins pecuários, plantio de café e extração de lenha. Outros dois sítios, Retiro Velho e Retiro Novo – constituídos como Área de Proteção Ambiental (APA) – compõem a Mata do Krambeck, totalizando 373 hectares. Quando se considera a Mata da Remonta, o fragmento chega a 512 hectares.

Outras informações: Cenap/ICMBio
Jardim Botânico - UFJF
Plano de Ação para a Conservação da Onça-pintada (ICMBio/
MMA).⁴²

A comissão interinstitucional criada para coordenar os trabalhos era composta pelo Campo de Instruções do Exército Brasileiro em Juiz de Fora, Corpo de Bombeiros, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Estadual de Florestas (IEF/Cetas), Polícia Militar (incluindo a Polícia do Meio Ambiente), Prefeitura de Juiz de Fora e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), além do Cenap/ICMBio. Segundo o biólogo do Cetas JF, foram necessárias “horas a fio” para montar uma equipe de guerra para lidar com a onça.

Ainda no dia 26, foram montadas duas armadilhas fotográficas a fim de monitorar o comportamento do animal no Jardim Botânico e assim analisar o que poderia ser feito. Nesta madrugada, ela foi vista pelo recepcionista de um hotel que fica nos arredores da Avenida Brasil. A Av. Brasil, uma das maiores da cidade, fica em frente à Mata do Krambeck, onde se encontra o Jardim, do outro lado do Rio Paraibuna.

O recepcionista contou ao MG1, jornal regional, que ela parou e ficou olhando-o:

Estava sentado lá dentro no sofá, escutei um barulho e achei que era um cachorro na lixeira ou alguém, geralmente tem pessoas de rua que vem caçar alguma coisa na lixeira. Na hora que eu cheguei na porta e eu vi um vulto parecendo realmente um gato, mas um gato grande. Olhei debaixo dos carros, olhei na rua e ela estava um pouco abaixo, mas já perto de um cachorro. Não sei se estava discutindo ou se queria um pouco de comida. Ela foi uma vez, duas vezes e retornou. Eu retornei para dentro e fiquei com a porta meio aberta. Ela parou de frente, praticamente e ficou olhando. Ficou mais ou menos 30 a 40 segundos. Aí, ela pegou o retorno de onde ela veio, praticamente do rio, eu fechei e voltei pra dentro. [...] Foi interessante porque eu até achei que ela ia comer o cachorro. Ela passou, como o cachorro tem o hábito de tomar conta do terreno, ele começou a latir pra ela. Ela ficou nervosa e deu o rugido, de um gato, e saiu novamente. Foi um pouco mais a frente e voltou de novo no cachorro. Aí acho que ela cansou de discutir e foi embora para o seu lugar.⁴³

42 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/04/26/onca-e-avistada-no-jardim-botanico-e-ufjf-fecha-area-temporariamente/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

43 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/05/02/sistema-de-monitoramento-flagra-onca-pintada-perto-de-hotel-proximo-a-mata-do-krambeck-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 29 mai. 2021.

O recepcionista do hotel disse ao jornal que não teve medo, mas que ficou resabiado e um pouco preocupado. O vídeo das câmeras de vigilância foi analisado para ver se o relato era verídico, pois naquele momento não se tinha certeza de nada, nem mesmo se era o mesmo animal. O vigilante, um dos poucos a ver o animal de perto, declarou, ainda, que o encontro foi um pouco espantoso: “Linda né? Eu tive o privilégio de ver ao vivo. Ela teve curiosidade, atravessou o asfalto e veio trazer essa linda imagem do animal que é tão difícil, a gente vê só pela TV”.⁴⁴

No dia seguinte ao que foi avistada nos arredores do hotel (27), houve uma reunião na Reitoria da Universidade com integrantes da Instituição e representantes dos outros setores da equipe. Por parte da Universidade, estava na equipe de frente da operação Artur Andriolo, professor do Departamento de Zoologia, com quem eu estava tendo aulas de Biologia da Conservação enquanto ouvinte, e que era especializado em Comportamento Animal, Ecologia e Biologia da Conservação. Por parte do Cetas JF, participaram os dois biólogos do IEF. Ficou para o IEF a mediação da entrada da equipe de trabalho de campo em áreas de fragmento florestal que não pertencessem a UFJF, além do fornecimento de orientações sobre a trilha e características do local. Para o Ibama, ficou o apoio à vigilância da Mata do Krambeck. Ainda no mesmo dia seriam montadas novas armadilhas fotográficas e uma equipe técnica percorreria a mata do Jardim em busca de vestígios da onça. O exército cedeu estruturas de alojamento para quem fosse ficar de plantão a fim de monitorar o Jardim, além de coletar informações e ajudar nas rondas.

No domingo (28), a equipe percorreu também uma parte da mata não pertencente ao Jardim da Universidade e entrou em contato com moradores do entorno. Foi convocado para estas atividades um biólogo, Elildo Alves Junior, analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap/ICMBio), com sede em Atibaia, São Paulo. Para ele, a onça-pintada parecia estar adaptada à presença humana, pois percorria com tranquilidade áreas cimentadas e com luzes artificiais, além de vasculhar os lixos⁴⁵.

Naquela madrugada a armadilha fotográfica também capturou novas aparições da onça, que permitiram supor que se tratava de um macho, por conta da aparência e comportamento⁴⁶. Houve uma aparição à meia noite, uma às cinco e outra às seis. Foram encontrados alguns rastros, como pegadas, que ofereceriam material para estimar o tamanho do animal e fezes que poderiam servir para análise de DNA e identificação da população de origem do animal a partir da combinação dos dados deste indivíduo com os de outros animais coletados pelo Brasil.

44 Idem.

45 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/04/27/onca-equipe-monta-armadilhas-fotograficas-no-jardim-botanico-e-especialistas-se-reunem/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

46 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/04/29/equipe-registra-novas-imagens-de-onca-pintada-no-jardim-botanico-da-ufjf.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Ficaram montadas, por fim, sete armadilhas fotográficas para monitorar a onça, que disparariam quando um sensor de movimento fosse acionado por sua movimentação. As armadilhas flagraram diversos outros animais no Jardim, mostrando a riqueza da fauna local e que havia caça para a onça, como a paca (*Cuniculus paca*). Os equipamentos foram disponibilizados por um professor de biologia do Colégio de Aplicação João XXIII, Pedro Nobre, que integrava a equipe dos Biólogos em Campo, especialistas em mamíferos.

No dia 30 ela apareceu novamente, sendo registrada pelo professor Pedro Nobre, enquanto monitorava o Jardim com o professor Artur Andriolo. No dia primeiro (1) a onça apareceu no estacionamento de uma Igreja Batista, ao lado da Mata do Krambeck, notícia que só foi oficialmente divulgada no dia seis (6), quando a pró-reitora da Universidade se reuniu com o pastor. No dia dois (2) de maio, monitores do Jardim Botânico (alunos da UFJF) seriam treinados para conversar com os moradores do entorno sobre a presença da onça na região.

As principais recomendações dos bolsistas aos moradores foram de fechar portões, janelas e portas ao escurecer, já que o animal possui hábito noturno, além de evitarem qualquer outra atividade externa por ali à noite. Foi indicado também que, caso se encontrassem em situação de risco com a onça, entrassem em contato com o Corpo de Bombeiros ou Polícia do Meio Ambiente, já que estes profissionais estariam de prontidão com seus telefones pessoais para atender qualquer chamada envolvendo o animal. A comissão interinstitucional se reuniu também com representantes das Associações de moradores dos bairros do entorno da mata para darem recomendações sobre o caso.

Além das orientações de ligar para a Polícia Militar de Meio Ambiente ou para o Corpo de Bombeiros, caso algum cidadão encontrasse a onça, foi indicado que não frequentassem lugares abertos após o anoitecer e antes do amanhecer e que mantivessem fechadas portas, portões e janelas.⁴⁷ Foram dadas ainda as seguintes orientações: manter a calma; levantar o braço, sem movimentos bruscos, para dar aparência de maior porte; nunca correr da onça, para não estimular seu instinto natural de caça; afastar-se lentamente de frente, não de costas; dar espaço para ela se afastar; se estivessem com criança, pegá-la no colo para que esta não corresse; jamais atacar o animal e, sem tirar os olhos da onça, falar alto e firme, sem gritar. Além disso, foi disponibilizado um Guia Prático de convivência com predadores e animais silvestres aos moradores do entorno.⁴⁸

Mas, ao mesmo tempo em que alguns moradores seguiam as instruções, outros continuavam a ter uma vida normal no horário indicado como de risco,

47 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/02/bolsistas-do-jardim-botanico-orientam-populacao-do-entorno-da-mata-do-krambeck/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

48 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/07/onca-e-avistada-na-zona-norte-trabalhos-de-captura-continuam/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

durante o qual se viam crianças correndo pelas ruas, brincando, jogando bola. Numa pesquisa feita com os moradores do entorno, eles se mostravam empolgados com o aparecimento da onça e não temerosos. Também demonstraram preocupação com o bem-estar da mesma, declarando, numa escala de zero a cinco, que eles mesmos se sentiam seguros num nível cinco. Apesar da empolgação com a presença do animal, esta era uma situação contraditória, como conta o biólogo do Cetas, pois mesmo todos achando-o bonito e ficando curiosos, ninguém o queria no seu próprio quintal ou casa.

Além dos diversos vídeos de onças em outros lugares do país circulando nas redes sociais como se fossem a onça que estava em Juiz de fora, houve diversas especulações acerca da origem do animal, chegando a ser falado, inclusive, que ela viria de um cativo, por seu comportamento pacífico diante de humanos. O biólogo do Cenap/ICMBio, Rogério Cunha, quando chegou para auxiliar a equipe, declarou que entre o animal apresentar um comportamento pacífico diante da presença humana, até a afirmação de que ele teria vindo de cativo, havia abismo imenso, pois o animal estava parrudo e se alimentando de caça, coisa que um animal vindo de cativo não conseguiria⁴⁹. Ele contou que, em algumas localidades do país, estes animais já são adaptados à presença humana, pois esta nunca se mostrou uma ameaça, como no Parque Nacional do Iguaçu, onde circulam, durante o dia, próximo a áreas mais movimentadas. Segundo o biólogo, o animal também não teria nascido ali na mata, já que não havia registros de outros espécimes na região, sendo a hipótese mais viável de que ele teria nascido em outra região e se dispersado, chegando até lá sozinho.

Entre os profissionais envolvidos houve discussões acerca das tomadas de decisão, metodologias e técnicas, até se chegar a um consenso. O biólogo do Cetas declarou para mim que aquele foi um período tenso para todos, por conta da responsabilidade da equipe sobre as decisões ligadas à onça, já que ela poderia, apesar da mínima probabilidade, atacar um ser humano ou ser atacada. Neste período, ele contou terem passado, algumas vezes, por mais de uma reunião no mesmo dia para tomadas de decisões.

Um tema muito discutido, tanto entre a população quanto entre os profissionais, era se o animal deveria ser capturado e translocado ou se deveriam aguardar que ele migrasse por conta própria. Para a equipe profissional, a ideia mais adequada era a de transferir o animal para uma área florestal mais apropriada, que estivesse de acordo com as recomendações técnicas do Plano de Ação Nacional de Conservação da Onça-Pintada⁵⁰ e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação

49 Disponível em: https://instagram.com/jardimbotanicoujf?utm_medium=copy_link. Acesso em: 29 mai. 2021.

50 Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-pan/pan-onca-pintada/1-ciclo/pan-onca-pintada-livro.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2021.

de Mamíferos Carnívoros (Cenap/ICMBio).⁵¹ Esta orientação se manteve até o fim da operação.

Além da área onde ela se encontrava estar em uma zona urbana, podendo oferecer risco para ela enquanto indivíduo e para a população, ali ela não teria chance de se reproduzir, pois dificilmente haveria outro indivíduo da mesma espécie. Considerando o fato de que existem menos de 300 onças-pintas em toda a Mata Atlântica, de Norte a Sul do país, era considerado muito importante para a espécie que este espécime se reproduzisse. Mas para a translocação acontecer, seria necessário o respaldo de setores ambientais, de segurança e jurídicos para a comissão, além da disponibilidade de equipamentos e profissionais especializados.

Com o apoio necessário, ficou decidido, por fim, que a opção mais adequada era, realmente, a transferência do animal para outra área, com a ajuda de profissionais do Cenap/ICMBio que, além de equipamentos, trariam experiência neste tipo de operação, saindo de Atibaia ainda no dia dois (2).⁵² Além de manter o animal seguro, a transferência poderia resultar numa possível reprodução da espécie. No dia seguinte, iniciariam as instalações das armadilhas de laço para capturá-la.

No total, a equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap/ICMBio) trouxe quatro armadilhas de laço, que ficam escondidas no chão, para tentar pegar o felino. As duas restantes serão montadas neste sábado, 4. [...] O método é considerado um dos mais seguros e eficazes, conforme afirmou o coordenador substituto do Centro, Rogério Cunha, que atua há 21 anos na captura de animais silvestres, e esteve coordenando os trabalhos nesta etapa.

Ele declarou ainda que,

Uma captura nunca é simples, a gente sempre subestima essa facilidade. Não é porque estamos vendo-o na área é que vamos estalar o dedo e pegá-lo. Se não conseguirmos pegar com laço, está vindo uma caixa. Esses animais são muito resabiados de entrar em armadilha de caixa, tanto a onça-pintada quanto a parda.⁵³

As armadilhas foram montadas em locais estratégicos, identificados a partir do monitoramento do animal nos dias anteriores. O caminho ia se afunilando com folhas e galhos dispostos de modo a conduzir o animal à armadilha. Os galhos e

51 Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cenap/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

52 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/02/comissao-anuncia-decisao-de-capturar-e-transportar-onca-para-area-ampla-e-segura/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

53 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/04/primeira-noite-armadilhas-ja-estao-em-funcionamento-entenda-como-sao-acionadas/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

as folhas eram essenciais para não espantar a onça, já que qualquer coisa muito diferente causaria desconfiança no animal. Até mesmo a presença de cheiro humano na armadilha poderia afugentá-lo, sendo necessário o uso de luvas para manipular alguns materiais. Um transmissor, instalado na área da armadilha, enviava sinais sonoros à sala, no Jardim, onde a equipe se revezava de plantão na escuta dos mesmos, desde o anoitecer, quando se iniciaria a movimentação do animal.⁵⁴

A caixa da armadilha era feita para o tamanho do animal, com profundidade suficiente para que quando fosse disparado o gatilho com sedativo e anestésico, ele estivesse totalmente dentro armadilha, evitando-se, assim, que a caixa caísse nas costas do animal e causasse lesões, como explicou o biólogo do Cenap/ICMBio ao jornal da Universidade. Depois de capturado, o veterinário iria, então, atirar uma dosagem de anestésico local (tiletamina) e tranquilizante (zolazepam). As armadilhas foram montadas no jardim por haver mais segurança e probabilidade mais alta de captura. Além disso, atirar um dardo no animal livre poderia ser perigoso, já que o sedativo poderia levar até 15 minutos para fazer efeito.⁵⁵

Segundo declaração de um dos veterinários da operação ao site da UFJF, Arrais,

O efeito do medicamento varia conforme a fisiologia, a saúde, a idade e o seu nível de adrenalina e outros fatores. Não sabemos se, no momento, ele está alimentado ou em jejum, o que influencia na dosagem necessária. (...) É um anestésico forte, potente, porém o bicho fica excitado com luz e barulho. Não sente dor. É bastante seguro com uma dosagem básica. [...] Incrivelmente para bichos maiores, como tigre e leão, é usada uma dose menor. Enquanto para cachorros, por exemplo, ela é maior”.⁵⁶

Após a captura, seria recolhido o sangue do animal, feita uma vermifugação, além da verificação de altura, peso e comprimento, dentes e sexo. Também seria colocado um colar com GPS para monitorá-lo após a soltura. Segundo o portal da Universidade, o colar teria aproximadamente 380g, dotado de GPS, com transmissor para monitoramento por 24 horas diárias, emitindo sinais de localização de hora em hora.⁵⁷ A ideia era que o animal ficasse com o colar por cerca de um ano e, no fim deste período, o equipamento estaria programado para abrir, porém o colar parou de emitir sinal muito antes. Para a soltura, a onça seria transferida numa

54 Ibidem.

55 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/04/primeira-noite-armadilhas-ja-estao-em-funcionamento-entenda-como-sao-acionadas/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

56 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/04/primeira-noite-armadilhas-ja-estao-em-funcionamento-entenda-como-sao-acionadas/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

57 Ibidem.

jaula em uma van do IEF até o local de destino, processo durante o qual ela não estaria sedada.

O plano estava, então, todo traçado e no dia sete (7) a onça foi vista novamente às margens do Rio Paraibuna, próximo ao Parque de Exposições da cidade. Ela foi avistada por um cabo da Polícia Militar do Meio Ambiente por volta de duas e meia (2h30) da manhã, por volta das três (3) foi registrada em dois vídeos por um morador local e às cinco (5) foi registrada pelas armadilhas fotográficas do Jardim Botânico.⁵⁸

No dia oito (8) foram colocadas mais três armadilhas de laço, totalizando seis, para aumentar as chances de captura do animal. Além disso, mais três profissionais especializados em captura de onça chegaram para ajudar a equipe: o professor de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São João Del-Rey, Fernando Azevedo, e os veterinários Ricardo Arrais e Alexandra Coelho.⁵⁹ Os veterinários, Ricardo Arrais e Paulo Amaral, contaram ter achado curioso estarem procurando pela onça durante a noite e durante o dia almoçarem num Shopping Center em frente à mata, o que normalmente não aconteceria numa captura de onça em grandes fragmentos florestais.⁶⁰

Mais quatro armadilhas de laço foram montadas no trajeto da onça no Jardim, somando-se às seis já instaladas, totalizando 10. Nas estruturas de laço havia transmissores para emitir sinais sonoros que seriam ouvidos na sala de controle da equipe de monitoramento. Na madrugada do dia 11, foi usado um esturrador, um instrumento que imita a vocalização da espécie, para atraí-la. Ela podia ser atraída por conta de sua territorialidade ou por estar buscando uma fêmea, ficando a cargo do profissional emitir o som típico de um macho ou de uma fêmea. Na mesma madrugada ela foi vista novamente no entorno do Jardim e no dia 12, finalmente, ela caiu em uma das novas armadilhas de laço instaladas, num local onde foi flagrada diversas vezes.⁶¹

Depois de quase 20 dias atrás da onça, que fez cerca de dez aparições em pouco mais de duas semanas, ela foi capturada. O biólogo contou lembrar “como se fosse ontem” quando recebeu a ligação de que ela tinha sido capturada, para

58 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/05/07/onca-pintada-e-flagrada-da-fora-da-mata-do-krambeck-em-pontos-da-zona-norte-de-juiz-de-fora-veja-imagens.ghtml>. Acesso em: 03. Jun. 2021.

59 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/05/08/mais-profissionais-e-armadilhas-integram-acao-para-captura-de-onca-pintada-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

60 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/13/onca-macho-com-51kg-e-181m-e-transferida-para-area-de-protecao-ambiental/>. Acesso em 29 mai. 2021.

61 Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/05/13/onca-pintada-que-estava-solta-em-juiz-de-fora-e-capturada-na-cidade.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

que fizessem o transporte do animal, que ficou sob responsabilidade do IEF e foi conduzido pelos biólogos do Cetas JF.

Segundo o professor Fernando Azevedo, da UFJF, o animal estava muito robusto, com todos os dentes e sem arranhões, indicando que ainda não havia enfrentado outro macho; além disso, tinha pelagem boa, sem carrapatos.⁶² Tratava-se de um macho, de 51,6 quilos, 1,81 de comprimento e aproximadamente quatro anos. A idade foi estimada por meio da observação dos pelos e dentes do animal.

Segundo a equipe, ao portal, a onça ficou agitada quando capturada, destruindo cerca de 15 centímetros da grade, até que foi lançado o dardo com anestésico e tranquilizante. Em oito minutos ela já estava dormindo. Foi levada, então, para uma bancada onde foi avaliada e recebeu cuidados veterinários. A equipe coletou sangue, urina e pelo que seriam levados para análise no Cenap/ICMBio.⁶³

A onça foi levada pelo IEF, em uma caixa metálica, do mesmo modelo usado para a captura, forrada com espuma.⁶⁴ No trajeto, o felino foi monitorado pelo veterinário Paulo Roberto Amaral, do Cenap/ICMBio, e o veículo foi guiado pelos biólogos do Cetas. O animal foi solto em uma área florestal ampla, em Minas Gerais, distante de área urbana, com menos riscos de incidentes do que em Juiz de Fora. “Aqui não caberia outro indivíduo. Na nova área, existem um macho e três fêmeas. Assim temos a possibilidade de reprodução. Ela é essencial para a espécie”, explicou o professor Azevedo ao portal da Universidade.⁶⁵

No dia 16, o Senhor Francisco de Assis, que teve seu galinheiro atacado durante a procura à onça, recebeu uma doação de 13 galinhas e 20kg de ração comprados por 19 integrantes da equipe que se uniram para financiá-la. Dentre eles, estavam os dois biólogos do Cetas JF, que foram entregar os presentes ao senhor. Ele teve oito galinhas mortas e três feridas durante a noite dos dias oito e nove, em uma delas ficando a dois metros de distância da onça. “Na primeira vez, ela ficou a menos de dois metros de mim, dentro do galinheiro. Ela me olhou bastante, estava chovendo bem. Aqueles olhos grandes, vermelhos. Saiu lentamente, sem fazer nada”,⁶⁶ contou ele ao portal de notícias da Universidade. Combinando

62 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/13/onca-macho-com-51kg-e-181m-e-trans-ferida-para-area-de-protecao-ambiental/#:~:text=A%20on%C3%A7a%20na%20caixa%20ficou,estava%20dormindo%2C%20conforme%20o%20especialista>. Acesso em: 29 mai. 2021.

63 Idem.

64 Disponível em: <https://www.acesa.com/cidade/arquivo/noticias/2019/05/13-onca-pintada-capturada-juiz-fora/>. Acesso em 03 jun. 2021.

65 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/13/onca-macho-com-51kg-e-181m-e-trans-ferida-para-area-de-protecao-ambiental/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

66 Ibidem

o relato do Seu Francisco com pegadas e rastros no quintal, a equipe considerou que realmente havia sido o felino o responsável pelo ataque.⁶⁷

A bióloga e o biólogo que foram entregar as galinhas disseram que o intuito dessa ação era agradecer a disponibilidade e colaboração dada pelo Senhor Francisco ao trabalho de captura da onça, pois ele mesmo deixou armarem uma armadilha no seu quintal, para o caso de a onça voltar atrás de mais galinhas. Para montar a armadilha foi necessário quebrar parte do muro de madeira da casa dele para a passagem da estrutura. Além disso, ele se dispôs a ficar de prontidão monitorando a armadilha e contou passar a noite acordado, de olho na mesma. “A gente quer só retribuir a ajuda que o senhor deu para pegar a onça. Pessoas como o senhor precisam ser valorizadas”, disse a bióloga do Cetas JF quando foi entregar as galinhas ao Seu Francisco de Assis, que ficou surpreso ao recebê-las. “Pensamos que não custava nada nos juntarmos e ajudá-lo. Ele não pediu nada. Mas vimos que foi uma perda”, disse ainda o biólogo do Cetas JF. O nome do seu Francisco foi citado também numa das reportagens em tom de brincadeira, por conta de Francisco de Assis ser um santo católico protetor dos animais.⁶⁸

Os biólogos do Cetas JF que foram à casa de Seu Francisco entregar as novas galinhas eram os mesmos responsáveis por conduzir o furgão com a onça, após a captura, para o fragmento florestal de destino. A onça-pintada foi solta com um colar de GPS e os profissionais locais envolvidos no caso acompanhavam seus passos diariamente após a soltura. Através do registro do GPS e dos sinais encontrados pelos profissionais, foi possível ver que ela estava tendo plena mobilidade e se alimentando. Ela estaria circulando próxima a área de partida, distanciando-se cerca de 10 km do ponto onde foi deixada. Porém, muito antes de completar um ano da captura da onça, perdeu-se o sinal do GPS, e o colar foi encontrado próximo de completar um ano.⁶⁹ A falha no equipamento foi considerada pelos profissionais como algo comum de acontecer, já que o equipamento eletrônico enfrenta muitas adversidades na *vida selvagem*.

O caso da onça, que apareceu em jornais locais e nacionais, e foi tanto divulgado em grandes mídias, quanto falado no boca-a-boca e nas redes sociais, gerou muita curiosidade, fascínio e até mesmo fake news, além de seguir tendo repercussão mesmo após a captura da onça. O “bafafá” se deu por conta da raridade de uma espécie como esta aparecer num centro urbano como Juiz de

67 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/16/equipe-doa-13-galinhas-a-dono-de-gali-nheiro-atacado-por-onca/>.

68 Ibidem

69 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/05/19/equipes-encerram-monitoramento-eletronico-de-onca-pintada-encontrada-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em 03 jun. 2021.

Fora, cidade de porte médio, com mais de 500.000 habitantes,⁷⁰ e pela falta de certeza imediata acerca das medidas a serem tomadas.

Após a partida da onça, o Jardim Botânico pôde ser reaberto, o que aconteceu no dia cinco (5) de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Segundo o professor Pedro Nobre, do Colégio João XXIII, o episódio gerou uma boa oportunidade para discutir temas em educação ambiental, tais como a expansão urbana e a presença de animais silvestres nestes centros urbanos.⁷¹

Sobre esse contexto, o biólogo do Cetas me contou que após a captura da onça, eles (do Cetas) foram chamados para dar palestras e para falar em escolas e eventos sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro em prol dos animais silvestres. Segundo o biólogo, o caso gerou um “marketing positivo” para este trabalho com fauna, que muitas vezes é desconhecido pela população. O acontecido marcou, assim, não só a cidade, os profissionais envolvidos e a onça, mas também impactou o Cetas, no sentido de dar visibilidade e importância a este trabalho feito na cidade, levando em conta que poucas cidades abrigam um Centro como esse.

O CAUSO E A CAUSA

Desde a primeira aparição da onça, houve um trabalho intenso a fim de reforçar uma imagem positiva em torno da onça, chamando atenção para o valor ecológico da espécie e para o cuidado com aquela onça-indivíduo presente na cidade, a fim de que ninguém saísse prejudicado. Este trabalho de conscientização acerca da conservação da onça enquanto indivíduo e enquanto espécie foi essencial para uma participação positiva da população e dos profissionais envolvidos no caso, garantindo a ausência de um estado de pânico. Aqui aparecia e enfatizava-se tanto a importância do indivíduo enquanto espécime a se manter seguro, quanto do indivíduo como representante da espécie e um dos poucos presentes na Mata Atlântica que poderia se reproduzir e perpetuá-la. O entendimento desta importância pela população e profissionais, mais a dedicação e disponibilidade para plantões de todos os profissionais ligados à operação, foram essenciais para a captura e translocação seguras da onça.

O fortalecimento da noção de conservação de espécies no cenário internacional, especialmente as espécies de topo de cadeia, como a onça, começou há cerca de 50 anos, a partir de um movimento que “provocou mudanças nas leis, criações de Unidades de Conservação (UCs), reintroduções bem-sucedidas em alguns pontos onde houve extinções locais e a mobilização da opinião pública,

70 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em 03 jun. 2021.

71 Disponível em: <https://www.ufjf.br/jardimbotanico/2019/05/22/onca-macho-com-51kg-e-181m-e-transferida-para-area-de-protecao-ambiental/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

sobretudo urbana, em favor dos carnívoros” (BERGALLO et al., 2015). Ainda assim, humanos e carnívoros de grande porte seguem tendo relações complicadas, especialmente em áreas não urbanas do país e do mundo, pelo fato de carnívoros se mostrarem uma ameaça a animais de criação e estimação e também, ainda que minimamente, para humanos.

Por conta do conflito de perspectivas acerca das relações entre humanos e outros animais carnívoros foram criados alguns conceitos por ambientalistas conservacionistas para facilitar a conscientização da importância ecológica de algumas espécies como os de fauna carismática, espécie bandeira ou espécie símbolo e espécie guarda-chuva.

Fauna carismática corresponderia a um grupo de espécies que tem um forte apelo popular por sua beleza ou carisma, sendo estas facilmente reconhecidas e utilizadas por conservacionistas em suas campanhas, como baleias e tigres (BERGALLO et al., 2015, p. 288). A fauna carismática pode se tornar símbolo de regiões, sendo chamadas de espécie bandeira ou símbolo, como a onça-pintada é do Pantanal e do Brasil.

A conservação de uma única espécie, que precisa de maior extensão territorial para viver e que resulta na conservação em cadeia de outras espécies tem um efeito guarda-chuva, sendo esta espécie matriz chamada de espécie guarda-chuva, novamente como o caso da onça-pintada. A onça é predadora de topo de cadeia e exige cerca de 200km² para viver, mantendo em equilíbrio o ambiente onde ocorre, ao impedir populações excessivas de outras espécies que tem como presa, exercendo assim a função de equilibrar a cadeia ecológica. Mas é uma espécie que sofre crescentemente com a perda de habitat e ataques humanos, por isso tem captado muito empenho em torno de sua conservação, sendo hoje uma das espécies bandeira mais conhecidas no Brasil pela população em geral e que muito atrai doações e investimentos, além de atrair turistas de todo o mundo para vê-la em seu habitat natural, especialmente em expedições no Pantanal e na Amazônia, onde são encontradas em maior quantidade.

As onças são classificadas como espécie chave, carismática, bandeira e guarda-chuva, o que significa que têm importância para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, forte apelo para a causa conservacionista, conseguem mobilizar a opinião pública e atrair investimentos em conservação e sua proteção tem como consequência a proteção do habitat que ocupam e beneficiam várias outras espécies. São ainda classificadas, quanto ao risco de extinção, de acordo com critérios preestabelecidos por especialistas (IUCN, 2012; BERGALLO et al., 2015, p. 292).

Como outros animais carismáticos pelo mundo, a onça-pintada é um animal muito controverso, pois ao mesmo tempo em que desperta fascínio e encantamento, tanto em populações urbanas como em populações originárias, também desperta muito medo e apreensão. Nesta relação, o medo e o fascínio andam juntos, gerando um forte simbolismo em torno deste poderoso felino, tanto em populações urbanas quanto em comunidades rurais e povos da floresta.

No caso da onça em Juiz de Fora e dos fatos narrados aqui, foi possível perceber como ela mobilizou e envolveu diretamente pessoas, equipamentos, materiais e técnicas das mais variadas, intensamente, por quase 20 dias. Moveu desde especialistas da área de meio ambiente a nível nacional ou local, como os próprios profissionais do Cetas, até cidadãos comuns, como o Seu Francisco e, sob diversas articulações, mais uma imensidão de pessoas. Mesmo com sua captura e translocação, a onça continuou gerando movimento, tanto entre os profissionais dos Cetas quanto entre os profissionais que seguiram acompanhando-a no novo habitat, as pessoas envolvidas em pesquisas com seus materiais genéticos, estudantes e docentes da Universidade, da rede pública e básica de ensino, dentre outros.

Para o Cetas, especificamente, o caso resultou num “*marketing* muito positivo”, como contou o biólogo. Neste caso a onça apareceu não só espécie guarda-chuva que conserva em cadeia outras espécies, mas como guarda-chuva que movimentou em cadeia diversas pessoas, ações, materiais, equipamentos, meios de comunicação etc., e como guarda-chuva das próprias práticas realizadas pelo Cetas, que atravessaram os limites do contexto do Centro para outros universos.

Neste sentido, remete-se ao conceito de rede sociotécnica de Bruno Latour, no qual o foco central dos estudos alinhados com este referencial teórico-metodológico são as mediações entre atores que produzem mudanças e que afetam e influenciam mutuamente os elementos constituintes da rede, não cabendo nesta perspectiva a ideia de sujeito e objeto e as separações entre natureza e cultura (BERGALLO et al., 2015, p. 289). Nesta perspectiva, há o princípio da simetria, não existindo hierarquia entre os atores, dado o fato de que todos possuem iguais possibilidades de produzir interferência e mediação (Ibidem).

Além destas percepções, o caso da onça, assim como o caso do fechamento do Cetas, estampou uma questão que já vinha se mostrando importante ao longo de minha pesquisa de campo: que estas pessoas que trabalham com animais no Cetas JF estariam movidas, para além das obrigações profissionais, por mais outras motivações. Diversos episódios ao longo de minha experiência etnográfica mostraram que os profissionais envolvidos com os animais no Cetas JF não eram movidos somente pelas obrigações das funções que ali exerciam, mas também por uma dedicação de vida e gosto por aqueles animais. Isto tanto para os profissionais concursados, contratados e estagiários, além dos profissionais envolvidos que não trabalham no Cetas, mas que levam os animais até lá, como os policiais. São

pessoas que doam seu tempo e recursos. Vale ainda citar muitos dos envolvidos nos casos que extrapolaram o contexto do Cetas JF para um contexto maior, como nestes casos trazidos neste capítulo.

Seguir se dedicando àqueles animais para além do horário de trabalho, retornando ou ficando um pouco mais no Cetas, ou ainda os levando para a sua casa a fim de alimentá-los, aquecê-los e medicá-los foram cenas comuns no contexto do Cetas JF durante minha pesquisa de campo. Além da doação do tempo destes humanos aos animais, era frequente a compra de alimentos, medicamentos, materiais e outros meios que proporcionariam bem-estar aos animais com recursos financeiros próprios ou a busca por doações, como acontecia com as doações de alimentos recebidas do Grupo de Distribuição Benassi.

Colada a essas práticas, apareceu a noção de que para trabalhar com animais silvestres “tem que gostar”, ou ainda que “se não tiver amor pela fauna você não consegue, acaba saindo, pois há sempre doação de tempo, dinheiro, do que você tiver...se não tiver amor, vai sair”, como disseram o tratador e o biólogo, mas que eu também ouviria de estagiários, do veterinário e de policiais que ficavam com os animais no pelotão até encaminharem para o Cetas JF. Esta afirmação seria justificada pelo fato de que havia muito trabalho a se fazer, muitas vezes com pouca estrutura e material, tendo os profissionais envolvidos que se movimentar para manter estes animais vivos e saudáveis.

Neste sentido, para a maioria destes profissionais trabalhar com animais silvestres ia além de uma profissão, era uma questão de escolha de vida e de dedicação, revelando um gosto por silvestres que muitas vezes começava antes mesmo de chegarem ali, como no caso do veterinário que desde criança se interessava por animais silvestres ou do antigo tratador, que mesmo trocando de função seguia presente nas atividades do Cetas JF dizendo que não podia “abandonar os animais”.

Estas atividades feitas para além das obrigações de cada profissão eram muito movidas, segundo eles, por sentimentos como *amor*, *pena* e *compaixão*, pois não aguentariam ver os animais sofrerem, além de noções de *proteção* e *compromisso com a vida* e com o *cuidado*. Assim, todo o contexto das atividades do Cetas JF configura que estes humanos são igualmente movidos por uma “causa”, uma causa na qual os animais silvestres despertam diversas emoções e afetos; mobilizam cuidados, atividades, instrumentos, materiais e substâncias; respondem a elas, construindo relações e, por vezes, ligações afetivas. Neste contexto pode-se pensar como os animais do Cetas JF constituem relações sujeito-sujeito com os humanos com quem interagem.

6 Silvestres: proteção, múltiplos afetos e engajamentos

PROTEÇÃO E CUIDADO

Retomando eventos vivenciados dentro do Cetas JF, no período em que estive convivendo no Centro, a palavra que me parece mais capaz de englobar o conjunto das práticas feitas ali é *cuidado*. Mas, como pudemos ver em passagens descritas ao longo deste *Ebook*, o termo não está livre de ambiguidades e vazamentos de sua definição no âmbito dos protocolos dos órgãos de proteção de animais silvestres.

As práticas de cuidado, se voltadas conscientemente à *vida livre* dos silvestres, por outro lado, são invadidas por emoções que parecem por em destaque aspectos das sensibilidades ecológicas ocidentais e também experiências pessoais de engajamento interespecífico, conforme comento adiante. Vimos como se torna complexa e ambígua no cotidiano a “ética profissional” orientada para o distanciamento emocional e físico, fundada no valor da não-dependência do animal e sua capacitação para a sobrevivência em ambiente não domesticado; e vimos também como os humanos são afetados todo o tempo nesta convivência e lida com sujeitos-corpos de outras espécies que frequentemente reagem, manifestam suas próprias disposições e sentimentos no contato com estes humanos.

Lembrando as observações de David Le Breton (2009, p. 120) sobre as emoções enquanto construídas e organizadas ritualmente, não sendo espontâneas, mas “emanações sociais ligadas a circunstâncias morais e à sensibilidade particular do indivíduo, [...], reconhecidas em si e exibida aos outros”, podemos complexificar o tratamento dos afetos no Cetas. De um lado, o contexto do Centro favorece, conforme sua própria instituição, uma comunicação específica no interior do *métier* dos “protetores de fauna”, que organiza as práticas protocolares; de outro lado, desafia os atores das muitas espécies animais ali presentes nas relações, emoções e envolvimento mais diretos que as tarefas de *proteção* àqueles animais envolvem, repercutindo tanto na comunicação entre humanos como nas interações entre humanos e animais de formas as mais variadas.

Ao tratar das sensibilidades ecológicas ocidentais, Descola (1998, p. 23) aponta que a violência exercida contra os animais suscita uma reprovção crescente nas opiniões públicas, que, frequentemente, tem se tornado ainda maior à medida que aumenta a distância entre os humanos e os animais que são vítimas desta

violência. Se antes a reprovação à violência animal nascia dos maus-tratos aos animais domésticos e de estimação, atualmente, ela estaria voltada para animais com os quais estes humanos (urbanos em sua maioria) não teriam nenhuma proximidade física, como animais de produção e espécies selvagens ameaçadas.

Por outro lado, ele destaca que, na prática, as atitudes de simpatia pelos animais são ordenadas numa escala de valor, voltadas, especialmente, para espécies percebidas como as mais próximas do humano em termos de comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade de sentir emoções, como, por exemplo, espécies mamíferas. Neste aspecto, Descola afirma que o antropocentrismo parece constituir a tendência espontânea das diversas sensibilidades ecológicas contemporâneas. Ele lembra, ainda, que nem sempre tivemos no ocidente má consciência em relação ao sofrimento dos animais.

Outra questão que, para Descola, influenciaria nestas atitudes de simpatia para com os animais seriam as tradições culturais nacionais. Ao tratar da sensibilidade ecológica nos países latinos, ele destaca como sendo comum “o horror legítimo ao sofrimento animal desnecessário, e mesmo a consciência de uma responsabilidade moral da espécie humana em assegurar o bem-estar dos seres com os quais ela partilha o planeta” (Descola, 1998, 23).

Retornando ao contexto do Cetas JF, foi possível observar que os animais que mais despertavam emoções como *amor*, *pena* e *compaixão* eram os que mais afetavam mais diretamente os humanos com quem conviviam. Geralmente, eram animais que estavam em piores condições de saúde e que levavam mais tempo recebendo cuidados mais “de perto” dos profissionais do Centro. Os animais percebidos por esses profissionais como mais excluídos e maltratados pelos humanos, de modo geral, tanto em termos de espécie quanto em termos de indivíduo, também despertaram mais comoção entre eles durante a minha pesquisa de campo.

Neste sentido, as emoções envolvidas nas relações entre humanos e silvestres no Cetas JF combinam-se com as sensibilidades ecológicas ocidentais, mais especificamente a dos países latinos, ao manifestarem os sentimentos de *pena*, *amor* e *compaixão* para com os animais, além das noções de *proteção* e *compromisso* com a vida e com o *cuidado*, que apareceram na pesquisa de campo e também estão presentes na legislação brasileira que orienta as práticas voltadas para fauna no país.

Para além desses aspectos das sensibilidades ecológicas ocidentais e da sensibilidade ecológica dos países latinos destacados, é importante lembrar como os percursos de vida dos humanos presentes no Cetas estariam também mediando os cuidados e escolhas feitas a cada momento pelos profissionais, cuidadores e estagiários do Centro. As histórias de engajamento vividas com esta ou aquela espécie, o encontro com este ou aquele animal, como espécie ou espécime(s) na

infância ou durante a formação profissional não deixam de estar presentes. As histórias contadas também podem ser vistas como parte de conhecimento.

A dimensão da prática é o que eu gostaria de ressaltar aqui. É na relação que se constrói no cotidiano, em uma estadia mais ou menos estendida dos animais no Cetas, e na lida com as condições concretas de sofrimento, resistência ou *resposta* aos cuidados ministrados pelos cuidadores e outros profissionais ali que as relações se fazem, que os sentimentos e razões se estabelecem. Se as percepções sobre espécies e suas atuais condições de existência enquanto tal são referências fundamentais, o trato põe em relação efetiva os indivíduos presentes, tanto os humanos-e-seus-ofícios no Centro quanto os hóspedes silvestres que ali vivem.

Assim como nos cuidados entre humanos, as práticas de alimentar e buscar a comunicação ocupam um lugar central na interação dos humanos com outras espécies animais que chegam ao Cetas.

ALIMENTO E COMUNICAÇÃO

Uma prática de cuidado primordial através da qual os humanos que estão no Cetas JF constroem suas relações com os animais é a da alimentação, forma primeira de eliminar algum sofrimento animal. Os animais sentem fome e precisam se alimentar para sobreviver, estando saudáveis ou não; e a fome é algo que estes humanos podem suprir, diferente de outros sofrimentos como dores causadas por ferimentos ou doenças. Assim, o alimento é, muitas vezes, um meio através do qual os humanos exprimem cuidado e se comunicam com os animais do Cetas, até mesmo com os animais que lá vivem em liberdade, tecendo afetos ao ganharem a confiança dos mesmos através da alimentação. Por outro lado, os animais, pedindo por alimento, se alimentando ou não deste e excretando-o ou não, comunicam mais uma porção de outras coisas que são todas atentamente observadas pelos humanos que deles cuidam. Pode-se dizer que as relações no Cetas JF se desenrolam muito em torno do alimento; como diria o antigo tratador: “é só alimentar que está feito”, referindo-se ao fato de que quando os alimenta, cria uma relação com os animais ganhando sua “confiança”.

Há outras expressões de *amor*, *dedicação* e *cuidado* no Cetas JF, como as práticas de *enriquecimento ambiental*, a busca individual dos funcionários por formações e estudos que possam melhorar seus conhecimentos e melhor ajudar os animais e mesmo a oferta de abrigo em suas próprias casas para mantê-los vivos. Também se destacam as comunicações feitas durante o cotidiano a fim de cumprimentar, agradecer ou acalmar os animais, muitas vezes, batizando-os com nomes carinhosos, construindo, assim, uma comunicação particular entre humanos e animais neste contexto.

O tema da comunicação interespecífica nos remete de modo especial à questão do sujeito animal. Contextos particulares de interação entre humanos e animais vêm favorecendo o reconhecimento, por parte dos humanos, dos animais enquanto sujeitos dotados de subjetividade e intencionalidade.

Em *Outra espécie de companhia – intersubjetividade entre primatólogos e primatas*, Guilherme Sá (2012), inspirado em Barbara Smuts (2002), sugere o conceito de intersubjetividade para tratar de relações de ambiguidade entre profissionais que pesquisam sobre animais “selvagens” e seus sujeitos de pesquisa. Explorando o contexto de pesquisa de campo de primatólogos sobre/com primatas, o autor faz referência às narrativas de campo de Smuts e demonstra como primatólogos e primatas compõem as histórias uns dos outros, tecendo-as num nível afetivo.

Em seu campo com babuínos, Barbara Smuts deveria seguir os protocolos da pesquisa de campo com animais e interferir o mínimo possível no ambiente, fazendo-se indiferente diante deles e assim agindo “como uma pedra”, como diria Donna Haraway em *When Species Meet* (2008, p. 23). Mas, dificilmente, a presença humana, com seus odores, sons e vibrações, passaria despercebida na mata para outros companheiros de existência. Além disso, o fato de o humano se fazer de indiferente pode, inclusive, inquietar animais mais perceptivos como aconteceu com os babuínos na pesquisa de Smuts.

As narrativas da primatóloga trazidas por autores na Antropologia, tais como Haraway (2008), Sá (2012) e Vianna (2015) destacam, especialmente, o relato da autora de que teve que abdicar das premissas desse tipo de pesquisa de campo e se relacionar/responder, de fato, aos seus interlocutores para prosseguir com o seu trabalho. Neste caso a demanda era a de se relacionar, pois se tornou evidente que o “ato de pedra” da pesquisadora incomodava os primatas:

They frequently looked at her, and the more she ignored their looks, the less satisfied they seemed. [...] It seemed like the only critter to whom the supposedly neutral scientist was invisible was herself. Ignoring social clues is far from neutral social behavior (HARAWAY, 2008, p. 24).⁷²

Smuts passou então a não mais ignorá-los e, inclusive, a responder a eles. Mudou, assim, seu jeito de se comportar, de mover o corpo e os olhos, interpretando e respondendo aos sinais que eles enviavam a ela. Alguns destes sinais ainda eram de desaprovação, mas, aos poucos, pesquisadora e primatas passaram a se comunicar e a tomar confiança um no outro, o que resultou na aceitação de Smuts pelo grupo, tratando-os e sendo tratada como sujeito social.

72 Eles, frequentemente, olhavam para ela e quanto mais ela os ignorava, mais insatisfeitos eles pareciam [...] Parecia como o único critério para o qual o cientista neutro era invisível, era ela mesma, Ignorar as regras sociais está longe de ser um comportamento social neutro.

Os babuínos transformaram quem ela era, passando a fazer parte de sua história, assim como ela transformou os babuínos que encontrou e, assim, passou a fazer parte das histórias deles. Smuts propõe um interessante conceito para pensar essas relações: a intersubjetividade. Nesse sentido, descreve da seguinte forma o que vivenciou junto aos babuínos:

Na linguagem que estou desenvolvendo aqui, o relacionamento com outros seres enquanto pessoas nada tem a ver com o fato de eles possuírem ou não características humanas. Tem a ver, isto sim, com o reconhecimento de que eles são sujeitos sociais, como nós, cuja experiência idiossincrática e subjetiva de nós desempenha o mesmo papel em suas relações conosco que a nossa experiência subjetiva deles desempenha em nossas relações com eles. Se eles se relacionam conosco como indivíduos, e nós nos relacionamos com eles como indivíduos, é possível para nós ter uma relação pessoal. Se qualquer das duas partes deixa de levar em conta a subjetividade social da outra, tal relacionamento fica impossibilitado (SÁ, 2012, p. 86 apud SMUTS, 2002, p. 141-2).

Na intersubjetividade, da forma como colocada pela autora, os animais não são pensados com características humanas (antropomorfizados), ou mesmo considerados humanos com características animais (zoomorfizados), mas são pensados em si mesmos, como sujeitos sociais que se relacionam dialogicamente com outros animais, inclusive os humanos, sendo transformados e produzindo transformações nessas relações. O conceito de intersubjetividade de Smuts, que é posteriormente reforçado por Sá (2012), pode trazer pistas interessantes para uma abordagem das relações entre humanos e animais silvestres no Cetas JF, ainda que a diversidade entre o contexto experimentado por Smuts e o Centro seja notável.

Longe da vida em “seu meio social”, com “seu coletivo” “seu ambiente”, os espécimes no Cetas estão deslocados dessa experiência, desambientados e frequentemente foram resgatados de condições desfavoráveis na perspectiva dos “protetores”. Contudo, a experiência efetiva de viver mais ou menos temporariamente no Cetas, para além da recuperação de possíveis traumas por interações interespecíficas prévias, extrapola efetivamente o que preveem os protocolos de proteção e cuidado. A etnografia nos mostra disposições imprevisíveis, autônomas e criativas, que escapam aos protocolos de relacionamento entre humanos e animais “selvagens”.

Na intersubjetividade proposta pelos autores, o foco está nas relações, mais que em conhecimentos estabelecidos sobre formas de comportamento ou aspectos fisiológicos definidores de estados de bem-estar dos animais. Dar atenção às relações, não apenas aos sinais, pode ser um caminho interessante de conhecimento-

prática. A percepção e resposta aos sinais do outro compreende sinais dos mais variados tipos, como muitos dos que frequentemente são observados no Cetas.

A comunicação intersubjetiva pensada por Smuts a partir da pesquisa com babuíños traz, contudo, a dimensão da subjetividade como aspecto da interação e a dimensão transformacional das relações entre os sujeitos que me parecem interessantes. Neste sentido, as relações no Cetas JF também poderiam ser pensadas transformando os sujeitos em relação, com desdobramentos possíveis na abordagem do cuidado.

OS RISCOS DA HUMANIZAÇÃO

Outro aspecto que se destacou em minha vivência no Cetas foi a existência de uma linha divisória entre animais domésticos e silvestres, sendo *a natureza* o lugar dos animais silvestres, longe do contato humano, diferente dos animais domésticos, que estariam adaptados à convivência humana. Ao mesmo tempo em que é citada a necessidade de *amor* para trabalhar com estes animais, este amor não pode virar apego e vontade de querer tê-los por perto, o que configura uma relação muito ambígua entre estes humanos e os espécimes silvestres que convivem ali.

Como disse uma das estagiárias no início do campo, o amor aos animais silvestres deveria se manifestar mediante os cuidados para que pudessem voltar logo à *liberdade*. Já o amor aos animais domésticos poderia envolver um contato físico maior, como os carinhos e abraços. Além de o lugar dos animais silvestres ser *na natureza*, eles não deveriam se adaptar ao convívio humano, pois este pode ser prejudicial, já que nem todos os humanos vão tratá-los bem.

Aqui, o amor ao animal silvestre se define como limitar os próprios impulsos de carinho físico ou de querer tê-lo por perto, em prol de vê-lo livre e capaz de garantir sua própria sobrevivência, a começar pela capacidade de se alimentar. Ultrapassar os limites desta relação pode fadar o animal ao cativeiro ou mesmo levá-lo à morte.

A *humanização* ou *amansamento* dos animais silvestres quando considerada irreversível pelos profissionais que trabalham com fauna, gerou, ao longo da pesquisa de campo, um questionamento, por parte de alguns sujeitos, em relação à retirada desses animais dos locais onde já estavam acostumados a viver, com o suposto afeto de seus tutores, para serem enviados para outro cativeiro, onde possivelmente ficariam anos e anos, sendo tratados por profissionais orientados por protocolos segundo os quais é preciso evitar ao máximo manifestações de proximidade e afeto.

Alguns animais no Cetas JF chegam tão adaptados ao carinho humano que pedem por ele, “amolecendo” os humanos ali presentes, como nos casos do assum preto e do jabuti-cachorro, narrados em capítulos anteriores. Ultrapassar

este limiar no contexto do Cetas, como aconteceu no caso do gato-do-mato que se tornou humanizado, é considerado prejudicial para o animal, pois pode fazê-lo passar mais tempo em cativeiro, se não uma vida toda, ou mesmo levá-lo a morte, de causa natural ou não. Neste caso do gato-do-mato, em específico, a estagiária não manteve os limites tidos como necessários entre os profissionais da área para esta relação, expressando carinho e tratando-o como um gato doméstico, o que resultou na humanização do espécime que foi enviado para mais um ano de recuperação em cativeiro. Aqui seria um exemplo em que o amor pelo animal silvestre teria ultrapassado o limite aceito no meio, se tornando um amor prejudicial, por conta da dependência e inércia que ele pode causar no animal silvestre.

Durante a minha pesquisa, houve diversos outros casos da chamada *humanização* do silvestre, alguns que aconteceram ali dentro mesmo, como no caso de animais vindos diretamente *da natureza*, porém muito pequenos, tendo assim que ficar sob a vigília dos funcionários e estagiários para sobreviver. Estes e, especialmente os mamíferos, rapidamente costumavam se apegar ao contato humano, como ocorreu com a fêmea de macaco-prego que se apegou ao tratador e a loba guará que conquistou quase todos por onde passou. Mas qual seria, então, a diferença fundamental entre animais silvestres e domésticos nas suas relações com os humanos?

Pensadores como Jean Pierre Digard (2012) e Caetano Sordi (2017) trazem interessantes provocações acerca destas classificações zoológicas clássicas, nos convidando a repensá-las, como trazido na introdução. Como já dito, estas classificações estariam baseadas na ideia de que a domesticação teria sido atingida quando animais de uma espécie “originária” deram à luz, após um longo período de reprodução controlada pelo homem, a uma nova espécie, tida como doméstica. As provocações que eles fazem estão fundamentadas na existência de espécies tidas como selvagens em certas localidades e que são domesticadas em outras e vice-versa; e na possibilidade de asselvajamento de indivíduos de espécies domésticas ou domesticação de indivíduos de espécies selvagens. Estas reflexões trazem as muitas complexidades envolvidas nas relações entre humanos e animais; relações que se configuram de formas tão variadas, antigas, criativas e imprevisíveis, que se torna delicado limitá-las a classificações binárias como doméstico e selvagem, pois com frequência vazam os limites destas.

INDIVÍDUOS E ESPÉCIES

Também vale notar, nesse percurso conclusivo, a percepção de que as noções de *indivíduo* e *espécie* parecem orientar diversas práticas no Cetas JF, sendo, ambas, parâmetros importantes que tendem a ser priorizados de forma variável, a depender de cada situação. Um exemplo é a decisão quanto a se um animal pode

ou não *voltar à natureza*, onde mais relevante do que a consideração em termos de espécie silvestre é aquela da condição atual do indivíduo que ali se encontra, como nos casos de *humanização* ou na presença de doenças e ferimentos graves.

Uma outra decisão que leva em conta a situação do indivíduo, mas que também pode incluir a consideração da questão da espécie, é aquela de dar fim à vida de um animal. No caso dos camundongos brancos sacrificados para servir de alimento aos silvestres carnívoros se observa que eles não são tomados como indivíduos, mas tidos como exemplar de uma espécie doméstica que irá beneficiar um indivíduo de espécie silvestre (e, conseqüentemente, toda a espécie deste).

Diferente do sacrifício, a eutanásia do animal silvestre, por sua vez, é praticada quase sempre para acabar com o sofrimento de um indivíduo silvestre específico, como forma de *cuidado* e *compromisso* com o animal. Nessa situação, os humanos são responsáveis por cessar o sofrimento animal, e a *pena* pode aparecer aqui como um empecilho ao cumprimento desta responsabilidade ou como motivadora. Em outros casos, a eutanásia pode agir em prol da conservação de uma espécie específica, a fim de não perpetuar genes defeituosos ou doenças, sendo necessário, para se realizar o procedimento, submeter sentimentos de *pena* ou *compaixão* para com o indivíduo em defesa da espécie.

No caso do carcará que foi eutanasiado por conta de vários fatores – a má recuperação da asa do animal, o bico cruzado e a falta de recursos para manter um animal estritamente carnívoro, já que este não poderia retornar à vida livre –, o animal apareceu tanto enquanto indivíduo que deveria ser eutanasiado quanto como exemplar da espécie que não deveria se reproduzir, o que aponta para a complexidade dessas relações.

Outra prática em prol de uma espécie descrita aqui foi a retirada de sangue do jacu para uma pesquisa sobre malária aviária naquela espécie. Neste caso, o interesse do estudo e os possíveis benefícios futuros aos jacus justificaram a retirada de sangue de um animal que havia passado por estresse. Contudo, mesmo neste caso, a consideração pelo indivíduo não desapareceu, como indicaram as tentativas de comunicação para amenizar o estresse do animal, seja verbalmente, fisicamente ou por outros meios.

Ainda se pode citar, como um caso emblemático de consideração conjunta das noções de *indivíduo* e *espécie*, o aparecimento da onça-pintada na cidade. A presença do indivíduo despertou muitas sensações, curiosidade, interesse e também algum medo e desconfiança. Ela movimentou humanos, tanto através da sua existência enquanto indivíduo que não poderia machucar nem ser machucado, quanto por meio da sua existência enquanto exemplar de uma espécie *chave*, *carismática*, *bandeira* e *guarda-chuva*, o que significa ter sua importância reconhecida para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Ou seja, trata-se de um símbolo forte de apelo à causa conservacionista, que consegue mobilizar a opinião pública

e atrair investimentos em conservação. Nesse sentido, sua proteção tem como consequência a proteção de habitats que ocupam em benefício, inclusive, de várias outras espécies. Mas tudo isso não deixou de tornar o espécime que esteve entre nós especial: foi aquele macho que se tornou o protagonista da nossa história e que se pôs individualmente em relação com o Cetas mesmo depois de sua captura e viagem para o novo habitat.

Referências

ACESSA. *Onça-Pintada é capturada em Juiz de Fora. 13 de maio de 2019*. Disponível em: <https://www.acesa.com/cidade/arquivo/noticias/2019/05/13-onca-pintada-capturada-juiz-fora/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ALBERTO, FELYPE. Equipes encerram monitoramento eletrônico de onça-pintada encontrada em Juiz de Fora. *G1 ZONA DA MATA*. 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/05/19/equipes-encerram-monitoramento-eletronico-de-onca-pintada-encontrada-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ASSUM Preto. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69829/assum-preto>. Acesso em: 10 de mai. 2021

BELTRAN, Oriol; VACCARO, Ismael. Animais selvagens convertidos em sujeitos políticos: a gestão pública da fauna nos Pirineus. *R@U*, 7 (1), jan./jun., 37-58, 2015.

BERGALLO, Godoy; BRANQUINHO, Fátima; MACEDO, Joana. A rede sociotécnica na relação entre ribeirinhos e onças (*Panthera onca* e *Puma concolor*) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá no Amazonas. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 287-303, dez. 2015.

BRASIL. 1921. *Decreto n. 4421*, de 28 de dezembro de 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacaooriginal-91264-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. 1934. *Decreto No 23.793*, de 23 de janeiro de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em: 20 de nov. 2020.

_____. 1943. *Decreto-Lei nº 5.894*, de 20 de outubro de 1943. Aprova e baixa o Código de Caça. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De15894.htmimpressao.htm. Acesso em: 01 de jun. 2021.

_____. 1967. *Lei nº 5.197*, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm. Acesso em: 17 jan. 2021.

_____. *Lei nº 6938*, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 02 out. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

_____. *Lei nº 9.605*, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988, Capítulo VI: Do Meio Ambiente (art. 225). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Decreto nº 3.179*, de 21 de setembro de 1999. Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3179impressao.htm. Acesso em: 01 de jun. 2021.

_____. *Decreto nº 6.514*, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm. Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. *Decreto nº 6.686*, de 10 de dezembro de 2008. Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6686.htm. Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. *Plano de Trabalho Entre IEF e IBAMA Para Compartilhamento do CETAS Juiz de Fora*. Juiz de Fora, nov. de 2013. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/centros-de-triagem-de-animais-silvestres-cetas#asas>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

_____. CONVENÇÃO sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagem em Perigo de Extinção. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites>. Acesso em: 01 de jun. 2021.

_____. IBAMA. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2021.

_____. Centros de triagem de animais silvestres (Cetas). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna-silvestre/cetas/o-que-sao-os-cetas>. Acesso em: 21 jan. 2021.

DESCOLA, Phillipe. *Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia*. MANA 4 (1), p. 23-45, 1998.

DIGARD, Jean-Pierre. *A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal*. CNRS, Paris Tradução: Bernardo Almeida e Guilherme Moura Fagundes. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, v. 37, nº 2, p. 205-223, 2012.

FREITAS, Carlos Iberê Alves. *Animais Silvestres Manejo, Comportamento e Noções de Clínica e Terapêutica*. UFERSA, volume 1, 2011.

G1 ZONA DA MATA. *Equipe registra novas imagens de onça-pintada no Jardim Botânico da UFJF*. Juiz de Fora, 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/04/29/equipe-registra-novas-imagens-de-onca-pintada-no-jardim-botanico-da-ufjf.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2021.

_____. *Mais profissionais e armadilhas integram ação para captura de onça-pintada em Juiz de Fora*. 08 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/05/08/mais-profissionais-e-armadilhas-integram-acao-para-captura-de-onca-pintada-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

G1. *Onça-pintada, que estava solta em Juiz de Fora, é capturada na cidade*. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/05/13/onca-pintada-que-estava-solta-em-juiz-de-fora-e-capturada-na-cidade.ghtml>. 13 de maio de 2019. Acesso em: 03 jun. 2021.

HARAWAY, Donna. *When Species Meet*. University of Minnesota, 2008.

IBGE. *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 29 mai. 2021.

ICMBio, MMA. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume I/1. ed. Brasília, DF, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). *Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros*. Atibaia, São Paulo. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cenap/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

JARDIM BOTÂNICO - UFJF. *Mais de 500 espécies em 82,7ha de Mata Atlântica: lagos, trilha, arte, Casa Sustentável e mais*. Instagram: @jardimbotanicoufjf. Disponível em: https://instagram.com/jardimbotanicoufjf?utm_medium=copy_link. Acesso em: 29 mai. 2021.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*/David Le Breton; tradução de Luís Alberto Salton Peretti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NORALDINO JUNIOR. *Animais silvestres em risco*. Instagram: @noraldinojr. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BxfiO_wDhcx/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 30 mai. 2021.

_____. *Vitória – Conseguimos! Os Cetos do Ibama não vão mais fechar!* Instagram: @noraldinojr. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BxhxPKdDAdD/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 29 mai. 2021.

OLIVEIRA, Roberta; OLIVEIRA Cláudia; GUIMARÃES Bárbara. Sistema de monitoramento flagra onça-pintada perto de hotel próximo à Mata do Krambeck em Juiz de Fora. *G1 Zona da Mata*, 02/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/05/02/sistema-de-monitoramento-flagra-onca-pintada-perto-de-hotel-proximo-a-mata-do-krambeck-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. Onça-pintada é flagrada fora da Mata do Krambeck em pontos da zona norte de Juiz de Fora. *G1 ZONA DA MATA*. 7 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/05/07/onca-pintada-e-flagrada-fora-da-mata-do-krambeck-em-pontos-da-zona-norte-de-juiz-de-fora-veja-imagens.ghtml>. Acesso em: 03. Jun. 2021.

PAULA, R.C; DESDIEZ, A.; CAVALCANTI, S. *Plano de ação nacional para a conservação da onça-pintada*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, Brasília: 384p. (Série Espécies Ameaçadas, 19), 2013. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-pan/pan-onca-pintada/1-ciclo/pan-onca-pintada-livro.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2021.

POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL BRASIL. Disponível em: <https://www.pmambientalbrasil.org.br/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Minas fecha centro de triagem de animais após corte no orçamento. *O eco*, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/minas-fecha-centro-de-triagem-de-animais-apos-corte-no-orcamento>. Acesso em: 01 abr. 2021.

RENTAS. 1º Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Fauna Silvestre, 2001. Disponível em: https://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL_RENTAS_pt_final.pdf. Acesso em: 01 de jun. 2021.

RIBEIRO, Luiz. Fechamento de centros de triagem de animais silvestres em Minas preocupa especialistas. *Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mai. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/16/interna_gerais,1054176/fechamento-de-centros-de-triagem-animais-em-mg-preocupa-especialistas.shtml. Acesso em: 01 abr. 2021.

SÁ, Guilherme. Outra espécie de companhia: Intersubjetividade entre primatólogos e primatas. *Anuário Antropológico*, v. 37, nº 2, 2012.

SANTOS, Alex; SILVA, Ana Beatriz; ESTEVÃO, Jonata; SARTORE, Mariana. Distribuição e panorama dos Centros de Triagem de Animais Silvestres no Brasil. *15º Congresso Nacional de Meio Ambiente*, Poços de Caldas, 2018.

SORDI, Caetano. Guerra ao javali: invasão biológica, feralização e domesticação nos campos sulinos. *R@u - Revista de Antropologia da UFSCar*, 7(1), jan./jun. 2015.

STUTZ, SARAH. *NÃO! A GENTE NÃO VAI PARAR!!* Instagram: @stutz.sarah. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bxf6VEdBj4lpYJoFB68g2XQ93xUJjwTM7WDlvo0/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 29 de mai. 2021.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*/Keith Thomas; tradução João Roberto Martins Filho; consultor desta edição Renato Janine Ribeiro; consultor de termos zoológicos Márcio Martins. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UFJF. *Jardim Botânico*: Disponível em: <https://www.ufjf.br/jardimbotanico/visitacao/informacoes-gerais/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. *Jardim Botânico*: Onça Pintada. Disponível em: <https://www.ufjf.br/jardimbotanico/onca-pintada/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. *Onça é avistada no Jardim Botânico, e UFJF fecha área temporariamente*

Juiz de Fora, 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/04/26/onca-e-avistada-no-jardim-botanico-e-ufjf-fecha-area-temporariamente/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. *Onça*: equipe monta armadilhas fotográficas no Jardim Botânico, e especialistas se reúnem. Juiz de fora, 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/04/27/onca-equipe-monta-armadilhas-fotograficas-no-jardim-botanico-e-especialistas-se-reunem/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Bolsistas do Jardim Botânico orientam população do entorno da Mata do Krambeck*. Juiz de Fora, 2 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/02/bolsistas-do-jardim-botanico-orientam-populacao-do-entorno-da-mata-do-krambeck/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Primeira noite*: armadilhas já estão em funcionamento; entenda como são acionadas. Juiz de Fora, 4 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/04/primeira-noite-armadilhas-ja-estao-em-funcionamento-entenda-como-sao-acionadas/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Onça é avistada na Zona Norte; trabalhos de captura continuam*. Juiz de Fora,

7 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/07/onca-e-avistada-na-zona-norte-trabalhos-de-captura-continuem/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Onça macho, com 51kg e 1,81m, é transferida para área de proteção ambiental*. 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/13/onca-macho-com-51kg-e-181m-e-transferida-para-area-de-protecao-ambiental/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Equipe doa 13 galinhas a dono de galinheiro atacado por onça*. 16 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/16/equipe-doa-13-galinhas-a-dono-de-galinheiro-atacado-por-onca/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

_____. *Comissão anuncia decisão de capturar e transportar onça para área ampla e segura*. Juiz de Fora, 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/02/comissao-anuncia-decisao-de-capturar-e-transportar-onca-para-area-ampla-e-segura/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais. Disponível em: <https://www.iucn.org/pt>. Acesso em: 01 de jun. 2021.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. *Joias da floresta: antropologia do tráfico de animais* / Felipe Vander Velden. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

Sobre a autora

Júlia graduou-se no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde também ingressou no mestrado em Ciências Sociais. Pesquisava relações entre humanos e animais silvestres, quando engravidou de seu primeiro e único filho, Rudá, o que a levou a cursar também uma formação pedagógica em Pedagogia, pelo Centro Universitário Internacional, e a ingressar num doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense, onde segue pesquisando relações entre humanos, outros seres e ambientes, na linha de pesquisa Ciência, Cultura e Educação. Nos últimos anos, além da pesquisa científica, dentro das Universidades, tem feito pesquisas e trabalhos autônomos com crianças, ao ar livre.